



ALINE DE OLIVEIRA CALISTO

**PANDEMIA E PATRIARCADO: ESCUTA SOBRE AS
EXPERIÊNCIAS DE MULHERES RURAIS EM UMA CIDADE NO
SUL DE MINAS GERAIS**

**LAVRAS – MG
2024**

ALINE DE OLIVEIRA CALISTO

**PANDEMIA E PATRIARCADO: ESCUTA SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE
MULHERES RURAIS EM UMA CIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestra.

Professora Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing
Orientadora

**LAVRAS – MG
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Calisto, Aline de Oliveira.

Pandemia e patriarcado: escuta sobre as experiências de
mulheres rurais em uma cidade sul de minas gerais. / Aline de
Oliveira Calisto. - 2024.

97 p. : il.

Orientador(a): Vera Simone Schaefer Kalsing.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Patriarcado. 2. COVID-19. 3. Trabalho reprodutivo. I.
Kalsing, Vera Simone Schaefer. II. Título.

ALINE DE OLIVEIRA CALISTO

**PANDEMIA E PATRIARCADO: ESCUTA SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE
MULHERES RURAIS EM UMA CIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS**

**PANDEMIC AND PATRIARCHY: LISTENING ABOUT THE EXPERIENCES OF
RURAL WOMEN IN A CITY IN THE SOUTH OF MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestra.

Vera Simone Schaefer Kalsing - UFLA

Giovanna Tereza Abreu de Oliveira UNIS

Jacqueline Magalhães Alves UFLA

APROVADA em 04 de março de 2024.

Professora Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing
Orientadora

**LAVRAS – MG
2024**

Dedico este estudo as “Marias” de minha vida. Minhas ancestrais, àquelas que tendo de exercer o trabalho reprodutivo, me deram a chance de hoje estar além, e poder não ocupar com exclusividade esse árduo papel atribuído às mulheres. É por vocês e por todas nós! À Maria do Carmo da Silva Oliveira, Maria Rita de Jesus (em memória) e Maria Lucia de Oliveira Calisto.

AGRADECIMENTOS

Foi por meio da atenção, cuidado e dedicação de muitas pessoas que esta pesquisa aconteceu. Agradeço ao meu irmão e colega de classe Gleibson, quem me apresentou o mestrado profissional da UFLA e me incentivou a entrar nesta empreitada e assim seguimos juntos. A minha mãe Lucia que exercendo o cuidado se dedicou a preparar lanches para que pudéssemos levar para Lavras, diante da dinâmica corrida que estamos entre mestrado e trabalho; ao meu pai Tomé que já precisou nos socorrer às pressas com o carro estragado na estrada. E ao meu parceiro Márcio pelo acolhimento e incentivo nos momentos de angústia que perpasssei.

Agradeço à professora Maria de Los Angeles e ao professor Conrado que, além de ministrarem as aulas, acolheram nossas angústias em momentos que de fato houveram lágrimas, momento em que a classe estava descrente de suas potencialidades, e pela palavra e apoio nos reergueram para que pudéssemos acreditar em nós.

Às colegas Bruna e Flávia, que cederam seus lares em momentos que precisamos de amparo em Lavras e Luminárias. À amiga Vera Capim, que cedeu sua casa para nos hospedarmos. Agradeço ainda à amiga e Agente Comunitária de Saúde, Franciele, que em primeiro momento aceitou o convite em ser a ponte de comunicação entre as mulheres que seriam entrevistadas e eu.

Agradeço à banca composta pelas professoras doutoras Vera, Jacqueline e Giovanna que contribuíram com seus conhecimentos e interação para o desenvolvimento desta pesquisa e à Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade de aperfeiçoamento. Agradeço ainda, a UFLA- Universidade Federal de Lavras como agência de fomento desta pesquisa.

Agradeço ainda às protagonistas deste trabalho, às mulheres rurais que aceitaram o convite para este diálogo, por meio das entrevistadas, pois, sem elas não haveria esta pesquisa.

Triste, louca ou má

Triste, louca ou má

Será qualificada

Ela quem recusar

Seguir receita tal

A receita cultural

Do marido, da família

Cuida, cuida da rotina

Só mesmo, rejeita

Bem conhecida receita

Quem não sem dores

Aceita que tudo deve mudar

Que um homem não te define

Sua casa não te define

Sua carne não te define

Você é seu próprio lar...

Ela desatinou, desatou nós

Vai viver só

Ela desatinou, desatou nós

Vai viver só

Eu não me vejo na palavra

Fêmea, alvo de caça

Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa

Traçar de novo a estrada

Ver cores nas cinzas

E a vida reinventar

E um homem não me define

Minha casa não me define

Minha carne não me define

Eu sou meu próprio lar...

(Compositores: Juliana Strassacapa, Andrei Kozyreff, Sebastián Ugarte, Rafael Gomes,
Mateo Piracés-Urgate e Sebastián Piracés-Urgate)

RESUMO

A pandemia por COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, atingiu a humanidade de maneira inestimável, no entanto, não é possível dizer que atingiu todas as pessoas da mesma maneira. Grupos mais vulneráveis vivenciaram maiores impactos diante desta fatal realidade. Como é o caso das mulheres, em especial as mulheres rurais, que, por viverem em uma sociedade marcada pelas opressões e explorações patriarcais, enfrentam diversos desafios em dias comuns; como no campo da divisão sexual do trabalho, das explorações vividas pela imposição do trabalho reprodutivo à mulher, assim como a desigualdades diversas marcadas pela imbricação entre sexo, raça e classe. Com a pandemia, esta realidade foi bastante agravada. Portanto, com esta pesquisa intentamos captar quais os significados atribuídos para as experiências vividas por um grupo de mulheres rurais do sul de Minas Gerais, durante o primeiro ano da pandemia, 2020, que impôs a necessidade do isolamento social, considerando a estrutura patriarcal da sociedade que se ancora na divisão sexual do trabalho. Definimos pela realização de uma pesquisa qualitativa, em que utilizamos entrevistas abertas, com viés da metodologia fenomenológica. Nesta pesquisa os resultados são “desvelados” a partir das vivências que apontam para sentimentos de medo e inseguranças decorrentes da pandemia, assim como preocupações e incertezas, como o risco de contaminação. As mulheres relatam também, além da sobrecarga emocional vivida com o distanciamento do contato físico devido ao isolamento social, o medo do adoecimento e da morte. Outras questões evidenciadas dizem respeito à, sobrecarga do trabalho realizado pelas mulheres, à solidão e falta de recebimento de cuidados para com as mesmas, o que contribuiu com o surgimento de psicopatologias. As vivências descritas pelas mulheres mostram o quanto papéis sociais determinados são atribuídos exclusivamente as mulheres, como o cuidado com os filhos, atividades domésticas, entre outros, evidenciando as relações de opressão, exploração e dominação vividas. Com as falas das entrevistadas, foi possível compreender que o trabalho de reprodução da vida ainda é exercido majoritariamente pelas mulheres, sendo desvalorizado e ignorado, entendido como uma obrigação feita “por amor”, gerando peso, cansaço e sobrecarga.

Palavras-Chave: Pandemia. COVID-19. Patriarcado. Divisão Sexual do Trabalho. Trabalho Reprodutivo.

RESUMEN

La pandemia de COVID-19, provocada por el virus SARS-CoV-2, ha golpeado de manera inestimable a la humanidad, sin embargo, no se puede decir que haya golpeado a todos de la misma manera. Los grupos más vulnerables experimentaron mayores impactos ante esta fatal realidad. Como es el caso de las mujeres, especialmente las rurales, que por vivir en una sociedad marcada por la opresión y explotación patriarcal, enfrentan varios desafíos en días comunes; como en el ámbito de la división sexual del trabajo, la explotación que se vive por la imposición del trabajo reproductivo a las mujeres, así como diversas desigualdades marcadas por la superposición entre sexo, raza y clase. Con la pandemia, esta realidad puede haber empeorado. Por lo tanto, esta investigación tiene como objetivo capturar los significados atribuidos a las experiencias vividas por un grupo de mujeres rurales del sur de Minas Gerais, durante el primer año de la pandemia, 2020, que impuso la necesidad de aislamiento social, considerando la estructura patriarcal de la sociedad anclada en la división sexual del trabajo. Se trata de una investigación cualitativa, que utilizó entrevistas abiertas, con un sesgo metodológico fenomenológico. En esta investigación, se “revelan” resultados a partir de experiencias que apuntan a sentimientos de miedo e inseguridades derivados de la pandemia, así como preocupaciones e incertidumbres, como el riesgo de contaminación. Además de la sobrecarga emocional vivida con el distanciamiento del contacto físico por el aislamiento social, y el miedo a la enfermedad y la muerte. Otros temas destacados se refieren a la sobrecarga de trabajo realizado por las mujeres, la soledad y la falta de atención hacia ellas, lo que contribuyó al surgimiento de psicopatologías. Las experiencias descritas por las mujeres muestran cómo se atribuyen roles sociales específicos exclusivamente a las mujeres, como el cuidado de los hijos, las actividades domésticas, entre otros, dejando en evidencia las relaciones de opresión, explotación y dominación vividas. Con los dichos de las entrevistadas, fue posible comprender que el trabajo de reproducir la vida es realizado por las mujeres, siendo desvalorizado e ignorado, entendido como una obligación hecha “por amor”, generando peso, cansancio y sobrecarga.

Palabras clave: Pandemia. COVID-19. Patriarcado. División Sexual del Trabajo. Trabajo Reproductivo.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Município no Mapa Estadual	41
Mapa 2: Região de Abrangência da Escola Municipal do Chalé	42
Mapa 3: Cartografia feita por ACS - bairros rurais que fazem parte da área de abrangência da Escola Chalé	43
Mapa 4: Cartografia feita por ACS - casas de moradoras e moradores, com legenda em que as siglas se referem a comorbidades de saúde em cada residência	44

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário de Saúde
e-SUS	Instrumento de Base de Dados do Sistema Único de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
NASF	Núcleo de Apoio a Saúde da Família
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGDE	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão
PSF	Programa de Saúde da Família
UFLA	Universidade Federal de Lavras

SUMÁRIO

1 A CATÁSTROFE VIRAL ANUNCIADA, A REALIDADE HUMANA MODIFICADA, E AS MULHERES COM A CARGA PESADA	13
1.1 O INÍCIO: como esta pesquisa nasceu e floresceu	19
2“NUNCA ESTIVEMOS NO MESMO BARCO”: mulheres, pandemia e o eterno cuidar	25
3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	31
3.1 Patriarcado	32
3.2 Divisão Sexual do Trabalho	34
3.3 Trabalho Reprodutivo	36
4 CAMINHADA METODOLÓGICA	40
4.1 Local da pesquisa	40
4.2 Procedimentos de coleta de dados	44
4.3 As entrevistadas: quem são estas mulheres?	45
4.4 Delineamento da pesquisa	49
4.5 Procedimentos de análise de dados	54
5 MEDO E CORAGEM: o enfrentamento de uma doença nova e da velha conhecida opressão patriarcal	55
5.1 Situação de emergência, o contexto desconhecido e os sentimentos advindos	55
5.2 Pandemia e as marcas do patriarcado	60
5.3 A permanente labuta das mulheres: o trabalho reprodutivo sempre em ação	67
5.4 Casa, cozinha e roupa lavada: a divisão sexual do trabalho e sua constante reprodução	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: visibilidade para as mulheres que vivem no meio rural	86
7 REFERÊNCIAS	88
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	96
APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista com Mulheres Rurais	98

1 A CATÁSTROFE VIRAL ANUNCIADA, A REALIDADE HUMANA MODIFICADA, E AS MULHERES COM A CARGA PESADA

A dissertação presente nasce com a missão de refletir e questionar alguns sistemas de exploração, buscando compreender as dinâmicas do patriarcado, que se alicerça na divisão sexual do trabalho, e legitima o trabalho reprodutivo como atributo natural feminino. Dinâmicas estas que vêm afetando a sociedade como um todo, mas sobremaneira às mulheres que se tornam vítimas de violências diversas, causando prejuízos em diferentes setores da existência, seja em sua saúde mental, ou nas vivências de precariedades sociais, e tantas outras conjunturas da vida.

No início de 2020, é anunciada uma doença viral, acometendo toda a humanidade, tornando-se um surto que levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar emergência em saúde pública, em função do vírus SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19. Dentre as medidas profiláticas exigidas e orientadas pelos órgãos de saúde competentes, para a diminuição da proliferação do vírus, o isolamento social foi fortemente preconizado, já que, naquele momento, não havia o desenvolvimento de vacinas ou outros meios eficazes para a sua contenção.

Assim, fui instigada a pensar sobre como mulheres rurais vivenciaram esta experiência, em especial mulheres com as quais tive contato em anos anteriores por meio de um trabalho terapêutico realizado como psicóloga que atuava no serviço público. Questões relacionadas às opressões do patriarcado e da divisão sexual do trabalho já se mostravam marcantes naquela época. E, com as dificuldades advindas pela pandemia, acreditei que a situação poderia piorar, já que, estávamos diante de um cenário catastrófico, em que nós brasileiras e brasileiros tínhamos que ouvir do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em rede nacional: “É só uma gripezinha”, desfavorecendo ações em diversos setores, como nas políticas públicas de Saúde, do Serviço Social, além do desmonte de outras políticas públicas até então vigentes, que poderiam contribuir para a superação ou quem sabe mitigação dos agravos vividos no momento pandêmico. Assim, o questionamento sobre como aquelas mulheres rurais estavam lidando com os impactos da doença em uma sociedade marcada por opressões, explorações e dominação feminina, se fiz presente.

Deste modo, para compreender um pouco mais esta realidade, buscamos captar, a partir de entrevistas abertas, por meio do método fenomenológico, as experiências de um grupo de mulheres rurais durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, que abateu a vida de milhares de pessoas no mundo todo. Diante de uma realidade tão

dura vivenciada por bilhões de pessoas, precisamos considerar as diversas realidades que fazem com que grupos mais vulneráveis sofram de forma mais intensa as consequências da doença, como é o caso das mulheres e, mais ainda, das mulheres rurais.

Podemos citar o quanto as restrições dos corpos foram um agravante para as mulheres, por serem mais afetadas no que diz respeito à dinâmica do cuidado, pelo domínio e pela exploração marcadas por uma sociedade patriarcal. No contexto rural, esta condição pode ser ainda mais presente, pois, é provável que vivenciem maiores dificuldades para realizar denúncias, já que estão distantes dos órgãos responsáveis pela proteção contra os mais variados tipos de violência e exploração.

Durante a pandemia, o impacto da autoridade familiar refletiu de modo importante na vida destas mulheres, na interação com seu espaço, como aludido por Rebecca Elmhirst e Marien Gonzákz Hidalgo (2017), pois existe um papel crucial das relações de autoridade familiar e das relações de propriedade na estruturação da divisão sexual do trabalho e no acesso aos recursos rurais como terra e trabalho. Como apontam as autoras, o acesso a recursos é diferente entre homens e mulheres. As lutas das mulheres no meio rural não são recentes. Andrea Leite Albuquerque, Anabelle Santos Lages e Wendell Ficher Teixeira (2022) traçam um histórico sobre os movimentos de mulheres rurais no Brasil e apontam que o marco desta luta se iniciou com o surgimento da Liga Camponesa, em 1955, no Nordeste. Neste momento, ganha destaque Margarida Maria Alves, na Paraíba, pela luta contra a exploração do trabalho rural e pela dissolução do regime de concentração do latifúndio. Este processo histórico demonstra o quanto a participação das mulheres nos movimentos de luta por acesso a direitos vem sendo constante ao longo das décadas.

Neste sentido, com o presente estudo revelamos o compromisso de visitar um contexto marcado pela opressão patriarcal, em uma cidade de pequeno porte, com características fortemente rurais como o município de Cruzília, no sul de Minas Gerais, e algumas mulheres rurais, que foram destaque em manifestação social pela manutenção das atividades da última escola rural do município. Assim, compreendemos a importância de pontuar algumas categorias analíticas que foram consideradas nesta dissertação: patriarcado, divisão sexual do trabalho e trabalho reprodutivo.

Para que possamos iniciar aproximações e aprofundamentos com as discussões traçadas neste estudo, iniciamos nossas reflexões com a seguinte afirmação: Vivemos em uma sociedade marcada pelas ferozes garras do patriarcado! E este fenômeno é que contribui para relações de opressão e exploração que muitas vezes relegam as mulheres à submissão e ao silenciamento

de suas vozes, assim como, outros sistemas de opressão, como o racismo que coaduna para as dificuldades vividas pelas mulheres.

De acordo com a militante feminista e pesquisadora, Heleieth Saffioti (2011), o patriarcado é uma forma de expressão do poder político e, como tal, afeta a sociedade de forma geral. Este sistema é sustentado pelo sexismo que, segundo a autora, não se configura apenas como uma ideologia, mas como uma estrutura de poder com distribuição desigual e saldo negativo para as mulheres. A autora considera ainda a importância da condensação de formas múltiplas e articuladas de opressão, deste modo, o novo patriarcado-racismo-capitalismo deve ser considerado. Foi possível perceber que, além de vivenciarmos uma crise sanitária, também evidenciamos a intensificação das relações de opressão/exploração entre sexo, classe e raça. Pudemos ver que as arbitrárias decisões do então Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, intensificaram a crise advinda com a pandemia e os agravos tanto da doença quanto das questões sociais, destacando-se os prejuízos às mulheres.

Para Saffioti (2015), as relações patriarcais, suas hierarquias e, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade - o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Foi o que constatamos durante a pandemia por COVID-19, diante de todas as ações negacionistas do poder público, tanto em relação à doença, quanto aos impactos sociais e de desigualdades de gênero que foram vividos pela população naquele momento de crise, porém, desconsiderados pelo Presidente da República da época, governo de 2019 a 2022.

Podemos considerar que o agravamento na saúde mental das mulheres - neste período, está intrinsecamente marcado pelas relações de desigualdade de gênero e do patriarcado, predominantes em nossa sociedade.

É evidente que houve significativas distinções em relação a como diferentes grupos foram afetados por esta nova realidade. Pessoas em situação de vulnerabilidade, ou pessoas consideradas como minorias sociais, foram afetadas de forma mais intensa com o isolamento social necessário para a contenção do vírus. Como aponta Boaventura de Souza Santos (2020), a pandemia apenas agravou a crise que a população mundial já vinha se sujeitando há tempos, devido ao vigente neoliberalismo, versão dominante do capitalismo que foi se submetendo cada vez mais à lógica do setor financeiro, colapsando em uma crise política e econômica. Essa crise tem acentuado diversas desigualdades causadas por três principais sistemas de dominação, denominados pelo autor como “três unicórnios”: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

As medidas de isolamento social exigiram que as famílias retornassem para seus lares e, com isso, as mulheres foram fortemente atingidas, já que, por vivermos em uma sociedade

patriarcal, as desigualdades na divisão sexual do trabalho são permanentes e se agravaram naquele momento, gerando consequências diversas, no âmbito social e de saúde, tanto física quanto psíquica.

Em geral, os sofrimentos mentais têm aumentado, no entanto, é preciso considerar que, devido à sobrecarga de trabalho, por serem vistas como as principais, senão as únicas, responsáveis pelo cuidado do lar e das pessoas que nele habitam, as mulheres são mais afetadas física, social e mentalmente. Segundo Luis Augusto Rohde *et al.* (2020), os sofrimentos psicológicos, sintomas psiquiátricos e transtornos mentais apresentaram dinâmica crescente durante a pandemia de COVID-19, apontando para o risco de uma epidemia paralela. De acordo com Alex Sandro Rolland Souza *et al.* (2020), diante deste contexto de mitigação social, sentimentos de medo e angústia decorrentes da pandemia foram aflorados e interligados ao anseio de uma possível infecção, situações gatilhos para manifestações clínicas de psicopatologias. Os autores apontam para pesquisas recentes, demonstrando que durante a pandemia, a população feminina apresentou maior sintomatologia para estresse, ansiedade e depressão. Um dos fatores contribuintes para esta realidade se liga às desigualdades de gênero, situação que impacta fortemente a sobrecarga do trabalho feminino. Outro fator importante, evidenciado durante a pandemia, foi que, “devido às restrições sociais e a consequente permanência do homem no âmbito privado, os índices de violência doméstica, sexual e gravidez indesejada saltaram, assim como os quadros clínicos psíquicos nas mulheres naquele momento” (Souza, *et al.* 2020, p. 663).

Outra categoria analítica importante a ser considerada é a divisão sexual do trabalho, já que o tema perpassa a dinâmica do sexismo. Para as feministas Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é fruto da divisão social que foi estabelecida nas relações sociais entre os sexos, atribuindo o cuidado ao lar para a mulher, função que se faz invisível, tida como de pouco valor social, enquanto a produção material é atribuída aos homens, tarefa que tem prestígio e confere poder dentro da sociedade. Ainda nesta linha de raciocínio, Flávia Biroli (2016) aponta que as relações de trabalho revelam muito os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres, considerando-se também outras variáveis como raça e classe. Mulheres brancas e ricas contratam na maioria das vezes mulheres negras, pardas e pobres para exercerem o trabalho doméstico, o que não as isenta dos padrões de gênero na responsabilização para com os cuidados domésticos.

Em relação ao trabalho feminino, Saffioti (1976) aponta que a tradição da submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos não podem ser vistas isoladamente, pois a mulher de camadas socioeconômicas ocupadas com a produção de bens e

serviços nunca foi alheia ao trabalho, mulheres e crianças sempre desempenham um papel econômico fundamental, contribuindo para a subsistência da família e para criar riquezas sociais. No entanto, “sua liberdade se limitava apenas como mulher negociante, em outras esferas a mulher sempre foi considerada de menor valor e incapaz, necessitando da tutela de um homem” (Saffioti, 2013, p.17). Esta é, segundo a autora, a capa de proteção que o homem deveria oferecer à mulher, obtendo dela a colaboração no trabalho e o comportamento submisso, entendido pelas sociedades patriarcais como dever da mulher.

Como descreve Silvia Federici (2019), as mulheres atuam como amortecedores da globalização econômica, já que compensam com o seu trabalho a deterioração das condições econômicas que tem sido produzida pelo neoliberalismo e pelo desinvestimento social empreendido pelas nações. Esta situação saltou aos olhos durante a pandemia, momento em que - principalmente as mulheres se responsabilizaram pelo cuidado com as pessoas acometidas pela doença por COVID-19, além do cuidado com idosas, idosos e crianças, a intensificação da responsabilidade com os afazeres domésticos, entre outros, como apontado por Miriran Nobre (2021).

Falando sobre trabalho, é necessário que compreendamos a importância do trabalho doméstico executado pelas mulheres no lar de forma não remunerada. Deste modo, destacamos nesta pesquisa a categoria do trabalho reprodutivo. Ampliando a percepção do trabalho doméstico, a ideia de trabalho reprodutivo corresponde a toda atividade que mantém o mundo em movimento, que contribui para a reprodução da vida, como descreve Silvia Federici (2019). De acordo com a autora, a força de trabalho reprodutivo não é executada de maneira livre e autônoma em relação ao capitalismo, mas está sujeita a condições impostas pela organização de trabalho capitalista e pelas relações de produção. Deste modo, é destinado à mulher, tanto por mandos do patriarcado, quanto do capitalismo, a responsabilidade de limpar, cozinhar, passar, cuidar dos filhos, atender às necessidades sexuais do marido, entre muitas outras atividades reprodutivas, sem questionamentos, já que - estas funções são vistas como atributo natural feminino. Portanto, as mulheres ocupam mais tempo com atividades reprodutivas do que os homens, pois, as lógicas que regem o tempo do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo são distintas. Como afirma Cristina Carrasco *et al.* (2011), o tempo no trabalho reprodutivo não é homogêneo, como é o caso do trabalho produtivo, já que, “...as necessidades da vida em todas as suas dimensões não seguem um ciclo constante e são muitas vezes, imprevisíveis” (Herrera, 2019, p. 77).

Vale destacar os apontamentos das pesquisadoras Maria Bethânia Ávila e Verônica Ferreira (2014), quando dizem que a divisão feita entre trabalho produtivo e trabalho

reprodutivo produz uma tensão cotidiana, sensação que, em geral, não é experimentada pelos homens. Esta tensão leva a cansaço, sofrimento, culpa, preocupação e a sensação de que é preciso uma disponibilidade permanente para o trabalho.

Ainda, sobre o trabalho feminino, Saffioti (2013) aponta que este é subvalorizado e marginalizado nos sistemas produtivos de bens e serviços. Neste sentido, destacamos o trabalho da mulher rural, apontando para a intensificação da subvalorização de seu trabalho, pois este apresenta especificações diferenciadas. Em sua obra “O poder do Macho”, de 1987, Saffioti aponta para o quanto a legislação da época, que regia o trabalho rural, era discriminatória. A autora afirma que:

Quando marido e mulher trabalham na mesma atividade, o que é muito comum na agricultura, a mulher deixa de reivindicar seu direito ao registro em carteira para não prejudicar o marido. Aceita, muitas vezes, trabalhar clandestinamente, porque o patrão ameaça-a com a despedida, não apenas a sua, mas também a de seu marido. Como o desemprego, além de suas consequências financeiras negativas, é considerado vergonhoso para o homem, cabe à mulher, segundo o estereótipo, abrir mão de seus direitos (Saffioti, 1987, p. 50).

Nobre (2021) chama a atenção para a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado das mulheres rurais, tendo em vista que elas são as maiores responsáveis pela agricultura diversificada para o autoconsumo e, assim, estão exaustas por serem as únicas que cuidam, não recebendo de volta cuidado. Ao falarmos de cuidado, consideramos os apontamentos de Helena Hirata (2016), que afirma que o trabalho do cuidado é um exemplo das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois, são as mulheres, pobres, negras e muitas vezes migrantes, que ocupam este lugar e, neste cenário, também podemos incluir as mulheres rurais.

De acordo com Maria José Carneiro e Vanessa Lopes Teixeira (1995), a categoria mulher rural é utilizada de forma indistinta em relação a outros termos como “mulher do campo” e “produtora rural”, indicando um ser social abstrato, universalizante e desvinculado dos contextos socioeconômicos de que fazem parte. Ainda que se destaque a heterogeneidade das formas de inclusão social e econômica, a identidade de “trabalhadora rural” ou “mulher rural” se sobrepõe à diversidade, e assume um caráter político.

Sendo assim, diante as considerações expostas, apresentaremos como esta dissertação será apresentada, ela está dividida em sete capítulos. No primeiro, foi apresentada a temática, o as protagonistas pesquisadas, os objetivos e questionamentos desta pesquisa. No segundo capítulo, intitulado, “NUNCA ESTIVEMOS NO MESMO BARCO”: mulheres, pandemia e o eterno cuidar, apresentamos estudos realizados por meio de uma revisão de literatura a respeito

do tema, pesquisas que discutem e problematizam questões sobre a pandemia e os impactos vividos pelas mulheres em função da sociedade patriarcal ancorada na divisão sexual do trabalho e do trabalho reprodutivo. O terceiro capítulo: Considerações Teóricas, se destina à apresentação das categorias analíticas consideradas neste trabalho. A Caminhada Metodológica é o título do quarto capítulo, onde apresentamos o local da pesquisa, as mulheres entrevistadas, o delineamento da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados. No quinto capítulo, nomeado MEDO E CORAGEM: o enfrentamento de uma doença nova e da velha conhecida opressão patriarcal, discutimos os resultados desvelados pelas entrevistas. Posteriormente, discutimos a importância social deste trabalho, no capítulo sexto, que é denominado A PESQUISA E SEU PAPEL SOCIAL: visibilidade para as mulheres que vivem no meio rural. Por fim, apresentamos as referências utilizadas nesta dissertação.

1.1 O INÍCIO: como esta pesquisa nasceu e floresceu:

Como psicoterapeuta, pude ter contato com as mulheres rurais que foram entrevistadas, em outros momentos, ao atuar no setor público entre os anos de 2014 a 2019. A partir da experiência vivida junto a este grupo e, pelo estudo das categorias apresentadas acima, surgiu o questionamento sobre quais foram as experiências vividas por essas mulheres durante um período tão desafiador como foi à pandemia por COVID-19.

Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, que possibilitou a escuta de mulheres na comunidade rural do Chalé no município de Cruzília, sul de Minas Gerais, cidade de pequeno porte, com pouco mais de 15 mil habitantes, um município de forte característica rural e agrária. Sendo moradora, já percebia evidentes marcas do patriarcado nas relações sociais.

Deste modo, foram selecionadas para a escuta todas as mulheres responsáveis pelo cuidado das crianças estudantes da Escola Municipal do Chalé, que estavam residindo na zona rural durante o primeiro ano da pandemia, tendo em vista que este é um grupo que pode ter muito a nos ensinar. Por ser uma escola pequena, seria possível que todas as mulheres fossem ouvidas, contemplando assim a intenção desta pesquisa, ou seja, a captação das experiências vividas em um período socialmente crítico em nível mundial.

Falando sobre luta, resistência e organização social, é que chego a esta pesquisa, pois justamente, a intenção de ouvir estas mulheres ocorre pelo fato de demonstrarem, muito anterior à pandemia, uma grande característica de resistência e luta para ocupação e legitimação de seus espaços, se opondo às lógicas de dominação, não se inferiorizando diante de normas que consideravam arbitrárias. No ano de 2017, foi instituída a decisão de que as escolas rurais do

município encerrariam suas atividades e as estudantes e os estudantes dariam continuidade aos estudos nas escolas da cidade. Contudo, não lhes foi consultada a opinião a respeito da ordem instituída quanto ao fechamento das escolas rurais do município - Deste modo, as mulheres se mobilizaram e, em conjunto, foram até a prefeitura discutir junto ao Administrador Público esta decisão, e assim conquistaram o direito de manter a Escola Municipal do Chalé em funcionamento até o final do ano de 2022. De acordo com uma parte das entrevistadas, algumas famílias estavam optando por enviar seus filhos para estudar na cidade, assim, o número de estudantes diminuiu significativamente no período de 2019 em diante, e as reivindicações começaram a cessar. Então, no início de 2023, a escola foi de fato desativada.

Tive conhecimento desta luta travada pelas mulheres no ano de 2017, quando em 2018 realizei, como Psicóloga do setor público, um grupo terapêutico sobre empoderamento feminino nesta comunidade. Desde então, percebi o quão socialmente dispostas eram aquelas mulheres, considerando a organização social como um poderoso instrumento de transformação e resistência. Ponderando a forte resistência destas mulheres é que surge a pergunta desta pesquisa: Quais as experiências vivenciadas por estas mulheres rurais, tendo em vista o surto do vírus SARS-CoV-2 que impôs a necessidade do isolamento social, considerando a estrutura patriarcal da sociedade que se ancora na divisão sexual do trabalho?

No intuito de orientar a compreensão da questão levantada, elencamos alguns objetivos para auxiliar no processo de escuta. De forma geral, buscamos captar os significados atribuídos para as experiências vivenciadas pelas mulheres rurais responsáveis pelos cuidados das crianças, estudantes da Escola Municipal do Chalé no município de Cruzília – MG, com o fechamento das escolas durante o primeiro ano da pandemia por COVID-19, que impôs a necessidade do isolamento social, considerando a estrutura patriarcal da sociedade que se ancora na divisão sexual do trabalho.

Especificamente, buscamos contribuir para que as mulheres nomeassem e ampliassem a percepção da consciência de suas emoções e sentimentos; identificando impactos econômicos na vida das mulheres rurais diante da pandemia com o fechamento das escolas; identificando impactos das explorações do patriarcado e do capitalismo, no que concerne à divisão sexual do trabalho, na vida das mulheres rurais; e, por fim, compreendendo dinâmicas das relações patriarcais na vida das mulheres entrevistadas.

Os objetivos elencados contribuiriam para que pudéssemos responder aos questionamentos colocados sobre a função de uma pesquisa de mestrado. Ao ser questionada e me questionar a respeito da importância desta pesquisa, me lembro de uma situação em que me perguntaram se eu estava fazendo mestrado para dar aulas, e eu respondi: “Estou fazendo

mestrado para contribuir com o meu povo”. Quando decidi não atuar mais na saúde pública e me dedicar exclusivamente à clínica particular, me senti em dívida com aqueles e aquelas que atendia na Atenção Básica em Saúde, por meio do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF. Portanto, esta pesquisa se desenvolve para que eu possa estar próxima, ouvir e contribuir, e que as vozes das mulheres rurais que lá atrás eu ouvi e ecoaram tão fortemente, possam novamente ser ecoadas em mim e por mim, e nos que tiverem acesso a esta pesquisa, em relação às suas vivências diante da pandemia que acometeu o mundo.

Ao terminar a graduação em dezembro de 2013, dei início, em janeiro de 2014, à atividade profissional como Psicóloga na Prefeitura Municipal de Cruzília - MG, representando o Núcleo de Saúde da Família - NASF, experiência que me possibilitou transitar pelos bairros da cidade e pelas comunidades rurais, conhecendo e atendendo pessoas, inclusive, a maioria delas mulheres, pois são as que mais recorrem aos serviços de saúde.

Questionamentos em relação à divisão sexual do trabalho e às dinâmicas de opressão do patriarcado sempre estiveram presentes em minha formação e atuação como psicoterapeuta. Durante os atendimentos clínicos, foi e é possível perceber diversos impactos na vida das mulheres em relação a esta situação.

Portanto, fui instigada a realizar esta pesquisa, devido à experiência como psicóloga do NASF, quando tive a oportunidade de contato com algumas mulheres rurais residentes em diferentes comunidades do município de Cruzília – MG. Um dos projetos realizados aconteceu na Comunidade do Chalé, por meio de um grupo terapêutico que emergiu de uma campanha de valorização feminina realizada pelo NASF no ano de 2018. Essa Campanha ocorreu – pois, durante os atendimentos clínicos, observei que eram recorrentes as queixas quanto à opressão, violência, dificuldade de acesso aos direitos e vulnerabilidades sociais. O grupo aconteceu na Escola Rural do Chalé, ponto de encontro das mulheres daquela comunidade, todas as participantes naquela ocasião eram mães de algum/a estudante dessa escola, a maioria delas, trabalhadoras rurais.

Em contato com essas mulheres, percebo a efetiva representatividade e militância que exercem frente às suas causas, convocando o poder público a dar respostas às suas demandas. No grupo, as mulheres relataram que, no ano anterior, portanto em 2017, representantes do poder executivo decidiram por fechar a última Escola Rural do município, a Escola Municipal do Chalé, quando todas as outras já haviam sido desativadas. Considerando que esta decisão interferiria diretamente em suas vidas, seja pela mudança da logística em relação as filhas e filhos estudarem na cidade ou na zona rural, como pelo desde o desejo em preservar o contato mais íntimo com a cultura rural. Esse foi um desejo expresso nas falas das mulheres durante o

grupo realizado em 2018, pois entendiam que o contato com a escola da cidade poderia contribuir para que essas crianças e jovens se distanciassem da zona rural. Na atividade do grupo, reforçam sua preocupação com o permanente êxodo rural, entendiam que ter uma escola na área rural poderia ainda contribuir para a permanência nas atividades do campo. Portanto, reivindicaram pelo não fechamento da escola, deslocando-se em grupo até a frente da prefeitura, solicitando reunião com o prefeito para tratarem da questão.

Ao término da atividade terapêutica realizada, minha admiração e reconhecimento da luta dessas mulheres contribuíram para que anos depois elas fossem lembradas, ao cursar a disciplina eletiva Relações de Gênero e Processos de Empoderamento ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras, no ano de 2021. Ao participar da disciplina, foram retomadas as lembranças da militância dessas mulheres e seus atravessamentos no que diz respeito a questões de gênero, classe e raça, sempre presentes nos discursos do grupo terapêutico realizado no ano de 2018. Emergiu assim, o interesse por refletir sobre as condições vivenciadas pelas mulheres, muitas vezes em situação de exploração, desigualdades diversas, com consequências adversas nas dinâmicas sociais, emocionais, econômicas, entre outras.

Portanto, com esta dissertação temos o compromisso de apontar para quão profundos são os efeitos da pandemia em grupos vulnerabilizados. É importante lembrar as diferentes formas como a pandemia alterou as vidas de diferentes sujeitos. Neste sentido, é indispensável dar destaque para o fato de que um adoecimento mundial pode acometer qualquer pessoa, porém em proporções e intensidades diferentes, considerando as inúmeras desigualdades sociais, raciais e de gênero presentes no cotidiano.

Neste caso, consideramos a importância de um olhar específico para estas mulheres rurais que em outros tempos demonstraram força e militância em situação também desafiadora, diferente da qual nos encontramos durante a pandemia, mas que também exigiu resistência.

Este interesse surge primeiramente por compreender a ausência de estudos e olhares especializados da academia para as realidades vivenciais em meu município e muitos outros, de pequeno porte, que por vezes são relegados à invisibilidade no cenário nacional. A intenção sempre foi me dedicar e contribuir para com minha comunidade com as ferramentas às quais tenho hoje acesso, o conhecimento acadêmico.

A relevância desta temática constitui-se primeiramente no sentido de que as mulheres rurais puderam ser ouvidas, pois ao falarem sobre suas experiências tiveram a oportunidade de ressignificar os sentidos e estabelecer um olhar crítico sobre os impactos das condições de gênero em suas vidas. Desta forma, foi preciso entender qual a rede de significados e sentidos

que elas consideravam. É possível perceber, diante das pesquisas, - que ainda houve-se pouco o que elas têm a dizer sobre si mesmas.

Falando sobre resistência, acredito ser importante descrever brevemente parte de minha história para realizar esta pesquisa, pois desde a formação na graduação, meu olhar e pensamentos estiveram voltados a como contribuir para o desenvolvimento e a autonomia dos membros de minha comunidade, cidade tão pequena, com difícil acesso a instituições de ensino superior de qualidade.

Sinto que, como psicoterapeuta, esta tem sido a minha função e agora também como pesquisadora. Porém, para alcançar o lugar da pesquisa, os desafios foram grandes, o primeiro questionamento era como conciliar o mestrado profissional, que não disponibiliza bolsa de estudos, com o trabalho em psicoterapia, já que esta seria a única forma de manter minha subsistência e conseguir custear viagem, alimentação e estadia na cidade de Lavras, - que está a 93- km de distância de Cruzília, sob via de estrada não pavimentada e sem disponibilidade de transporte público, para cursar o mestrado. Contando com a parceria de meu irmão e também colega de mestrado, resolvemos enfrentar esta empreitada e nos candidatarmos a uma vaga. Conquistamos! Porém, essa conquista não veio sozinha, vieram desafios a serem superados, como carro estragando no caminho, dificuldades financeiras, entre outras tantas, que puderam ser superadas contando com a ajuda de amigas e amigos que gentilmente nos cederam estadia nos dias em que permanecíamos em Lavras, foram ombro e colo nos momentos de desânimo.

Considerando que força e resistência é o que me move, no exercício de ser mulher, filha, trabalhadora, dona de casa e estudante, e assim, exercendo múltiplos papéis, inclusive o do cuidado, é que busquei pela oportunidade de não somente estudar as opressões e exclusões advindas do patriarcado, como também me exercer como mulher para além de padrões pré determinados que visam à opressão e exclusão, principalmente a negação do acesso à educação. Acesso hoje que conquistei, realizando esta pesquisa, que pode contribuir para que mulheres, em seus diversos papéis, possam ser quem elas desejem ser. A intenção é que esta pesquisa tenha contribuído para que as mulheres ouvidas ressignifiquem seus olhares sobre si mesmas, sob uma ótica emancipatória.

Estar como pesquisadora e como psicoterapeuta, é para mim, símbolo de resistência e contestação de padrões da vizinhança do bairro periférico onde cresci que diziam a meus pais, quando eu e meu irmão ainda éramos crianças, que faculdade não é “para qualquer um”, quando meus pais expressavam humildemente o sonho de que um dia gostariam de ter a oportunidade de que seus filhos estudassem.

Hoje, estamos aqui, como pesquisadora e pesquisador. E, neste papel, volto meu olhar para a cidade onde nasci, compreendendo a importância de ter realizado um trabalho que considerou as mulheres deste município, especificamente onde as situações de vulnerabilidade mais se fazem presentes, como no caso desta comunidade rural.

2 “NUNCA ESTIVEMOS NO MESMO BARCO”: mulheres, pandemia e o eterno cuidar

Um dos pontos importantes para refletirmos sobre a pandemia é considerar que, por ser uma doença respiratória e contagiosa, um dos principais lemas para a prevenção da pandemia por COVID-19 foi: “Fique em casa!”. Com isso, os serviços de apoio ao cuidado com as crianças, como escolas e creches, foram fechados, assim como o comércio em geral, fazendo com que trabalhadoras e trabalhadores tivessem que permanecer em trabalho remoto. Isto é, aquelas e aqueles que tinham essa possibilidade, enquanto as classes sociais mais pauperizadas, ou seguiam correndo riscos de contágio pela doença mantendo contato social para continuarem trabalhando, ou permaneciam com o risco de não ter o próprio sustento. O fato é que - houve um aumento significativo da convivência familiar no ambiente doméstico em tempo integral, resultando, com isso, em sobrecarga para as mulheres, já que é a elas que normalmente é relegado o lugar do cuidado e do trabalho doméstico.

Contando com a participação de 2.641 mulheres brasileiras, dados da pesquisa “Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” indicaram que 50% das mulheres no Brasil passaram a apoiar ou a se responsabilizar pelos cuidados de outra pessoa; destas, 80,6% dedicaram-se a um familiar; 24% a um amigo; e 11% a alguém na vizinhança. A pesquisa se concentra nos efeitos da crise da saúde e do isolamento social sobre o trabalho, a renda das mulheres e a sustentação financeira, com enfoque no trabalho doméstico e de cuidado realizado de forma não remunerada nos lares.

A mesma pesquisa aponta para o fato de que os trabalhos necessários para a sustentabilidade da vida, como lavar, passar, cozinhar, entre outros, nunca pararam, na verdade, se intensificaram durante a pandemia. Outro ponto levantado pela pesquisa se refere a como as desigualdades raciais e de renda marcam a vida e o trabalho das mulheres na crise causada pelo vírus SARSCoV-2, assim como a diversidade de experiências de mulheres rurais e urbanas, como apontam Giuliana Bianconi *et al.* (2020).

Junto a esta vertente de estudo, se destaca, na manchete da matéria, em plataforma digital “Sintratel” (2021,) que metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém com a crise da COVID-19, como descrito na pesquisa acima. Na reportagem, é evidenciada a potencialização da crise sanitária e econômica provocada pela doença, com o agravo para as mulheres, já que “a pandemia mostrou como a construção de responsabilização das mulheres com o cuidado é social e histórica”, como afirma Renata Moreno, doutora em sociologia pela USP – Universidade de São Paulo – e pesquisadora de gênero e trabalho, em entrevista para o site.

De acordo com Hildete Pereira de Melo (2020), é por meio do trabalho que se organiza o exercício do poder e a dominação na sociedade. As mulheres são prejudicadas nesta relação de domínio, pois o trabalho delas está mais presente nos setores produtivos que apresentam menor remuneração e piores coberturas sociais, além de ganharem em média cerca de 25% menos que os homens, ainda que seus cargos e qualificações sejam semelhantes. Deste modo, segue a autora afirmando que as mulheres, sobretudo as pobres, pretas e pardas, ainda vivenciam uma dependência econômica em relação ao homem.

Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, produzidos pela PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (2017), revelam que 92,6% das mulheres realizam afazeres domésticos e cuidados com as pessoas; já este número, para os homens, é de 78,7%. As mulheres dedicam 20,9 horas por semana para estas funções, enquanto os homens, apenas a metade, 10,8% de horas semanais. O trabalho das mulheres se concentra nos setores de cuidado, educação, saúde, serviços sociais, serviços domésticos remunerados, alojamentos, alimentação, atividades que estão diretamente relacionadas à reprodução da vida, como afirma Hildete Melo (2020). “Neste sentido, a ligação das duas esferas, produtiva e doméstica, diante da pandemia evidencia a permanência da sobrecarga de trabalho das mulheres ao longo dos tempos. Nos cuidados com os filhos, doentes ou idosos, os homens quase não estão presentes” (Herrera, 2019, p. 25).

Tendo em vista que precisamos considerar o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo das mulheres rurais, destacamos questões relacionadas à sua jornada de trabalho, em específico das mulheres ocupadas com atividades agrícolas; e a combinação do trabalho reprodutivo e afazeres domésticos. Em 2014, a jornada era de 52 horas semanais, sendo divididas da seguinte forma: 29 horas com a dedicação em trabalho reprodutivo e 23 horas em trabalho produtivo (ONU Mulheres, 2016). Segundo a socióloga e ativista nas questões rurais e feminismo, Karolyna Marín Herrera (2019), estes dados não são muito precisos, pois, se considerarmos que o contexto é de invisibilidade e de desvalorização do trabalho das mulheres rurais, a declaração sobre a ocupação das mulheres nas atividades agrícolas se torna subvalorizada, já que o trabalho realizado por elas é considerado apenas uma ajuda a mãe, o pai ou marido. Além disso, a autora lembra que as amostras dependem das declarações das entrevistadas e, como aponta Maria Ignez Paulilo (2013, p. 258): “As [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico”.

Portanto, como afirma Herrera (2019), no meio rural, são incorporados ao trabalho doméstico os serviços no entorno da casa, como o cuidado com hortas, pomares e os pequenos

animais, já que estes estão diretamente relacionados ao cuidado com a saúde e alimentação de toda a família. A autora aponta ainda que estas atividades implicam um processo de produção de alimentos que valoriza a qualidade e a diversidade, geralmente, não fazendo uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos, além de priorizarem a variedade de cultivos e não a monocultura.

Herrera (2019) faz uma análise importante a respeito dos dados da PNAD–IBGE de 2014, por meio desta pesquisa pôde se verificar que as mulheres ampliaram sua participação no mercado de trabalho, pois, em 1980 ocupavam 26% do mercado, já em 2010 alcançaram uma marca de 44%. Além disso, houve um aumento no grau de escolaridade das mulheres. Dados do IBGE (2014) apontam que no ano de 2004, 48% das mulheres tinham mais de oito anos de estudo formal ou de escolarização, já em 2014 este número saltou para 64%, e o número de mulheres sem instrução caiu de 8,6% para 5%. Os dados também mostram que as mulheres apresentam maior escolaridade que os homens. Conforme dados da ONU – Organização das Nações Unidas Mulheres (2016), em 2003, 69,8% das mulheres ocupadas com 16 anos ou mais na zona rural estavam dedicadas às atividades agrícolas, este número baixou para 57,2% em 2013. Herrera (2019), ao analisar os dados do IBGE, afirma que, além de uma maior inserção no mercado de trabalho e do aumento da escolarização, houve uma diminuição no número de filhos por famílias e ampliação do direito das mulheres tanto no meio urbano, quanto no rural.

No entanto, Melo e Castilho (2009) afirmam que o aumento da participação das mulheres na esfera pública, não tem contribuído para a redução de suas obrigações na esfera privada, já que elas continuam sendo responsáveis pelas atividades reprodutivas. Herrera (2019) complementa que, apesar de as mulheres terem historicamente conquistado mais autonomia e maior inserção no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho não resultou em alteração na sua estrutura de desigualdade. Além disso, no que diz respeito às mulheres rurais, Herrera (2019) destaca que estas se deparam com uma jornada ainda mais intensa de trabalho diário, pois, são responsáveis pelos cuidados do meio ambiente, como plantas e animais, e dos cuidados interpessoais, como filhas e filhos, marido, pessoas idosas, entre outras situações que requerem o cuidar.

Outro ponto relevante levantado nas pesquisas é que, em geral, situações de epidemia tendem a afetar psicologicamente um número maior de pessoas em relação ao número de infectados, estimando-se que um terço da população possa apresentar consequências psicológicas ou psiquiátricas se não receberem os cuidados necessários. “Em situações de isolamento e distanciamento social, estudos apontam para a alta prevalência de efeitos psicológicos negativos, como a incidência de humor rebaixado e irritabilidade, raiva, medo e

insônia, na maioria das vezes, prolongados no tempo” (Lima, 2020, p.1). Se esta é uma condição que potencializa afecções psicológicas sintomáticas na população em geral, é preciso considerar especificidades, como as condições de saúde mental da mulher neste contexto.

Ornell *et al.* apud Lima (2020) destacam o fato de que situações de quarentena contribuem para a alta prevalência de efeitos psicológicos negativos e de longa duração. Neste sentido, é possível perceber que, como afirmam Alex Sandro Rolland Souza *et al.* (2020), as sintomatologias psíquicas foram agravadas durante a pandemia e que efeitos advindos indiretamente da pandemia têm sido ofuscados, como é o caso do aumento dos transtornos psíquicos em mulheres.

Em março de 2020, a ONU Mulheres lançou um documento afirmando que as mulheres estão na linha de frente da resposta à COVID-19, e assumindo custos físicos e emocionais. De acordo com Juliana Márcia Santos Silva *et al.* (2021), em pesquisa realizada pelo jornal O Globo, as mulheres são maioria nos setores mais afetados pela pandemia, como comércio, turismo e setores de serviços, considerando que existem mais mulheres do que homens nos setores informais. Além disso, os estudos apontam que as mulheres estão em maior número em profissões de cuidado em saúde, como técnicas de enfermagem, enfermeiras, cuidadoras. Portanto, o documento elaborado pela ONU (2020) declara que as mulheres são desproporcionalmente afetadas pela crise. O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2020) indica que mulheres são mais vulneráveis a qualquer crise que acarrete perda ou redução de renda: mulheres ganham menos, têm menos acesso a benefícios previdenciários, são maioria entre as famílias monoparentais, estão mais representadas no mercado informal de trabalho e suas taxas de pobreza são mais altas.

De acordo com Souza *et al.* (2020), a maior sintomatologia na população feminina durante a pandemia por COVID-19 está ligada ao estresse, ansiedade e depressão. Além disto, com a permanência do homem no lar, devido à consolidação das restrições sociais, os números de violência doméstica, sexual, e gravidez indesejada cresceram, o que contribuiu de forma significativa para a prevalência dos quadros psíquicos em mulheres durante o isolamento social preconizado na pandemia. Estes autores apontam ainda algumas variáveis que possivelmente comprometeram ainda mais a saúde mental da população feminina durante o distanciamento social: a região de moradia; ou seja, viver em regiões com elevados índices de casos e mortalidade pela COVID-19; o período de vida: ser adulta jovem; apresentar quadro de ansiedade e/ou depressão antecedentes; fazer uso de medicação; não ter regularidade ou ausência de prática de atividade física e lazer; estar desempregada. Os autores destacam que instabilidades econômicas predispoem o surgimento de transtornos mentais, e a crise advinda

com a pandemia repercutiu em déficits tanto no sistema de saúde, como nas questões sociais a partir do aumento do desemprego, cortes salariais, ao que podemos acrescentar ainda, a violência contra a mulher.

Seguindo a linha de raciocínio que considera a diversidade de fatores condicionantes nas questões de saúde mental, Rodrigo Garrido e Rafael Rodrigues (2020) discutem a diferenciação entre sofrimento psíquico, que foi previsto por órgãos nacionais e internacionais diante dos impactos que as ações restritivas tiveram na população, e adoecimento mental, que, como apontado anteriormente, houve um aumento da incidência dos transtornos mentais clássicos da contemporaneidade, como ansiedade e depressão. Os autores chamam a atenção para a importância desta diferenciação. Portanto, é preciso considerar que condicionantes sociais, culturais, econômicos e outros estão estritamente relacionados a doenças mentais.

Considerando as pressões psicológicas que se apresentam devido à pandemia, a OMS (2020) divulgou um guia de cuidados para a saúde mental durante o período pandêmico, com recomendações para a redução do estresse, dentre eles estão a redução do estigma em relação à doença, ressaltando a importância de apoio as pessoas adoentadas e familiares de quem foi acometido pelo vírus, a redução do contato com notícias que geram angústia e estresse, evitando “bombardeios desnecessários” de informações, prática de assistência comunitária por meio da solidariedade, criação de oportunidades para a ampliação de histórias positivas, reconhecimento e apreciação de trabalhadores e trabalhadoras de saúde, além de dicas de cuidado com a saúde mental para agentes de saúde, crianças, idosas e idosos, e pessoas em isolamento. Além destas considerações, Garrido e Rodrigues (2020) destacam, em tempo, algumas situações excepcionais durante a pandemia como a impossibilidade da realização dos ritos de passagem, como velórios e funerais das vítimas, situação potencialmente agravante para o processamento do luto das perdas familiares e de pessoas amigas neste período, levando à possibilidade de agravamento do sofrimento psíquico.

Os documentos preventivos, desenvolvidos pela OMS e outros órgãos atentos às questões de saúde mental da população, neste período, têm a intenção de produzir e reforçar hábitos tidos como saudáveis, reduzindo riscos de sofrimento psíquico e adoecimento mental. “No entanto, tais recomendações ou os próprios meios virtuais em que as informações circulam não são acessíveis a todas as camadas sociais que fazem parte da população brasileira” (Garrido; Rodrigues, 2020, p. 5). A afirmação de que o vírus era democrático, afetando a todas as pessoas independentemente de sua posição social, foi uma falácia, pois o que se viu no Brasil foi um sistema colapsado pelas profundas desigualdades sociais e econômicas. Não curioso o fato de que a primeira vítima da doença, que chegou a óbito, foi uma mulher negra, empregada

doméstica, contagiada pela patroa branca que acabara de retornar da Europa. Portanto, é necessário considerar que questões como raça e classe são igualmente determinantes para vivências mais austeras na pandemia. Helena Hirata (2012) afirma que na delegação de atividades de cuidado, pessoas negras e pobres são mais sobrecarregadas, além de receberem menos e executarem serviços considerados de menor valor, entendidos como “sujos”.

Portanto, são diversas as determinantes que dificultam uma grande camada da população a cumprir as preconizações da OMS em relação ao isolamento social ou a práticas saudáveis para o desenvolvimento da qualidade de vida. Garrido e Rodrigues (2020) nos fazem lembrar que a pandemia chegou em um momento em que o Brasil enfrentava forte crise econômica e política, que só se agravaram. Neste sentido, estes determinantes sociais do processo de saúde-doença atravessam as condições materiais dessa camada da população, fator que contribui para a dificuldade do cumprimento das recomendações de saúde mental durante a pandemia.

Deste modo, tão mais importante que tratar sobre relações de dominação-exploração é problematizar como aquelas que vivenciam relações de opressão a compreendem, apontando implicações e contradições que envolvem esta dinâmica.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

No presente estudo trazemos como proposta a análise de determinadas categorias que coadunam com os questionamentos e os objetivos desta pesquisa. O patriarcado é a primeira categoria utilizada, definida por Heleieth Saffioti (2015), importante socióloga, brasileira e ativista feminista, como um caso específico de relações de gênero, sendo elas desiguais e hierárquicas. Deste modo, a ordem patriarcal de gênero admite a exploração e dominação das mulheres pelos homens, configurando assim a opressão feminina.

A divisão sexual do trabalho, é uma categoria que possui crucial importância para o nosso estudo, já que, como vimos nos estudos acima mostrados, a sobrecarga de trabalho para as mulheres aumentou consideravelmente durante a pandemia, pois, a elas, são atribuídas as responsabilidades domésticas. De acordo com a filósofa e feminista nascida no Japão, naturalizada brasileira, Helena Hirata *et al.* (2009), a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo. Desta forma, podemos entender que as práticas sexuadas são construções sociais que destinam os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva, como aponta outra importante autora a ser considerada nesta categoria, a socióloga feminista francesa Danièle Kergoat (2009). A pesquisadora afirma que a problematização da divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista, pois ela implica estudar os deslocamentos e rupturas da reprodução social, assim como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência desta divisão.

Não podemos deixar de considerar a importância das reflexões da ativista feminista, e também filósofa, italiana radicada nos EUA – Estados Unidos da América, Silvia Federici, trazendo para este estudo a categoria de Trabalho Reprodutivo. Federici (2019) argumenta que a exploração das mulheres e do trabalho doméstico ocorre em razão da acumulação de capital pelo Estado ao impor a ideia de que estas atividades são de natureza feminina, pressupondo que o trabalho doméstico é intrínseco à natureza da mulher. Deste modo, a lógica capitalista determina a mulher como a base na organização do trabalho dentro da instituição familiar. A autora salienta que o trabalho reprodutivo, primeiramente entendido como trabalho doméstico, era, e ainda é, necessário para o capitalismo, pois, por não ser remunerado contém o custo da força de trabalho. Portanto, a desvalorização do trabalho reprodutivo é um dos pilares da acumulação capitalista e da exploração do trabalho das mulheres. Ele se refere a todo o trabalho necessário para o sustento da vida e sobrevivência, quanto para a reprodução da vida.

3.1 Patriarcado

A estrutura patriarcal tem sido responsável por diversas perdas sociais. E este sistema de dominação-exploração é um dos mais antigos, datando em cerca de seis milênios, como descreve Saffioti (1987). Durante a pandemia não foi diferente, a opressão às mulheres se evidenciou, já que, elas são, na maioria das vezes, atingidas em maior intensidade, devido à exploração e dominação masculina. Isso porque, como aponta Saffioti (2009), o patriarcado funciona quase como uma engrenagem automática: “Ele opera como um pacto entre os homens para o exercício da opressão das mulheres, um regime que se ancora em uma maneira dos homens assegurarem a si e aos seus, meios necessários à produção diária da vida e sua reprodução” (Hartmann *apud* Saffioti, 2009, p. 10).

Tornando-se quase automático, não é necessário que a figura masculina esteja presente para que as relações de opressão, exploração-dominação se exerçam em função desta lógica.

“Das mulheres, é arrancado o desenvolvimento do uso da razão e do exercício do poder, já que, lhes é atribuído o papel de desenvolver comportamentos dóceis, cordiais, apaziguadores, enquanto os homens são estimulados a desenvolver comportamentos agressivos, perigosos, que representam força e coragem” (Saffioti, 2015, p. 37).

São diversos os campos de subordinação da mulher ao homem, podemos citar os campos político, econômico e familiar. Como afirma Saffioti (1987), no campo político podemos ver quão excluídas estão as mulheres desta esfera, quase nunca ocupando lugares de poder. Em relação ao setor econômico, é fato que a mulher participa muito mais do mercado informal do trabalho, setores que os capitalistas entendem que não são os mais rentáveis. É atribuída às mulheres a ocupação na esfera reprodutiva, exercendo o trabalho doméstico não remunerado e as diversas formas do trabalho do cuidado, não valorizado e sequer considerado trabalho. Já no meio familiar os exemplos de exploração-dominação do marido, ou pai e padrasto são diversos. É dentro desta lógica que nos deparamos durante a pandemia com um Presidente da República negacionista, que desqualificava todo o potencial catastrófico da doença e encorajava a população à não vacinação, com um número exorbitante de mortes e pessoas com sequelas decorrentes da doença, que são, por sua vez, cuidadas majoritariamente por mulheres.

Tais desigualdades, sejam elas no campo político, econômico, familiar, entre outros, são fruto da dinâmica social patriarcal na qual estamos inseridas. Partindo das concepções feministas dos anos 1970, “o patriarcado pode ser entendido como uma formação social em que

os homens detêm o poder, sendo sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (Delphy, 2009, p.173). A natureza deste fenômeno é o domínio exercido por homens sobre as mulheres, como afirma Saffioti (2015). Delphy (2009), acrescenta que o termo patriarcado retrata um sistema, não dizendo respeito a relações individuais. Neste sentido, Saffioti (1987) avança dizendo que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação modelado pela ideologia machista. Além disso, se configura como um sistema de exploração. A autora afirma que, para efeitos de análise, a dominação pode ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, já a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico.

Nos usuais dicionários ingleses, patriarcado se refere a uma forma de organização social na qual o macho é o chefe da família e de sua descendência. Saffioti (2015) descreve que o termo se refere a uma força institucional que opera sem cessar e abrindo mão de muito rigor, quase automaticamente. “É uma estrutura hierárquica que confere aos homens o direito de dominar as mulheres, independentemente da figura humana singular investida de poder, isto é, pode ser acionado por qualquer um, inclusive por mulheres” (Saffioti, 2015, p.108).

A palavra “patriarcado” comporta, portanto, triplamente a noção de autoridade e nenhuma noção de filiação biológica, como descreve Delphy (2009), isto porque, a palavra *pater* em sânscrito, grego ou latim, não designa o pai no sentido contemporâneo, “na língua do Direito aplicava-se a todo homem que não dependia de nenhum outro e que tinha autoridade sobre uma família e um domínio” (Fustel de coulanges, 1864 *apud* Delphy, 2009, p. 174).

A exploração patriarcal é entendida por sua opressão comum, específica e principal das mulheres, primeiro porque atinge a maioria, basicamente todas as mulheres, por isso, comum; específica porque a obrigação de fornecer serviços domésticos é só das mulheres; e principal porque mesmo trabalhando “fora”, o pertencimento de classe derivado é condicionado por sua exploração enquanto mulheres (Delphy, 2015, p. 116). De acordo com Guillaumin (*apud* Ferreira *et al.* 2014, p. 31), o patriarcado diz respeito a uma relação de poder, um ato de força permanente, que se caracteriza pela apropriação do conjunto das mulheres pelo conjunto dos homens.

3.2 Divisão Sexual do Trabalho

Cabe também levantarmos discussões em torno da divisão sexual do trabalho, tendo em vista que é uma situação impregnada por domínio e exploração. Este é um instrumento que perpassa as relações sociais de sexo para justificar a dominação. A socióloga Danièle Kergoat (2009), uma das principais estudiosas do tema, afirma que a divisão sexual do trabalho é uma forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo. Para a autora, “homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas construções sociais que formam dois grupos envolvidos em uma relação social específica: as relações sociais de sexo” (Kergoat, 2009, p. 67).

O surgimento da divisão sexual do trabalho se situa na revolução industrial. Anterior a este período, no ocidente, as atividades domésticas aconteciam junto à esfera da produção, é o que esclarece Herrera (2019). As feministas apontadas neste estudo evidenciam as representações que acorrentam e aprisionam o feminino a lugares sociais determinados, assim como tarefas e papéis limitados e estereotipados, portanto, elas chamam a atenção para o fato de que tudo é político, ou seja, “o que é privado também é público”. No entanto, vale destacar que, mesmo antes da separação das esferas pública e privada, a unidade familiar não era homogênea, apresentava diferenciações nas relações entre os sexos, e entre espaço público e privado. Herrera (2019) alerta que situar a origem da divisão sexual do trabalho na industrialização não significa afirmar que esta divisão se iniciou neste período. Com a industrialização, as famílias foram retiradas da esfera produtiva e assim ocorreu um processo gradativo de deslocamento do trabalho reprodutivo coletivo, realizado pela comunidade, para o âmbito privado (Carrasco; Borderías; Torns, 2011).

Com a separação da unidade doméstica em relação à unidade de produção, profundas mudanças nas características e condições do trabalho familiar doméstico contribuíram para uma divisão sexual do trabalho mais marcante, já que os homens passaram a ocupar espaços produtivos e públicos, e as mulheres continuaram na esfera privada para realizar o trabalho reprodutivo. “A organização social atribui aos homens os espaços públicos e às mulheres os espaços domésticos, identificados com as necessidades, a reprodução social e o cuidado” (Rodrigues, *et al.*, 2018, p. 43). Esta situação é descrita por Hirata *et al.* (2009), ao dizer que a relação de dominação sexual acontece, além de outros fatores, também quando se definem características com destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, favorecendo assim a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado. Neste sentido, “a divisão sexual do trabalho, baseia-se em dois principais

pressupostos, o da separação e o da hierarquização, o primeiro é responsável por distinguir trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o segundo atribui maior valor ao trabalho dos homens” (Kergoat, 2009, p.67). Desta forma, a mulher ocupa o papel do outro escondido, termo cunhado por Orozco (2015), dialogando com Simone de Beauvoir, destacando o trabalho invisível e não remunerado realizado pelas mulheres no cuidado com os lares e a reprodução, como unidades de produção.

Conforme Hirata e Kergoat (2007, p.600), “a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo”. Desde a década de 1970, os debates feministas destacam a questão da divisão sexual do trabalho, e trabalho e cuidado, como questão fundamental na construção da feminilidade e da masculinidade. Hirata (2009) aponta que mulheres dedicam mais tempo à reprodução social da vida e ao trabalho que os homens. Um equívoco que relega as mulheres a protagonizar o cuidado como papel que lhes foi atribuído arbitrariamente. Neste sentido, as desigualdades das relações sexuais se acentuam cada vez mais. Conforme Hirata (2002, p. 280), a divisão sexual do trabalho fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração de um sexo pelo outro, a "divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder".

Para Herrera (2019), a divisão sexual do trabalho é um elemento constitutivo das relações sociais, deste modo, responsável pela invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo realizado, na maioria das vezes por mulheres. São diversos os processos sociais utilizados para hierarquizar as atividades, sendo que as atividades produtivas são mais valorizadas que as atividades reprodutivas. Hirata (2002) afirma que a divisão social e técnica do trabalho acompanha uma hierarquia evidente do ponto de vista das relações sexuadas de poder. Então é possível entender que, em cada época e em diferentes espaços, se estabeleceu uma forma de definir as atividades de produção e reprodução. Herrera (2019) afirma que, em alguns momentos, a produção e reprodução estão explicitamente diferenciadas e em outros se mesclam, como é o caso do meio rural. Ainda segundo a autora, neste meio, o trabalho reprodutivo continua sendo realizado no mesmo local que o trabalho produtivo, sendo ele o estabelecimento rural. O que não significa que não exista divisão sexual do trabalho no meio rural:

Por ser comum o envolvimento de toda a família na execução das tarefas produtivas, há uma sobreposição das esferas de produção e reprodução, haja

vista que as mulheres e os homens não se deslocam de suas propriedades para trabalhar. Dependendo da natureza da atividade, as mulheres tampouco se deslocam do espaço doméstico para realizar as atividades produtivas (Herrera, 2019, p. 60).

Portanto, é comum que as mulheres tenham dificuldades para nomear ou diferenciar as atividades realizadas no seu dia-dia como produtivas ou reprodutivas, conforme afirma Maria Ignez Paulilo (2004).

3.3 Trabalho Reprodutivo

O conceito de trabalho não remunerado da mulher precisa ganhar destaque, já que a sociedade tem sido ancorada por ele, e não apenas no período de pandemia. Federici (2019) nos lembra que o trabalho doméstico não só tem sido imposto às mulheres, como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina. As reflexões sobre o trabalho doméstico se ampliam, já que não é somente esta sobrecarga que a mulher carrega, mas da maioria das atividades por meio das quais se reproduz a vida.

Já na introdução de sua obra *O Ponto Zero da Revolução*, Federici (2019) descreve que a questão da reprodução deve ser entendida como um complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e trabalho são reconstruídos diariamente. Reconhece a autora, em entrevista para o canal de internet *Traficantes de Sueños* (2021), que quando conheceu novas culturas ampliou seus estudos para além dos questionamentos do feminismo branco e europeu, que as camponesas, as indígenas, as moradoras das periferias urbanas formam a primeira linha na luta por uma sociedade distinta, por uma reprodução que nos dê vida, que nos dê um futuro, que nos nutra.

Portanto, a noção do trabalho doméstico não pode ser reduzida, é importante tratar sobre o trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres. Federici (2019) aponta que a raiz da exploração da mulher, de sua subordinação social, não está no que os marxistas pensavam, quando alegavam que as mulheres eram excluídas da produção social, excluídas do trabalho que produz capital. Pelo contrário, na verdade, o que é chamado de “trabalho doméstico” é trabalho de produção da força de trabalho, um trabalho que tem sido depreciado e desvalorizado, e que é fundamental para toda a organização capitalista do trabalho, pois, ele é o fundamento de toda atividade laboral, ele é a reprodução da força de trabalho.

As mulheres vivem, neste contexto, um impacto significativo, já que, historicamente foram responsabilizadas pelo cuidado com os filhos, companheiros e demais familiares, além

do cuidado com a casa e os afazeres domésticos, como apontam Silva *et al.* (2021). Tais condicionamentos nos levam a acreditar que, ao ser feito “por amor”, é então uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da dita “natureza feminina”, é o que descreve Federici (2019). Ao falar sobre a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres, Delphy (2015) deixa claro que as mulheres são excluídas do mercado da troca enquanto agentes econômicos, a sua produção não é valorizada e a exclusão do trabalho da mulher no campo da troca resulta na própria natureza dos serviços domésticos.

Federici (2017) aponta três principais fenômenos para a acumulação capitalista; primeiramente o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; daí a construção de uma nova ordem patriarcal, que é baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; e, por fim, a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. Herrera (2019) aponta que ainda que o trabalho reprodutivo tenha um grande significado para o bem-estar, para a reprodução biológica e social das pessoas, é um trabalho de caráter não mercantil. Desta forma, é desvalorizado e ignorado pela sociedade que depende dele para reproduzir, assim como por abordagens econômicas hegemônicas, que não consideram o trabalho reprodutivo como passível de geração de valor monetário.

Somadas as sobrecargas apontadas acima devido às desigualdades diversas, Paulilo (1987) chama a atenção para o que nomeia como “O peso do trabalho leve”. A autora descreve como a distinção feita entre trabalho leve e pesado é qualificada em função de quem o realiza. Ainda que o número de horas seja o mesmo, ou que o esforço físico exigido se contraponha a habilidade, paciência e rapidez requerida pelo outro, o que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe, mulheres, crianças ou homens. Situação que possivelmente se agrava se consideramos um contexto de alta demanda de cuidado.

Esta situação nos chama a atenção para a realidade da mulher e trabalhadora rural, pois a vivenciam fortemente. Já no ano de 1987, Saffioti aludiu para o fato de que a legislação que rege o trabalho rural discrimina a mulher em maior medida ao ser comparada à legislação urbana. No contexto da pandemia, possivelmente esta situação se intensificou, além do trabalho no campo, forjado como mais leve em relação ao trabalho do homem, o cuidado com entes familiares aumentou. As atividades produtivas da mulher rural se estendem, ao mesmo tempo, para o mercado e para a subsistência. Nobre *et al.* (2021) relatam que o trabalho da mulher rural abrange, além do cuidado com crianças, doentes e pessoas dependentes, a ocupação de seu tempo em cuidados com pessoas com plenas capacidades, com tarefas domésticas, principalmente a alimentação. Além disso, na agricultura familiar, o trabalho do cuidado se

estende aos animais, plantas, como quintais, hortas, currais, entre outros espaços de produção protagonizados pelas mulheres, que obedece a mesma lógica de um trabalho essencial, mas principalmente não remunerado, portanto, menosprezado.

Paulilo (2000) destaca que todas estas atividades produtivas são destinadas ao mercado e/ou à subsistência, ou as atividades reprodutivas, como por exemplo, o trabalho do cuidado; os afazeres domésticos; os cuidados com as pessoas dependentes ou não; são realizadas em um mesmo espaço, sem descontinuidades de tempo. Para Herrera (2019), o impedimento para a continuidade da formação escolar, ou a possibilidade de usufruir tempo para si, utilizar o tempo para o lazer, para a qualificação profissional, portanto, para construir um projeto de vida independente da necessidade dos membros da família, está atrelado à sobrecarga de trabalho a que a mulher é submetida.

Desta forma, como descreve Delphy (2015), percebe-se que, em todos os setores que a unidade de produção é a família, como é o caso da agricultura, o trabalho das mulheres não é remunerado, seja na produção de produtos para uso doméstico ou para o mercado. A autora explica que, como a família se baseia na exploração dos aparentados, ou afiliados pelo casamento, a exploração acontece em qualquer lugar em que o modo de produção permaneça familiar. No contexto da propriedade rural, o trabalho da mulher é essencial, já que, do seu trabalho gratuito, compõe-se a economia geral da propriedade. Saffioti (1987, p.50) contribui com este tema ao apontar que:

Quando marido e mulher trabalham na mesma atividade, o que é muito comum na agricultura, a mulher deixa de reivindicar seu direito ao registro em carteira para não prejudicar o marido. Aceita, muitas vezes, trabalhar clandestinamente, porque o patrão ameaça-a com a despedida, não apenas a sua, mas também a de seu marido. Como o desemprego, além de suas consequências financeiras negativas, é considerado vergonhoso para o homem, cabe à mulher, segundo o estereótipo, abrir mão de seus direitos.

O trabalho da mulher, portanto, não é visto ou considerado, as mulheres são reduzidas ao estado de objeto material, como descreve Guillaumin (2014). A autora esclarece que o corpo é um reservatório de força de trabalho e, enquanto tal, ele é apropriado. A apropriação física e a monopolização da força de trabalho se igualam à servidão.

Segundo Federici (2019), o trabalho doméstico se configura como uma das manipulações mais disseminadas, e uma das violências mais sutis que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora, por ser considerado como um atributo natural da mulher e não como trabalho, é legitimada a sua não remuneração. O modo capitalista

de produção não explicitou apenas a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais. Ele se utiliza também de uma tradição da subvalorização das capacidades femininas, e compõe-se de mitos que justificam a supremacia masculina. E, com isso, justificam a marginalização de alguns setores da população no sistema produtivo de bens e serviços. Delphy (2015) constata a existência de dois modos de produção na sociedade atual, a produção industrial, que produz a maioria das mercadorias e a produção de modo familiar, em que contam os serviços domésticos, a criação dos filhos e ainda a produção de algumas mercadorias. A produção industrial dá lugar à exploração capitalista, já a produção familiar, à exploração familiar, ou melhor, patriarcal.

4 CAMINHADA METODOLÓGICA

4.1 Local da pesquisa

Para apresentar a metodologia utilizada, primeiramente vem a necessidade de avançarmos o conhecimento sobre onde e como é o lugar em que esta pesquisa com mulheres rurais se realizou. Para isso, trazemos alguns dados sobre a região que se farão agora conhecidos. O município de Cruzília, onde se situa a Escola Municipal do Chalé, pertence ao caminho velho da Estrada Real, localizado no Sul de Minas Gerais, e se integra ao circuito turístico do Vale da Mantiqueira. A cidade é conhecida pela produção de seus famosos queijos, também pela alta qualidade em produção moveleira e por ser berço do Cavalos Mangalarga Marchador.

Cruzília teve sua fundação em 27 de dezembro de 1948, quando se emancipou. Suas fronteiras se dividem com as cidades de Luminárias, São Thomé das Letras, Baependi, Aiuruoca, Minduri e Carrancas. Em relação ao número populacional, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a população cruziliense estava estimada, para o ano de 2018, em 15.358 habitantes. Em 2022, últimos dados do IBGE, a população residente chega a 15.362 indivíduos, destes, 14.077 pessoas eram residentes da zona urbana, já o restante, 1.285 pessoas, fazem parte da população rural.

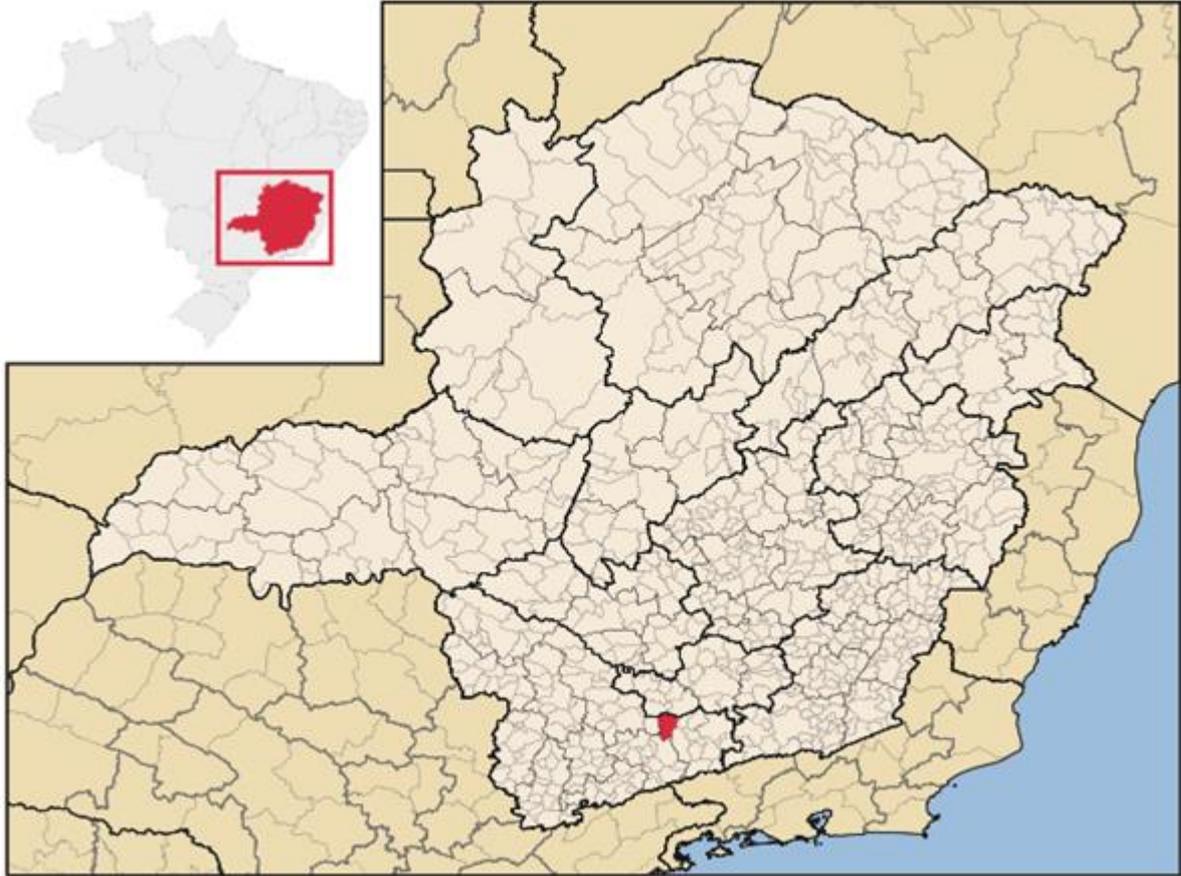
Ao destacarmos as diferenças de números, no que se refere às diferenças de sexo, soma um total de 7.346 mulheres, sendo que, destes 6.763 se concentram na área urbana e 583 na área rural. Já em relação aos homens, é contabilizado um total de 7.245, destes, 6.523 vivem na zona urbana e 722 na zona rural.

Quanto às suas dimensões, ainda de acordo com dados do IBGE (2022), consta que a área territorial do município é de 522,419km², com densidade demográfica de 27,93 hab/km², e conta com 98,7% de pessoas escolarizadas entre os seis aos 14 anos de idade. Os dados apontam que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM - é de 0,695.

Como referem os dados do IBGE (2022), no ano de 2021, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17,8%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, havendo 36,3% da população nessas condições (BRASIL, 2020). Por meio da imagem

disponibilizada pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal¹, é possível localizar o município no mapa Estadual:

Mapa 1 - Localização do município no mapa estadual.

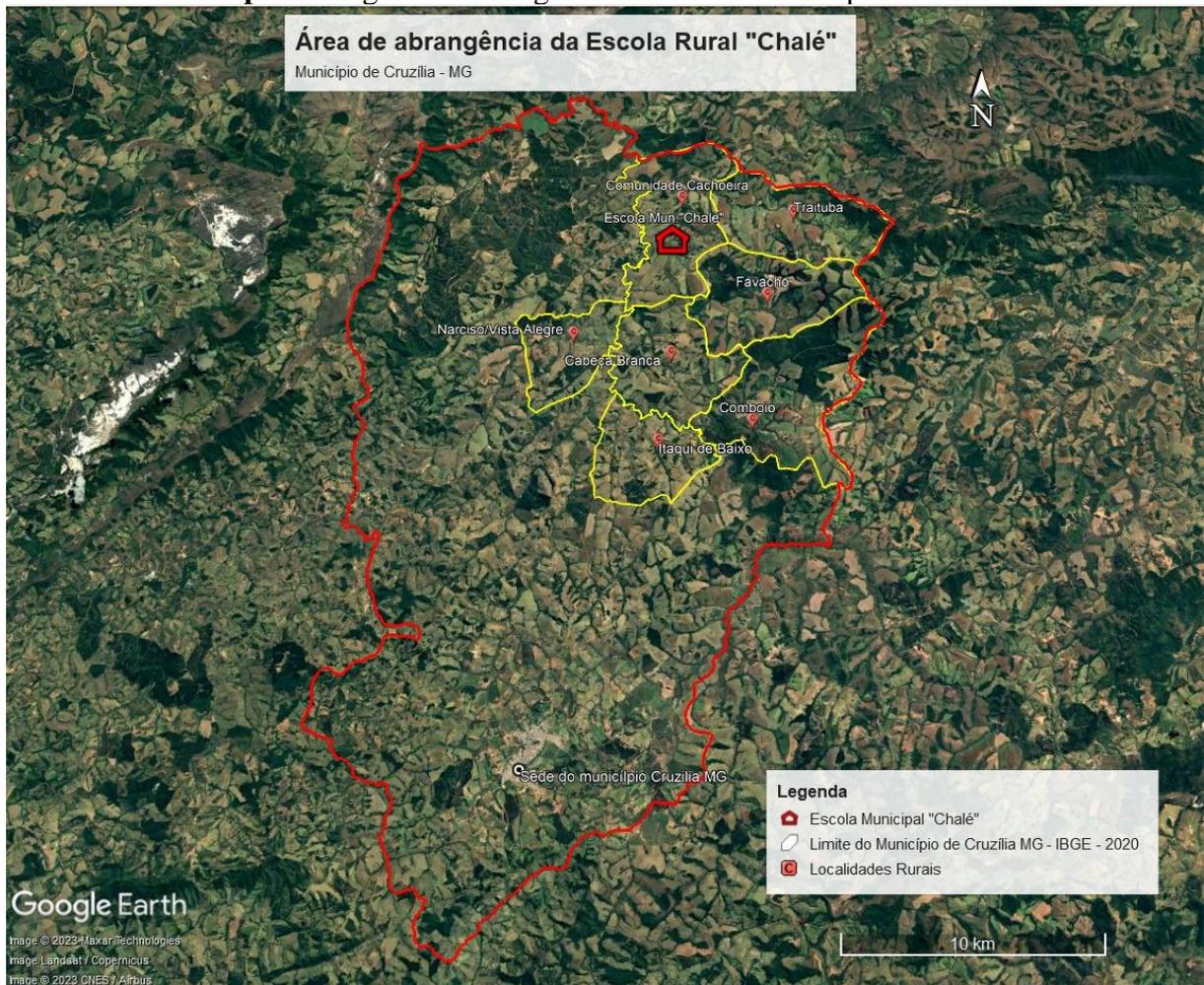


Fonte: Prefeitura de Cruzília-MG, 2023.

Ainda para contribuir com a visualização da localidade na qual o estudo foi desenvolvido, temos a imagem por satélite disponível no aplicativo do Google maps, onde é possível localizar toda a região de abrangência da Escola Municipal do Chalé:

¹ Cruzília (MG). Prefeitura. 2023. Disponível em: <http://www.cruzilia.mg.gov.br/site/index.php/dados-gerais>. Acesso em: set. 2022.

Mapa 2 - Região de abrangência da Escola Municipal do Chalé.



Fonte: Google mapas, 2023.

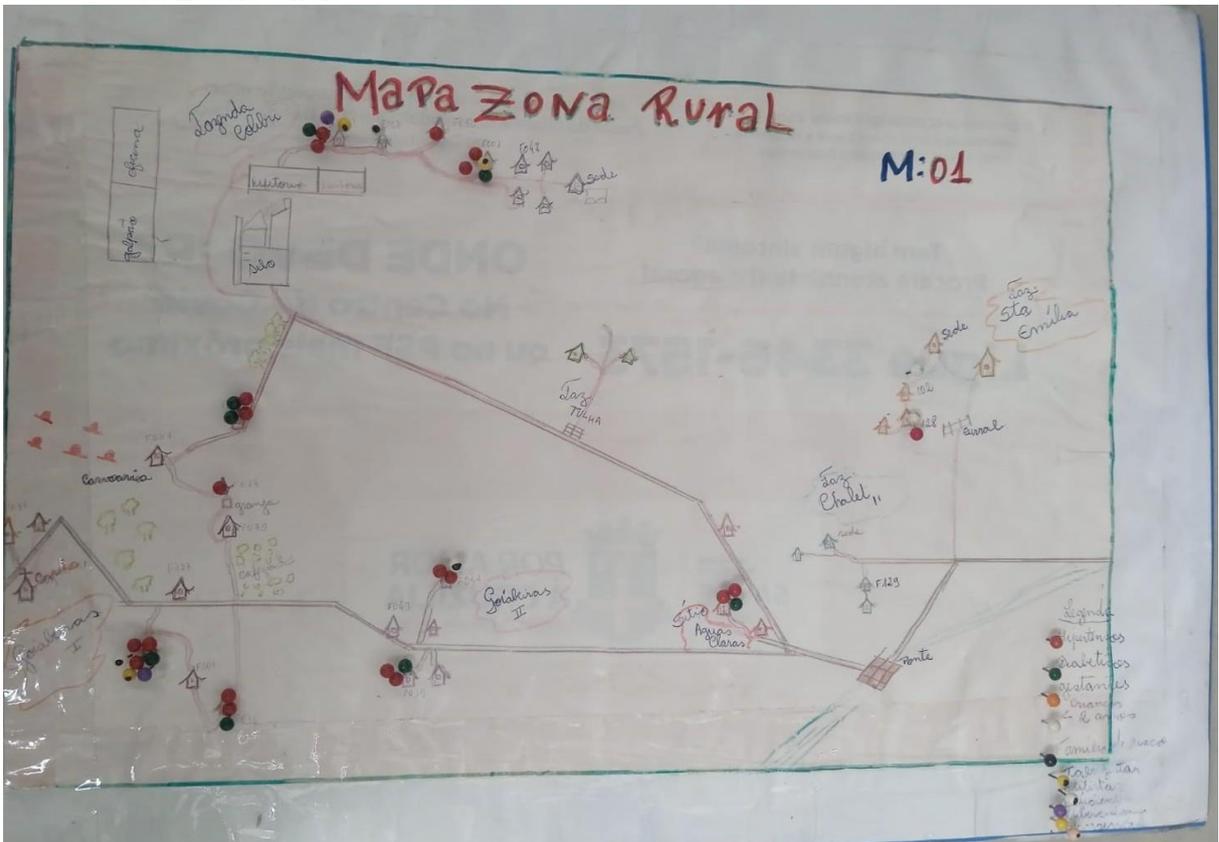
A Escola Chalé² está localizada a 26 Km do município, instituição que formava o elo entre as mulheres que foram ouvidas nesta pesquisa, quando as conheci.

São atendidas pela Escola Municipal Rural do Chalé as Comunidades Traituba, Trianon, Comboio, Favacho, São Geraldo, Santa Tereza, Narciso, Vista Alegre, Colibri, Santa Emília, Chalé e Chalé II, sendo cadastrados pela Estratégia de Saúde da Família 50 domicílios referentes a estas regiões, destas, 16 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tais dados estão disponíveis no Aplicativo e-SUS (Instrumento de Base de Dados do Sistema Único de Saúde) Território, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

² Vale destacar que a Escola Chalé está sendo citada, pois, ela foi o ponto de encontro inicial em que foram conhecidas pela pesquisadora todas as mulheres e que as une no sentido das interações, já que, este espaço foi o ponto de encontro entre elas em determinadas ocasiões. Não se trata de uma escola de educação no campo, e o foco desta pesquisa não está voltado à escola, mas sim, às mulheres.

A porta de entrada para a realização da pesquisa ocorreu por meio do conhecimento que a pesquisadora tem da área de abrangência e das entrevistadas, tendo em vista o trabalho no NASF, como citado. Por meio de foto concedida pela Agente Comunitária de Saúde, podemos visualizar o mapa das regiões rurais acima citadas, mapa este que é desenhado por Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para registrarem sua região de abrangência, em esquema de cartografia, para que toda a equipe tenha conhecimento sobre a região. No primeiro mapa, estão listados os bairros rurais que fazem parte da área de abrangência da Escola Chalé; já no segundo, estão listadas todas as casas de moradoras e moradores, com uma legenda em que as siglas se referem a comorbidades de saúde em cada residência:

Mapa 3 - Cartografia feita por ACS - Bairros rurais que fazem parte da área de abrangência da Escola Chalé



Fonte: Foto cedida por Agente Comunitária de Saúde, 2023.

Para acessar as entrevistadas primeiramente, foi feito o contato com a Agente Comunitária de Saúde do PSF (Programa de Saúde da Família), unidade rural, para a divulgação da pesquisa a ser realizada. Posteriormente, o contato via convite escrito foi entregue em mãos pela Agente Comunitária de Saúde e a entrevistadora. Neste momento agendamos local e horário mais convenientes para a entrevistada. Por fim, foi realizada a entrevista (APÊNDICE B) livre/aberta a partir de alguns questionamentos, no intuito de captar os significados vivenciados por elas durante a pandemia. Em todas as entrevistas a Agente Comunitária de Saúde esteve presente, já que ela é a pessoa com maior vínculo com as mulheres e sabe chegar até as casas, conhece toda a região. A pesquisadora teve vínculo com as mulheres em anos anteriores e tem um conhecimento menor das estradas da região percorrida. É de extrema importância ressaltar que foi salientado para as entrevistadas que em nenhum momento elas seriam identificadas, preservando sempre o sigilo de suas identidades. Foi dado um espaço anterior ao início da entrevista para a leitura do termo de assentimento e assinatura, se assim fosse o desejo das participantes. Todas elas se mostraram à vontade para a assinatura do termo.

Após o convite feito e aceito, junto com a Agente Comunitária de Saúde, percorremos a zona rural, indo até às casas das mulheres ou ao local onde a entrevistada declarou durante o convite se sentir mais à vontade para falar de suas experiências. Para facilitação do processo da fala, utilizamos algumas perguntas referentes ao perfil sócio-demográfico e, posteriormente, questionamentos que proporcionassem a abertura da fala sobre as experiências vivenciadas durante a pandemia.

Desta forma, buscamos estabelecer um contato genuíno em que as experiências vividas pelas mulheres pudessem ser captadas e descritas, de modo que toda a comunidade que tiver acesso a esta pesquisa possa se conectar com as vivências de um grupo de mulheres rurais que outrora lutaram e que, possivelmente, tiveram que lutar muito para enfrentar outra batalha, naquele momento contra o coronavírus, em uma sociedade enraizada pelo patriarcado e suas severas consequências opressivas e exploradoras. Deste modo, apresentamos um recorte, de uma jornada enriquecedora, que foram as entrevistas realizadas.

4.3 As entrevistadas: quem são estas mulheres?

O número total de mulheres mães ou responsáveis pelo/as estudantes da Escola Chalé no ano de 2020 é de 14, 2020 é o período referente ao primeiro ano de pandemia. Todas foram convidadas a participar desta pesquisa como entrevistadas, porém, uma não se disponibilizou. Em relação às 13 participantes, são mulheres que se encontram na faixa etária entre os 23 e os

56 anos, todas residentes nas regiões acima citadas, que compõem a zona rural. Apenas duas delas possuíam trabalho formal registrado naquele ano.

É importante destacar que todos os nomes utilizados são fictícios, preservando assim o sigilo da identidade das entrevistadas, conforme acordo selado com as próprias mulheres. Os nomes escolhidos são uma homenagem a mulheres latinas que se destacaram, seja nas artes, em geral, como literatura, pintura, música, ou na militância política e educacional.

Frida tem 23 anos, parda, beneficiária do Programa Bolsa Família, possui o ensino médio incompleto, é mãe de uma menina de seis anos, vive junto com a filha e o marido e também padrasto da criança. Apenas o companheiro possui registro de trabalho formal, Frida não sabe informar qual a renda a família possui. Ao chegarmos em sua casa para a entrevista, nos recebeu, junto de sua filha que estava a fazer os deveres de casa e logo nos mostrou sua tarefa, nos disse que a mãe estava lhe ajudando, lhe passando um ditado para que ela aprendesse a ler. Na casa, estavam uma cunhada com um bebê e o marido de Frida. Ao final de nossa entrevista, Frida conversou com a Agente Comunitária de Saúde sobre o fato de o marido estar com dores na coluna já há dois dias, porém, não aceitava ir ao médico. Diz Frida: “Prefere passar dor, fica aí igual velho”.

A próxima entrevistada é Carolina Maria, tem 25 anos, branca, possui ensino fundamental incompleto, é mãe de uma menina de seis anos, vive com o companheiro e a filha do casal, não recebe benefício social, a família possui uma renda de um salário e meio advindo do trabalho do marido que possui carteira assinada. Carolina Maria nos aguardava na porta de sua casa, a avistamos da porteira. Ao chegarmos, nos deparamos com as abóboras já colhidas madurando no terreiro. Carolina Maria nos convidou a entrar em sua casa composta por uma cozinha, um quarto e um banheiro, a filha brincava no quarto com suas bonecas e outros brinquedos cor de rosa. Nos acomodamos em volta da mesa da cozinha e assim iniciamos a prosa.

Ivone Lara tem 31 anos, possui o ensino médio completo, é mãe de dois meninos, um de nove e outro de quatro anos de idade, é beneficiária do Programa Bolsa Família, vive com os filhos e o marido que tem emprego formal registrado. Ao ser questionada sobre a renda, afirma: “Um salário mínimo que é do meu marido”, indicando que ela própria não possui trabalho registrado. Quando pergunto sobre a cor que se autodeclara, fala com ênfase e sorriso no rosto que é preta. Ivone Lara se espanta com nossa chegada, confessa que havia esquecido da entrevista que agendamos, porém, ainda assim, mostra-se pronta a nos receber, pede desculpas por considerar que a casa estava bagunçada, ajeita um lugar na mesa da sala para que

eu pudesse me acomodar junto dela. Os meninos estão no terreiro brincando com os cachorros e a pipa.

Mercedes tem 44 anos, branca, com ensino fundamental incompleto, mãe de dois meninos, um de 11 e outro de 18 anos de idade, a entrevistada realiza trabalho formal com carteira assinada. Em 2020, trabalhava na fazenda onde morava e recebia mil e duzentos reais. Atualmente mora na cidade e trabalha no comércio, com renda de dois mil e quinhentos reais. O marido também realiza trabalho formal com renda de um salário e meio. No período da pandemia, vivia com o marido e os dois filhos na zona rural, porém, mudou-se para a cidade com os filhos no final de 2022, o marido permanece morando e trabalhando na fazenda, vindo para a cidade aos finais de semana e nas folgas. Mercedes relata que decidiu vir para a cidade para melhorar a qualidade do ensino escolar dos filhos.

Laudelina tem 42 anos, preta, ensino fundamental incompleto. Mãe de três filhos, dois meninos e uma menina. Um menino de nove anos, o outro é maior, não sendo especificada a idade, e a filha, que está grávida, tem 17 anos. É beneficiária do Programa Bolsa Família, apenas o marido possui trabalho com registro formal, e a renda é de um salário mínimo. Em frente à tronqueira, para quem não conhece é a famosa porteira de arame farpado que só se abre com as duas mãos, um cavalo pastando, despachamos o animal e adentramos o terreiro. Porteira adentro, a Agente Comunitária de Saúde chama pela entrevistada, lá no mato em meio à plantação de capim, grita por ela o seu companheiro e sai Laudelina à porta. Em frente à casa, um grande banco de madeira, é onde nos aconchegamos para a entrevista. O marido vem se aproximando aos poucos, lhe explico o que estamos a fazer, ele se mantém próximo, iniciamos a entrevista.

Dandara, 41 anos, preta, ensino fundamental incompleto, mãe de quatro filhos, um homem e três mulheres. O filho é adulto, duas meninas adolescentes, e uma adulta jovem. Duas filhas são acometidas por deficiências, uma delas, física e outra cognitiva, a entrevistada é portadora de surdez congênita. As duas filhas com deficiência são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada, vive com o companheiro que não é pai de seu filho e suas filhas. O companheiro é aposentado e possui trabalho formal com carteira assinada totalizando dois salários mínimos. Dandara nos recebeu com um abraço apertado e caloroso, subimos as escadas para chegar em sua casa que é no segundo andar, pede desculpas, pois, estava em reforma tentando ajeitar os estragos que a chuva fizera. Duas filhas estavam em casa, uma delas lavando as louças do almoço, a outra estava se aprontando para ajudar a tia a cuidar da prima que é bebê, no andar de baixo. Sentamos na mesa da cozinha, Dandara me pede para falar alto explicando sobre sua condição de audição.

Elza tem 28 anos, preta, ensino médio completo, mãe de duas crianças, um menino de sete anos e uma menina de dois anos, é beneficiária do Programa Bolsa Família, vive com os filhos e o marido, apenas este possui trabalho com carteira assinada, Elza não quis declarar a renda. Ela estava sentada ao lado da porteira nos aguardando, adentramos ao grande quintal, avisto um belo cenário, a centenária jabuticabeira onde estava preso um balanço para a brincadeira das crianças, na varanda da casa uma bola em um canto, um escorrega no outro, dali avistamos uma horta viva, cheia de legumes e hortaliças. Elza nos acomoda na sala, a filha mais nova brinca na varanda e seu filho mais velho senta no beiral da porta da sala vigiando a irmã enquanto a mãe nos dá atenção, podendo ainda participar do diálogo que acontecia na sala.

Nise tem 25 anos, branca, ensino médio incompleto, mãe de dois meninos de oito e quatro anos de idade, beneficiária do Programa Bolsa Família, vive com os filhos e o marido, que trabalha com carteira assinada com renda de três mil e quinhentos reais. Chegamos pós almoço, Nise estava em casa com os dois filhos e o marido, já no quintal, se retirava para o trabalho, fomos convidadas para a mesa da cozinha. Enquanto nos acomodávamos o filho mais velho ajeitava a louças do almoço, juntando-as e limpando a mesa, só depois da tarefa foi com o irmão para o quintal brincar enquanto a mãe participava da entrevista.

Maria Firmina tem 47 anos, branca, foi responsável pelo cuidado das filhas de seu companheiro que viviam com eles no ano de 2020. Atualmente, as meninas moram com a mãe. É beneficiária do Programa Bolsa Família, o companheiro não possui renda fixa, realiza trabalhos informais. Maria Firmina estava acompanhada de seu esposo quando chegamos, ele nos cumprimentou e logo se retirou. Maria Firmina ouvia um som alto com músicas sertanejas dos anos noventa, mantendo o som ligado durante a entrevista. Tímida, nos recebe com um sorriso no rosto, quase não prolonga o assunto e responde sempre brevemente. Moram apenas ela e o companheiro, ambos não têm filhos juntos. Maria Firmina tem quatro filhos adultos que moram na cidade.

Antonieta, 57 anos, preta, mãe de quatro filhos, três deles são adultos, dois homens e uma mulher, e uma menina de doze anos, que é “filha de criação”, como reiterado pela entrevistada. Aposentada com um salário mínimo, assim como seu marido. Vive com o marido e a filha de 12 anos. Antonieta estava com sua filha mais nova em casa quando nos recebeu, porém, com dúvidas se assinaria o termo, dizendo: “Mas essa pergunta é como? É difícil de responder?” Acordamos em primeiro fazer a entrevista e se ela ficasse confortável, então assinaria o termo, caso contrário não usaríamos seu relato, ao final, ela se sentiu achegada, e além de assinar o termo, buscou dialogar longamente sobre o que era indagado na entrevista.

Maria da Penha tem 33 anos, branca, mãe de um menino de nove anos e uma menina de três anos. Não recebe benefícios sociais, vive com os filhos e marido, que possui trabalho formal com carteira assinada de um salário e meio. Maria da Penha preferiu que a entrevista acontecesse na cidade, pois, ela iria cuidar de algumas pendências. Antes do encontro estava na Caixa Econômica Federal, em pé na fila do lado de fora da agência desde as oito horas da manhã, tendo sido atendida às onze horas da manhã, sua filha de três anos de idade a acompanhava. Já cansada após tanta espera, no momento da entrevista acomodou-se e tomou um café reforçado para assim iniciarmos.

Maria Quitéria, 48 anos, preta, ensino fundamental incompleto, mãe de uma menina de 11 anos e um rapaz de 16 anos, atualmente não recebe benefício social, o marido é aposentado e mantém trabalho formal com carteira assinada, totalizando dois salários mínimos. Maria Quitéria trabalha informalmente como diarista, não possui carteira assinada. Me recebi em sua casa às 20:00 horas, havia acabado de chegar do trabalho. Atualmente mora na cidade, o marido permanece residindo na fazenda onde trabalha, a família se reveza para os encontros, existem finais de semana que o marido vem para a cidade e outros que Maria Quitéria e os filhos vão para a roça, lugar onde todos preferem, segundo a entrevistada.

Maria Bonita tem 31 anos, preta, ensino médio incompleto, mãe de três crianças, um menino e duas meninas. A mais velha tem 13 anos, a do meio tem sete anos e o caçula um ano e oito meses. Atualmente mora com marido e seus filhos. Em 2020, viviam junto com Maria Bonita, o marido, seus três filhos e os dois filhos do marido, um total de cinco crianças. É beneficiária do Programa Bolsa Família, o marido trabalha com carteira assinada com renda de um salário mínimo. A primeira ação de Maria Bonita foi me receber com um abraço apertado dizendo sobre a saudade do momento em que tivemos a oportunidade de estarmos juntas. Quando encerrada a entrevista, eis que nos apresenta uma bandeja de bolo de cenoura com cobertura de chocolate e um refresco que havia preparado para nos receber.

Este é o início da apresentação da alma desta pesquisa. Sem elas, este estudo não haveria de ser, é com elas que aprendemos, constatamos, refutamos, dialogamos com o que a teoria e as categorias destacadas nesta pesquisa apontam.

4.4 Delineamento da Pesquisa

Agora que a região onde o estudo foi realizado já é conhecida e, principalmente, as participantes foram apresentadas, passamos a explicar sobre os delineamentos traçados. Tendo em vista que a intenção deste estudo tem por foco a captação dos significados atribuídos às

experiências vividas pelas mulheres rurais no período pandêmico, a entrevista narrativa se mostrou como um importante recurso, já que, com ela:

É possível haver um aprofundamento das investigações, além da combinação de histórias de vida com contextos sócio-históricos, o que torna possível a compreensão dos sentidos que produzem mudanças nas crenças e valores que motivam e justificam as ações dos/as informantes” (Muylaert, *et al.*, 2014 p. 193).

Emergir histórias de vida, visando à profundidade de aspectos específicos é uma das funções da entrevista narrativa, como apontam Muylaert, *et al.* (2014). Neste sentido, a entrevista narrativa é mais íntima, flexível e aberta, como ressaltam Sampiere, *et al.* (2013). Para os autores, ela se define como uma reunião em que a entrevistadora e as entrevistadas conversam e trocam informações e, por meio das perguntas e respostas, é possível que, ao mesmo tempo ocorra a comunicação e a construção de significados a respeito de um tema. Muylaert, *et al.* (2014) acrescentam que a narrativa tem uma forma artesanal de comunicar, não apenas com a intenção de transmissão de informações, mas sim de conteúdos que transmitem experiências, sendo este de atenção central para o estudo realizado.

Seguindo este raciocínio, para se caminhar pelo discurso de sujeitos, a entrevista aberta é utilizada a fim de colocar as mulheres em contato com suas experiências além de as descrever, facilitando assim o alcance do significado do vivido para elas.

Daniel Augusto Moreira (2002) explicita que, na pesquisa qualitativa, o ser humano é o agente e sua visão de mundo é o que realmente interessa, o autor aponta que um campo de saber que contribui direta e indiretamente para o entendimento da humanidade é a filosofia, portanto, para todo o espectro das disciplinas humanas e sociais. É neste sentido que este estudo também lança mão da abordagem de pesquisa fenomenológica, uma vez que esta se constitui como o estudo do vivido visando à descrição de seu significado, tomando a experiência como ponto de partida, como esclarece Mauro Amatuzzi (1996). Sendo esta uma pesquisa que se preocupa com a experiência, utilizamos o método fenomenológico, pois, como aponta Moreira (2002), sempre que se quer dar destaque à experiência de vida das pessoas, o método de pesquisa fenomenológico pode ser adequado.

Vale ressaltar que a escolha da pesquisa de análise fenomenológica aconteceu, pois, ela está de acordo com os pressupostos das ciências formais ou ideais, como descreve Mário Bunge (1980), considerando que os enunciados das ciências formais consistem em relações entre signos e se contentam com a lógica para provar rigorosamente seus teoremas, tendo em vista

que questiona os pressupostos da ciência positiva ou ciências factuais. Para o autor, as ciências factuais valorizam a razão em detrimento das emoções, buscando a impessoalidade para que não haja “contaminação”. A pesquisa de método fenomenológico contrapõe esta lógica, portanto, convergindo com os objetivos desta pesquisa. Como aponta Yolanda Forghieri (2004), a vivência, ou experiência vivida só pode ser alcançada diretamente pelo próprio sujeito, deste modo, o uso do método fenomenológico na pesquisa tem como objeto inicial captar o sentido ou significado da vivência para a pessoa em determinadas situações por ela experienciadas em seu existir cotidiano. Assim, acreditamos que a experiência vivida compartilhada seja a melhor fonte de dados para o fenômeno de interesse, sendo o método básico de coleta a voz da pessoa que vive o fenômeno pesquisado. Moreira (2002) afirma que se considerarmos que esta é forma de colher dados mais ricos e descritivos, então é pertinente o uso do método fenomenológico.

Considerando que os métodos positivistas de pesquisa não abarcam as subjetividades, entendemos que o método fenomenológico contribui de modo efetivo para a compreensão das subjetividades. Forghieri (2004) fala sobre a inabilidade do método experimental e dos métodos observacionais para determinar todos os aspectos do psiquismo humano, considerando que este é amplo e complexo, deste modo, apresenta aspectos outros que não podem ser observáveis externamente, como é o caso da experiência vivida, que só é diretamente alcançada pelo próprio sujeito; além disso, as pessoas têm consciência de sua própria vida e dos entes com os quais se relaciona, atribuindo significado aos acontecimentos de sua existência, o comportamento revela apenas de forma direta e incompleta aspectos de sua experiência.

Outro ponto importante a ser considerado é que as situações que uma pessoa vivencia não tem apenas um significado em si mesmas, mas adquirem um sentido para quem experiencia, que se relaciona a sua própria maneira de existir. Desta forma, o sentido que uma situação tem para a própria pessoa é uma experiência íntima que geralmente escapa à observação:

...o ser humano não é transparente; para desvendar sua experiência, o pesquisador precisa de informações a esse respeito, fornecidas pela própria pessoa. A investigação desse tipo de experiência, que constitui a vivência, apresenta-se como um desafio para o método experimental que está voltado para a observação dos fatos e o significado destes, considerando-os em si mesmos (Forghieri, 2004, p. 58).

O filósofo Edmund Husserl (1859-1938) é reconhecido como o definidor do significado contemporâneo atribuído à expressão fenomenologia (Decastro; Gomes, 2011). Husserl define a fenomenologia como a ciência dos fenômenos, sendo o fenômeno compreendido como aquilo

que é imediatamente dado em si mesmo à consciência do ser humano. A fenomenologia assume, principalmente, o papel de um método ou modo de ver a essência do mundo e de tudo quanto nele existe (Oliveira; Cunha, 2008). Moreira (2002) explica que o sentido do Ser de dado fenômeno, não podem ser separados. Deste modo, a fenomenologia husserliana quer estudar não puramente o ser, nem puramente a representação ou aparência do ser, mas o ser tal como se apresenta no próprio fenômeno, sendo fenômeno tudo aquilo de que podemos nos aperceber na consciência, de qualquer modo que seja, é o estudo da significação das vivências da consciência.

André Dartigues (1992) afirma que, para Edmund Husserl, a fenomenologia procede por descrição e não por dedução:

Trata-se de descrever, não de explicar nem de analisar. Essa primeira ordem que Husserl dava à Fenomenologia iniciante de ser uma “Psicologia Descritiva” ou de retornar “às coisas mesmas” é antes de tudo à desaprovação da ciência. [...] Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente o seu sentido e o seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele (Merleau-Ponty, 1999, p. 3, grifo do autor).

Em fenomenologia, quem pesquisa procura penetrar na vivência dos enunciados da pessoa para compreendê-los a partir de um envolvimento existencial, deixando de lado análises e interpretações racionais, como nos lembra Forghieri (2004). Oliveira e Cunha (2008) apontam a afirmação de Masini quanto ao método fenomenológico, ressaltando que ele é centrado no ser humano, especificamente na análise do significado e relevância da experiência humana.

Deste modo, o método fenomenológico é usado, pois,

[...] ele enfoca fenômenos subjetivos na crença de que verdades essenciais acerca da realidade são baseadas na experiência vivida. É importante a experiência tal como se apresenta, e não o que possamos pensar, ler ou dizer acerca dela. O que interessa é a experiência vivida no mundo do dia-dia da pessoa. (Moreira, 2002, p. 108).

De acordo com Forghieri (2004), o objetivo geral de transpor o método fenomenológico da filosofia para a pesquisa em psicologia é o de procurar captar o sentido ou o significado da vivência para a pessoa em determinadas situações, experimentadas por ela em seu existir cotidiano, pois, podemos apreender a experiência de uma pessoa por meio de seus relatos.

Forghieri (2004) afirma que, embora cada ser humano apresente peculiaridades referentes ao próprio modo de existir, também somos semelhantes existindo em um mesmo mundo, esta estrutura comum que nos possibilita compreendermo-nos e conhecermo-nos uns aos outros. Este conhecimento não se dá por hipóteses prévias:

Na pesquisa fenomenológica o problema do pesquisador está consubstanciado em dúvidas e não em hipóteses prévias, deste modo, o pesquisador irá interrogar os sujeitos para conseguir respostas a essas dúvidas, desta forma, quem interroga terá uma trajetória, estará caminhando em direção ao fenômeno naquilo que se manifesta por si através do sujeito que experencia a situação (Moreira, 2002, p. 111).

O mundo da experiência diz respeito àquilo que não é observável a outras pessoas, ou seja, as emoções, os pensamentos, as sensações, que não são abarcados pelo método experimental, deste modo, a experiência fica num polo designado como subjetivo, como afirma Moreira (2002), e este é o interesse principal nesta pesquisa.

Uma das principais estratégias de coleta de dados do método fenomenológico é a entrevista oral, uma entrevista aberta, com pequeno número de participantes, como foi feito nesta pesquisa. Moreira (2002) aponta que os resultados desse tipo de pesquisa são invariavelmente descritos a partir da orientação das pessoas participantes, em vez de serem codificados em linguagem científica ou teórica, as palavras reais das/dos participantes é que são usadas para ajudar na descrição. Cabe a quem pesquisa identificar “temas” nos dados, e a partir dos temas desenvolver uma explicação estrutural.

Moreira (2002) chama atenção para o fato de que a Fenomenologia apresenta muitas diferenças em suas manifestações. O autor descreve como o historiador da fenomenologia Herbert Spiegelberg sintetiza o que há de mais característico na Fenomenologia, que é justamente seu método.

Spiegelberg agrupa aquilo que considera como sendo caracteristicamente o método fenomenológico, sequência de sete passos estão descritos em Moreira (2002): a) a investigação de fenômenos particulares; b) a investigação de essências gerais; c) a apreensão de relações fundamentais entre as essências, d) a observação dos modos de dar-se; e) a observação da constituição dos fenômenos na consciência; f) a suspensão da crença na existência dos fenômenos; g) e a interpretação do sentido dos fenômenos.

Para Aranha e Martins (2003), o método fenomenológico tem como objetivo compreender o fenômeno interrogado, não se preocupando com explicações e generalizações.

Quem pesquisa conduz sua pesquisa a partir de um questionamento acerca de um fenômeno, o qual precisa ser situado, estar sendo vivenciado pelo sujeito.

4.5 Procedimentos de Análise de Dados

A análise das entrevistas foi realizada tendo como base o método fenomenológico. Forghieri (2004) cita alguns passos para se realizar a pesquisa fenomenológica empírica: ler o todo, sublinhar as frases que expressam o vivido, confirmar com o sujeito se as transcrições de seus depoimentos estão de acordo com as significações dadas por ele e corrigir, se necessário, fazer a síntese que articule os elementos do vivido, se houver outros depoimentos, compará-los buscando invariantes (pontos em comum) e variantes (aquilo que é próprio de cada um).

Para que isso possa acontecer, faz-se necessário o uso da redução fenomenológica, que, de acordo com Forghieri (2004), é retornar ao mundo da vida da forma como aparece antes de qualquer alteração produzida por sistemas filosóficos, teorias científicas ou preconceitos do sujeito. E, desta forma, retornar à vivência e sobre esta fazer profunda reflexão, o que possibilita chegar à essência do conhecimento.

A autora ainda afirma que a redução fenomenológica se constitui em dois momentos: o envolvimento existencial e o distanciamento reflexivo. O primeiro requer que quem pesquisa saia da atitude intelectualizada, de forma pré-reflexiva, a fim de penetrar de modo espontâneo e experiencial. Já o distanciamento reflexivo caracteriza-se pelo momento em que o pesquisador ou a pesquisadora se afasta reflexivamente, de forma a explicitar o significado do vivido, obtendo uma compreensão global. Sendo assim, quem pesquisa procura então estabelecer certo distanciamento da vivência para que possa captar e enunciar descritivamente o sentido ao significado desta no existir.

5 MEDO E CORAGEM: o enfrentamento de uma doença nova e da velha conhecida opressão patriarcal

5.1 Situação de emergência, o contexto desconhecido e os sentimentos advindos

Ao se falar sobre a pandemia, em diversos contextos, uma das primeiras coisas ouvidas, em geral, diz respeito aos sentimentos de medo e insegurança decorrentes de uma doença desconhecida e incerta naquele período, pois, não havia nenhum tipo de tratamento.

Portanto, nas entrevistas, um tema significativo é o que trata das experiências de sofrimento embaladas pelo medo, preocupações e incertezas com o risco de contaminação e o desconhecimento sobre a doença: “Gente, porque esse vírus ocê num sabia como que ocê ia pegar, ocê num sabia se vinha pelo ar ou se vinha de que jeito, como, num dianteva correr”. (Dandara, 2023).

As entrevistadas falam sobre sua preocupação com o risco da contaminação. O documento redigido por ONU Mulheres afirma que as mulheres estão na linha de frente da resposta à COVID-19 e assumem custos físicos e emocionais. Nas entrevistas, essa realidade é percebida, Maria da Penha (2023) aponta para as orientações que eram dadas para o filho, que desejava a interação social: “...porque aí eu falava para ele não sair né porque, ‘não (nome do filho) ocê fica tendo contato com os outros aí uai, aí não pode não’”. Apontam principalmente e primeiramente para a preocupação com os filhos: “Eu com neném pequeno dentro de casa e dano pobrema um atrás do outro, nossa foi muito difícil, inda teve mais isso pra gente guentá. Eu quase vi que eu num ia dá conta” (Maria Bonita, 2023). Falam ainda sobre o medo em relação ao que poderiam enfrentar:

Medo, medo também, pelas criança que quando ficou sem aula, medo deles perder o ano sabe, nossa era tudo”.; “É, aí como se diz tava na época da epidemia e pelo pobrema que minha fia tem, aí o povo falava assim oh dependendo do que ela pegar ela num aguenta, aí eu peguei falei: ‘Ah o que que vai acontecer, vou pra roça’, agora ela tem bem mais calma, mas ela era muito agitada (Mercedes, 2023).

Outra dimensão do sofrimento foi a sobrecarga emocional, vivida no distanciamento do contato físico com familiares ou amigos: “Poxa! A coisa mais difícil, ocê não podia ver ninguém, não podia ir na casa de ninguém, mas mesmo assim ainda acabava indo escondido, na casa da minha mãe eu ia escondida” (Mercedes, 2023). Dandara queixa-se de que:

Aí ocê não tinha como sair de casa, tinha que ficar só trancada dentro de casa, via televisão, um telefone, uma coisa, então ocê não podia ir passear, ocê não podia ir na casa, conversar com uma amiga na casa de alguém pra tá conversando porque na epidemia todo mundo tava evitando aí como se diz chegava em casa, a gente chegava na porta da casa do zoto o povo botava só a cabecinha lá e já fechava, então foi muito estressante (Dandara, 2023).

É marcante a sensação de solidão experienciada pelas entrevistadas: “Aquele sensação de parece que ia ficar sozinha, aquele medo daquela sensação, então às vezes, nem a família procurava, aí ocê se sentia totalmente sozinho” (Dandara, 2023). Souza (2020) aponta que, devido às restrições sociais, os índices de quadros clínicos psíquicos nas mulheres aumentaram.

Ao pensarmos sobre solidão na pandemia, lançamos mão das reflexões de Almeida (2020), afirmando que o isolamento social, como uma medida profilática, tem como função separar as pessoas uma das outras, no entanto, não as separa da sociedade, continuamos seres sociais, com necessidade gregária. Dandara destaca essa necessidade:

Então foi aquela sensação de ficar sozinha, nessas hora ocê num tinha com quem contar, não tinha com quem ocê desabafar, falar, ocê tinha que tá carregando tudo aquilo, aquele peso, parece que tudo em cima, nas costas...é criança, casa, é povo que já não podia falar com a gente, que às vezes chegava lá pra falar alguma coisa tava lá perto da porteira e a gente aqui. Então, foi muito ruim, estresse total (Dandara, 2023).

O isolamento social foi um fator desafiador para muitas pessoas, é o que apontam as entrevistadas. Ivone Lara sobre sua sensação de impotência em não poder ajudar os vizinhos, pessoas acometidas com a doença. Relata que um dos motivos dos sintomas psicopatológicos surgirem em si, foi o fato de a família vizinha ter sido acometida por COVID-19. Como ela não podia visitar e o telefone só funcionava em uma árvore que havia em um morro do terreno onde mora, ia pescar para buscar tentar escutar algum barulho das crianças e saber se eles estavam bem, se estavam vivos, era no lago que conseguia ouvir algum barulho dos vizinhos. Infelizmente um dos integrantes da família de fato faleceu pela COVID-19:

E o meu menino mais velho conviveu muito com ele, tinha uma ligação forte sabe. Nós perdemos alguém, um amigo querido né assim, um membro de coração da família né, e assim as risada faz falta, o assovio faz falta, cada coisinha assim pequena faz falta, e assim acho que o que mais marcou foi o fato da gente nem poder se despedir, mas o fato da gente não poder nem abraçar (Ivone Lara, 2023).

Lo Bianco e Costa Moura (2020) afirmam que a maneira como a morte é tratada na vida muda inteiramente quando se depara com milhares de mortes em um breve período de tempo, quando passamos por experiências tristes com amigos e conhecidos diretos, além de vermos o cotidiano, estilo de vida, hábitos, costumes e relações completamente mudadas e ameaçadas em sua própria existência.

Já apontamos que a vulnerabilidade das mulheres foi intensificada durante a pandemia, um dos fatores que evidenciam esta realidade é o medo do adoecimento e da morte, e de assim deixar os filhos. Maria da Penha fala sobre o medo de morrer e deixar os filhos, tendo que ser cuidados por outras pessoas:

Ah com medo de pegar a pandemia e morrer... Ah sei lá uai, eu quero viver muito ainda se Deus quiser, aí como se diz, aí vendo os outro morrendo assim, aí até lá não tinha vacina ainda uai, aí meu medo era só esse como se diz, pegar em mim e eu não acabar de criar meus fio (Maria da Penha, 2023).

Frida traz falas no mesmo sentido, evidenciando que: “Foi um momento bem difícil para muita gente, e inclusive pra gente também, por medo também dos familiares mais idoso, criança, com medo não era tanto a gente, com medo era as outras pessoas” (Frida, 2023).

Um estudo realizado por Bitencourt *et al.* (2023), destaca para a sobrecarga emocional e de trabalho de mulheres profissionais de saúde. No entanto, podemos refletir não somente sobre esta categoria, mas nas diversas mulheres que em geral exercem o trabalho reprodutivo, a função de cuidar. Os autores afirmam que o trabalho do cuidado sobrecarrega as mulheres e contribui para acentuação do sentimento de culpa. Neste sentido Frida afirma que:

Acho que nesse momento a gente nem pensa com a gente, igual no caso que a gente tem filho, igual eu tenho a minha vó e outras pessoas também né, então eu acho que é os momentos que foi mais difícil foi isso, as pessoas acabar pegando e eu tinha medo de pegar e trazer pra elas (Frida, 2023).

Souza (2020) destacou que sentimentos de medo e angústia decorrentes da pandemia são aflorados e, interligados ao anseio de uma possível infecção, situações gatilhos para manifestações clínicas de psicopatologias. Frida fala sobre sua angústia quando ouvia as notícias a respeito das mortes: “Mas em lembrar assim, de quando começou até mesmo quando a gente ia ligar a televisão era só morreu, morreu de COVID, morreu de COVID...” (Frida, 2023).

Soares e Farias (2022), da Universidade Federal de Pelotas, realizaram uma pesquisa intitulada: Agora é que são elas: a pandemia de COVID-19 contada por mulheres. Nesta

pesquisa identificou-se a ausência do suporte afetivo para as mulheres-mães, assim como também evidenciamos na presente pesquisa. O estudo realizado pelas autoras da Universidade Federal de Pelotas mostra uma realidade muito próxima do que as mulheres entrevistadas em nossa pesquisa declararam. As autoras afirmam que nos relatos:

As mulheres trazem dificuldades em estarem sozinhas com seus filhos sem a possibilidade de compartilhar a responsabilidade dos cuidados e também os sentimentos. Relatam o cenário aterrador de estar em meio a uma pandemia, sem qualquer segurança e perspectiva de um futuro seguro, sendo as únicas responsáveis por gerir e cuidar da vida de seus filhos (Soares e Farias, 2022).

Deste modo, é importante destacar que as experiências das mulheres em nossa pesquisa também foram de solidão e de ausência de cuidado para com elas.

Outro apontamento é dos autores Souza et al. (2020), que afirmam que, durante a pandemia, a população feminina apresentou maior sintomatologia para estresse, ansiedade e depressão, um dos fatores contribuintes para esta realidade se liga às desigualdades de gênero, situação que fortalece a sobrecarga do trabalho feminino.

Duas das entrevistadas falam com firmeza e tristeza dessa realidade. Ivone Lara conta que o que sentiu foi angústia, desespero e solidão, relata ter desenvolvido síndrome do pânico. Atualmente faz tratamento psicológico e farmacológico, atribuiu esses sintomas a toda a realidade vivenciada na pandemia, de desconhecimento da doença, de isolamento social e da sobrecarga de trabalho: “Trato, agora eu passo na psicóloga, eu tomo sertralina, tomava remédio pra dormir, cheguei a tomar remédio pra dormir, consegui tirar, consegui” (Ivone Lara, 2023). Maria Bonita relata que:

...Aí quando foi um dia eu acho que ansiedade porque eu sou muito ansiosa, aí eu puis na cabeça que eu tava com COVID e comecei a sentir tudo, resfriado, já tava resfriada, aí fiquei resfriada o corpo foi ficando mole, aí foi que me afastou pra fazer o exame né, aquele exame horrível, porque no começo era tudo novidade, tudo ruim né. Aí ocê fica em casa esperando, o exame vai dá positivo ou negativo, e eu grávida, porque não tem conhecimento direito da doença, não sabe se tem perigo pra criança...(Maria Bonita, 2023).

Outra questão levantada pelas entrevistadas é sobre a importância dos cuidados orientados como o uso de máscaras para a contenção do vírus, além da vacinação que trouxe o alívio necessário para a população: “O medo também era maior, ainda estava começando a descobrir as injeções, o medo era bem grande” (Frida, 2023).

Maria da Penha conta que buscava seguir as orientações da saúde quanto ao uso de máscara: “...aí de vez em quando que ele vinha na cidade assim, ele vinha como se diz, com as máscara e tudo mais, para não levar doença...” (Maria da Penha, 2023); Frida diz que: “Ensinar e explicar também, e também sobre até mesmo pela máscara né, criança é mais difícil pra ficar com máscara e põe a mão em tudo, passar álcool em gel essas coisas, até que ela adaptou bem, mas tem outras mães que eu acho que passou mais apertado, por ser criança né.”(Frida, 2023).

É possível perceber que a preconização das medidas profiláticas foi muito importante para a tentativa de se proteger da doença. Maria da Penha salienta que: “Aí quando vinha fazer uma compra, vinha com as máscara tudo assim” (Maria da Penha, 2023), já Maria Bonita relata que:

Aí descia, fazia a compra, aí depois passava lá já pegava as crianças e vinha embora, aí eu lembro direitinho nós chegava aqui na roça, nós nem, não entrava aqui pra dentro com a roupa, tanto medo que nós tinha, porque a gente que é...a pessoa que é da cidade parece que aprende a conviver com isso, já fica mais alerta, mas a gente que mora na roça, não é que a gente é bobo, a gente é mais medroso né, aí nós já tirava o sapato lá fora, já deixava até a roupa se tivesse de jeito deixava até no tanque pra não entrar pra dentro. Eu como eu tava dando de mamã pro meu pequeno eu muitas vezes eu tomava até banho na casa da minha mãe antes de eu dar de mamã (Maria Bonita, 2023).

Três das entrevistadas estavam grávidas neste período. Elza fala sobre o nascimento da filha no início da pandemia e os enfrentamentos do isolamento social: “...É foi no início da pandemia, aí como se diz, aí não tinha jeito da gente ficar saindo com ela, só vinha pra dar vacina só, aí ficava lá” (Elza, 2023), Maria Bonita queixa-se da dificuldade em não poder receber visitas:

E aí aquele negócio neném novo na família todo mundo quer ver... Minha mãe é diabética, eu sou hipertensa, tudo grupo de risco, meu pai tem a imunidade baixa, como que ocê vai falar que não quê visita, como que ocê vai falar pra sua famia que ocê num quê que ninguém vê. Isso aí tamém marcou bastante tamém porque muita gente queria ver o neném e num viu (Maria Bonita, 2023).

Elza, que também estava grávida destaca o seu medo da doença, pois, devido à gravidez passou a ser considerada grupo de risco:

Nossa, foi terrível menina do céu, um medo, uma insegurança de sair até de casa, eu tinha medo de sair ir pra cidade, eu fiquei uns quatro meses sem ir,

porque eu tava grávida não ia nem fazer compra, meu marido que ia pra cidade fazer compra, eu morrendo de medo de pegar COVID (Elza, 2023).

De acordo com Silva *et al.* (2021) as incertezas e os desafios da gestação são somados ao medo e à insegurança que a nova realidade pandêmica trouxe a toda a população.

Em relação aos aspectos positivos, apenas duas das entrevistadas falam de um ponto positivo da experiência na pandemia pela COVID-19. Frida considera que as pessoas ficaram mais unidas. Conta que pessoas com quem antes não mantinha tanto contato, como é o caso de seus familiares que moram em outra cidade, hoje se conversam mais, mantém uma relação mais próxima: “Coisa que antes talvez não faria por causa da correria, a pandemia acabou com isso, teve que parar um pouco.” (Frida, 2023).

Mercedes também fala sobre a união familiar e os aprendizados, porém não deixando de ressaltar o quanto foi estressante: “Mas também por um lado foi bom pra gente aprender muita coisa, é tentar ficar mais unido com a família, ensinar as criança também a ter um pouco mais de responsabilidade com as coisa, por um lado assim foi bom e por outro lado não tanto, que foi estressante” (Mercedes, 2023).

5.2 Pandemia e as marcas do patriarcado

A atribuição social de que o cuidado com os filhos é uma tarefa essencialmente materna e feminina aponta para marcas da sociedade patriarcal. Um destaque na fala de Maria da Penha é sua preocupação em se contaminar e chegar a óbito, deixando assim os filhos aos cuidados de outrem.: “...Dá medo de pegar em mim e não acabar de criar os meus filhos...É por que aí como se diz, se eu pegasse quem que ia... Ah tinha o pai, a mãe, o marido, mas assim eu não ia acabar de criar meus filhos” (Maria da Penha, 2023).

Quando Maria da Penha questiona quem cuidaria de seus filhos, aponta para o fato de que esse papel é atribuído exclusivamente às mulheres, ou seja, ainda que ela considere que tem os familiares, inclusive o marido para fazer isso, sente que ela é quem tem que criar os filhos. Sobre isso contamos com as contribuições de Kergoat (2009), quando afirma que podemos entender que as práticas sexuadas são construções sociais que destinam os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva.

A afirmação da autora acima citada fica evidenciada ao ouvirmos as 13 entrevistadas, das quais 11 delas asseguram que ficava a seu encargo fazer as compras na cidade. Algumas acompanhadas do companheiro, porém, era sempre elas que desciam do carro, enfrentavam a

fila que estava acontecendo para limitação de pessoas e entravam no mercado: “Eu, eu...sempre eu. Porque o marido...Não tinha nem tempo, mas assim é totalmente desligado sabe, muito desligado” (Mercedes, 2023). Dandara ao ser questionada sobre quem entrava no mercado para fazer as compras, responde:

Eu que entrava, ah é a gente mulher né, vou falar porque, homem quando a gente ta morando eu vou falar verdade procê eles põe o celular em cima duma coisa eles já num sabe onde que ta ‘Oh amor ocê viu onde que eu puis?’, eu falo a gente que cansa a cabeça, ali ocê cansa pelos fio e ainda junta o homi tamém (Dandara, 2023).

A fala acima expressa o quanto o sistema patriarcal oprime as mulheres. Este sistema é entendido como “um regime que se ancora em uma maneira dos homens assegurarem a si e aos seus, meios necessários à produção diária da vida e sua reprodução” (Hartmann *apud* Saffioti, 2009, p. 10).

Ainda em relação à indagação sobre as compras de mercado, Frida afirma que:

Ah na época da pandemia, no caso quando eu estava na casa da minha sogra, era no começo, uma vez foi minha sogra, mais só que mais era o meu sogro que ia né, então aí acabava que uma das menina ia junto ou era eu, ou era ela (cunhada), ou era a outra que estava na cidade acabava ajudando lá, aí agora aqui em casa é mais eu que vou... Mas geralmente ele (sogro) também faz sozinho só que quando a gente estava sempre uma da gente ia, a outra cunhada também que estava na cidade também ajudava (Frida, 2023).

Saffioti (1987) afirma que são vários os campos de subordinação da mulher ao homem. No meio familiar, os exemplos de exploração-dominação do marido, ou pai e padrasto são diversos. Delphy (2015) acrescenta que, como a família se baseia na exploração das pessoas aparentadas, ou afiliados pelo casamento, a exploração acontece em qualquer lugar em que o modo de produção permaneça familiar. Assim como estamos observando na fala da entrevistada acima, que aponta para o papel das noras na família. Sendo o patriarca o sogro, as noras tinham que acompanhá-lo para tratar das atividades que são atribuídas sempre às mulheres.

Ainda a respeito deste tema, Maria Quitéria justifica que a função de realizar as compras era dela mesma, simplesmente porque o marido não gosta de fazer esta atividade, e quando faz, compra apenas o que interessa a ele próprio. Como se as atividades para o cuidado com a vida fosse uma questão de gosto e não de necessidade. A entrevistada diz que:

Ah é, eu é que sempre fiz a compra, o meu marido não gosta de...Ele deixa essa parte pra mim que ele não gosta, só assim se não tiver outro jeito aí ele

faz, mas ele compra as coisas dele e tal, mas eu é que vinha (Maria Quitéria, 2023).

Desta forma, podemos pensar que mesmo em uma situação de restrições sociais; em que era indicado que se possível apenas um membro da família por vez saísse para realizar compras, evitando aglomerações; devido às marcas do patriarcado, o homem não realiza uma atividade básica de sobrevivência que é fazer as compras alimentícias da família. Portanto, eles vinham para cidade, para trazer um outro membro – mulher – para fazer isso. Ou seja, homem continua fazendo “coisa de homem”, situação discutida também adiante, quando salientamos a divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho é aplicada a um processo específico de legitimação, que é a ideologia naturalista, com ela remetem práticas ao destino natural da espécie.

As atividades atribuídas às mulheres, somente passam a ser realizadas pelo homem, quando se compreende que ele é mais forte, ideia marcada pelo patriarcado, pois, a ele é atribuído o papel da proteção. Sendo mais forte, portanto, pode se colocar ao risco: “Isso ele que vinha fazer essas coisas, pagar conta, fazer compra, essas coisas tudo ele que fazia” (Maria da Penha, 2023). A entrevistada conta que, antes da pandemia, estas atividades eram feitas por ela, que se organizava para vir à cidade, trazendo os filhos consigo: “Antes era eu que fazia, trazia as crianças comigo e vinha” (Maria da Penha, 2023), fato que voltou a acontecer, inclusive, no dia da entrevista, ela estava na cidade com a filha de três anos realizando estas funções.

Como abordado nesta pesquisa, Saffioti (2015) descreve esta situação, ao apontar que as relações de opressão e dominação se exercem constantemente, e da mulher é retirado o uso da razão e do exercício de poder, sendo atribuídos a ela o desenvolvimento de comportamentos dóceis e apaziguadores e, ao homem, são estimulados comportamentos agressivos e perigosos para representação de força e coragem.

No livro *Gênero, Patriarcado e Violência*, Saffioti (2015) afirma que não é necessário que a figura masculina esteja presente para que as relações de opressão, exploração-dominação se exerçam, em função da lógica patriarcal.

Podemos exemplificar este fato com as experiências vividas pelas entrevistadas. Muitas delas, ao responder sobre seu estado civil, se afirmavam solteiras por não serem casadas legalmente ou na igreja. Demonstrem que esta é uma questão significativa, Mercedes diz: “Sou casada só na igreja, pretendo me casar no civil, vai fazer 24 anos que eu casei, mas eu falei que eu quero casar esse ano no civil, se Deus quiser.” Carolina Maria responde que é casada, mas a

Agente Comunitária de Saúde interrompe a entrevista e diz: “Não, seu estado civil é solteira, porque você só é casada na igreja” (Agente Comunitária de Saúde, 2023).

Ainda sobre o estado civil, Maria Firmina (2023) diz: “Então, eu era casada e separei, então meu estado civil é separada né, porque eu com ele nós não casou não, nós mora junto.” Isso nos faz refletir sobre o fato de que somente pelo abono do Estado ou da Igreja é que uma pessoa pode ou não afirmar sua escolha de estar vivendo com alguém, sendo a mulher deslegitimada quando não carrega este título firmado por um órgão, não bastando sua afirmação.

Saffioti (2015) define o fenômeno do patriarcado como o domínio exercido por homens sobre as mulheres, e como já citado, não sendo necessário que a figura do homem se faça presente para que a opressão ocorra. Esta situação é “desvelada” na fala de Maria da Penha, que descreve fortes marcas da opressão vivida pelas mulheres. Ao se lembrar do motivo pelo qual voltou a viver na zona rural, ela conta que devido à gravidez sem casamento, a mãe a repreendeu muito. Deste modo, se viu com a necessidade de “cuidar da própria vida” e, assim, decidiu ir morar junto com o pai de seu filho. Ela nos conta que:

Não, é assim, eu morei na roça com a mãe lá, morei muito na roça, aí depois nós veio para cidade, aí nós ficou morando um tempão na cidade, aí depois eu conheci o –nome do marido- aí eu fiquei grávida, aí a mãe me xingou bastante, aí ela pegou me falou, aí eu falei para ele se eu não podia morar com ele, porque aí eu não dava conta de arrumar tudo pra mãe e olhar o –nome do filho- naquela época (Maria da Penha, 2023).

Relata ter pedido permissão ao então namorado para ir morar junto dele, já que se via sozinha:

É, aí depois eu peguei e falei para ele, aí ele falou: ‘Olha pode vir, mas você sabe que a casa aqui é pequena você conhece’, aí eu falei: ‘Não, mais se você permitir que eu vou, eu vou’, aí ele falou: ‘Pode ir’, aí eu peguei e fui, aí não, eu não fui assim, eu fugi, porque a mãe não quis deixar, aí eu peguei as coisas do meu fio, ele tinha uns dois meses, aí eu peguei as coisas dele e fui morar com ele (Maria da Penha, 2023).

Outra evidência dos impactos do patriarcado na vida das mulheres diz respeito à falta de acesso a renda e ao trabalho formal. Saffioti (1987) lembra que um dos campos de subordinação feminina é o econômico, já que os setores de produção ocupados pela mulher, como na maioria das vezes, o mercado informal ou as atividades domésticas, não interessam

aos capitalistas, pois, não são rentáveis. Melo (2020) afirma que as mulheres, sobretudo as pobres, pretas e pardas, ainda vivenciam uma dependência econômica em relação ao homem.

Quando a pergunta é sobre a renda, Frida afirma não saber qual a renda familiar, Elza que é beneficiária do Programa Bolsa Família pergunta: “Qual renda, a minha? É zero” (Elza, 2023), considerando que todo o dinheiro vindo do trabalho do marido ou do programa não lhe pertence.

Assim como uma outra entrevistada que, ao ser questionada sobre a renda, tem dúvidas sobre o que falar, pois, não se identifica como recebedora de nenhuma renda: “Não, eu não tenho não... Ah aí agora que eu, como se diz, que eu recebo esse negócio aí não sei se é auxílio, não sei se é bolsa família que fala aí” (Maria da Penha, 2023). Esta fala remete a apontamentos das autoras Brito e Costa (2015), ao afirmarem que o acesso à titularidade feminina do programa bolsa família, pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia às mulheres, devido ao acesso a renda.

No entanto, percebemos que muitas ações ainda precisam ser desenvolvidas. Afinal, ainda que a titularidade do cartão seja feminina, nas entrevistas é possível perceber que esta autonomia não está sendo vivenciada completamente.

A mesma entrevistada conta sobre como utiliza o dinheiro que recebe com o auxílio do governo: “Ah eu compro umas coisinhas que falta assim, que nem em casa assim, como se diz, que falta pra crianças assim... Ah para mim eu não compro muita coisa não, porque eu não saio muito” (Maria da Penha, 2023). Por outro lado, Brito e Costa (2015), acrescentam dizendo a importância do investimento em políticas públicas complementares de inclusão da mulher no mercado de trabalho, proporcionando o aumento da capacidade de obter autonomia financeira.

Bartholo *et al.* (2017) fazem uma análise crítica sobre esta perspectiva da titularidade feminina no PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ao afirmar que a titularidade preferencial feminina é decorrente de análises empíricas sobre os gastos domiciliares, de que a transferência de dinheiro diretamente à mulher reforça sua utilização em prol de toda a família. Deste modo, as autoras acrescentam que o fato é que o PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA não teria essencialmente o objetivo de trabalhar a equidade de gênero, no entanto, esta ação pode sim contribuir com a equidade.

Outro “desvelamento” apresentado pelas entrevistadas é a falta de cuidado que recebem. Mulheres cuidam e não recebem o mesmo cuidado. Esse é um evidente sintoma do patriarcado. Delphy (2009) aponta que o termo retrata um sistema, não dizendo respeito a relações individuais. É um sistema de exploração, como bem marcado por Saffioti (1987). A falta de cuidado aponta para as desigualdades de gênero vividas pelas mulheres.

Deste modo, acreditamos que um dos resultados da exploração/dominação vivida pelas mulheres está na falta de cuidado que elas afirmam sentir. Quando chegamos na questão sobre quem cuida delas no momento em que adoecem, a resposta é unânime: Eu mesma!

Dandara afirma que quando foi acometida pela doença da COVID-19, precisou ir até o posto de saúde mesmo com muito mal-estar. Ela dizia para si: “Eu de todo jeito, eu vou ter que dar um jeito e ir lá. Porque eu não quero passar pra ninguém, eu não desejo pra ninguém o que eu tô sentindo” (Dandara, 2023). Ela se preocupava principalmente com o cuidado com as filhas e por isso, permanecer por muito tempo doente, ou piorar seria um problema para ela. Antonieta conta sobre o quanto sente-se desconsiderada:

Ah a gente acha estranho, porque acha que ninguém ajuda né, assim ninguém importa, ocê tem que fazer tudo sozinha né, assim se a gente tivesse uma ajudadinha a gente fica até satisfeita né porque as pessoa ta ajudano né, mas no mais é assim (Antonieta, 2023).

A outra relata ainda sobre uma situação em que precisou se hospitalizar e a solidão daquele momento, pois, realmente foi sem nenhum acompanhante para o hospital. Pôde contar apenas com a ajuda de outras mulheres, no caso, das irmãs:

Eu fico, é igual esses dias eu tive um poblema de inflamação, eu arrumei tudo aqui, arrumei minha sacolinha, peguei meu pijama, minha toalha, minhas coisas, falei pra ele (filho) assim: ‘Você fica em casa porque eu tô indo e pode ser que eu fique lá’ ... e eu vou tentando resolver assim, dessa forma, as minhas irmãs me apoia junto com eles, pra ficar, pra olhar, pegar no colégio se acontece algum poblema (Mercedes, 2023).

Ainda podemos ressaltar a fala de outras entrevistadas em relação a quando adoecem. As responsabilidades permanecem as mesmas, o que muda é seu modo de fazer. Duas delas falam sobre o fato de serem as únicas responsáveis pela alimentação da família: “Ah vai levando né, vou levando. Não, ninguém faz a comida, num barre uma casa, não faz nada não. Ah eu faço uma comida, o resto eu deixava tudo pra lá, mas a comida eu faço, sem comer eles não ficava não.” (Antonieta, 2023). Maria Quitéria diz: “Ah assim, eu sempre nunca fiquei de cama, graças a Deus, mas é sempre eu mesmo, a (filha) faz uma coisinha, barre uma casa, ela sabe ajeitar casa, mas comida é sempre eu que faço mesmo”(Maria Quitéria, 2023).

Em pesquisa realizada por Rosiran Montenegro (2018) a respeito do trabalho realizado pelas mulheres, o autor afirma que a tarefa do cuidar é marcada pela desigualdade de gênero, uma sobrecarga especial às mulheres, seja ela esposa, mãe, filha ou neta. Nenhuma atenção é

dada aos projetos de vida destas, ou à sua condição de saúde, além de outros aspectos que são afetados pela ausência de consideração das necessidades e dificuldades na esfera da família e na esfera social.

Sobre ser cuidada, Maria Bonita afirma que é sempre sua mãe quem exerce esse papel, ainda após o casamento. Ela conta que tem crises de ansiedade já há algum tempo e apresenta psicossomatizações, e quando isso acontece, ela precisa de cuidados:

Aí eu vou lá pra casa da minha mãe, igual esses dias memo eu fiquei doente, por causa da ansiedade, me deu uma dor na barriga, nada descobria, eu fiz exame...fiz tudo, sentindo muita dor... Aí meu marido coitado, ele não tava sabendo como lidar com isso, porque foi poucas as vezes que eu tive isso quando eu tô com ele...Aí eu fui pra casa da minha mãe, aí ela aqui, ela já sabe como é que eu fico, aí ela que cuidou... Foi todo mundo, eu meu marido e a criança (Maria Bonita, 2023).

Com a afirmação acima, novamente evidenciamos que o trabalho de cuidar é sempre atribuído à mulher. Percebemos que os homens são poupados e compreendidos quando não sabem realizar esta tarefa, ao contrário, as mulheres seriam julgadas se não soubessem cuidar do companheiro doente. Portanto, o trabalho reprodutivo, como aponta Federici (2019), é entendido como um atributo natural. Sobre este tema delongaremos mais adiante.

E assim, elas seguem cuidando e sem cuidado, principalmente quando este urge, como é o caso de quando o ser humano fica doente. A unanimidade nas respostas que evidenciam a falta de cuidado é a mesma, cada uma delas descreve a sua realidade de forma específica:

Eu memo! O dia inteiro tô com as criança, memo doente tem que levantar, pegar o corpo e vamo, é só último caso memo pra deitar se não...Eu memo que cuido, até que o marido chega, seis hora da noite, se tiver de passar mal o dia inteiro tá passano sozinha (Elza, 2023).

O desamparo é tamanho que elas buscam até se precaver de situações de perigo em função de proteger os filhos. Isso é evidente na fala do filho de Elza, que tem sete anos de idade, e ao ouvir a mãe, participa também da entrevista dizendo: “A mãe fala que se ela desmaiar é pra mim pegar o celular e ligar pra vó, que aí se alguém bater na porta eu com a (irmã) esconde embaixo da cama” (Elza, 2023).

Duas das entrevistadas justificam suas respostas em relação ao fato de serem ou não cuidadas. Compreendendo que os maridos têm as atividades laborais a serem realizadas e por isso tem que ser elas mesmas a se cuidarem: “A como se diz né, eu, continua sendo eu, porque assim, que aí o (nome do marido) tem o serviço dele, aí depois tem que tirar leite né”(Frida,

2023). Isto é, consideram as necessidades de todo entorno e nunca as suas próprias. Além disso, Carolina Maria não responde sobre o cuidado com ela, e sim o cuidado com a casa. Ela diz:

A como se diz né, eu, continua sendo eu, porque assim, que aí o (nome do marido) tem o serviço dele, aí depois tem que tirar leite né, então fica puxado pra ele arrumar aqui em casa, cuidar daqui né, aí aos poucos, devagar eu vou fazendo (Carolina Maria, 2023).

A opressão vivida pelas mulheres, devido à dinâmica de exploração/dominação masculinas, está presente em diversos contextos. Muitas vezes, situações de opressão são naturalizadas e, às mulheres, cabe serem compreensivas e apaziguadoras, como já destacamos acima. Mercedes revela a experiência vivida com o marido alcoolista, descreve que aprendeu a lidar, quase se culpabilizando por brigar com ele, tendo sido ensinada socialmente a entender e aceitar. Ela diz:

E eu tipo assim, não tenho vergonha de nada, de não falar, então eu nunca tive problema em falar que eu já tive vários problemas com o (marido) com alcoolismo sabe, então as criança sempre assistia, é eu brigava muito né, então, mas depois eu fui aprendendo, fui entendendo, ouvi muitos conselhos, então a gente acabava deixando pra lá, até que um dia ele acabou indo preso, teve quatro vezes preso por ser pego bêbado né, dirigindo bêbado, aí ocê corre, tive que correr atrás de advogado, é isso, aquilo sabe! O que aconteceu já aconteceu, infelizmente existe né!(Mercedes, 2023).

Como bem nos mostra Saffioti (2015), o sistema patriarcal é uma força institucional que opera sem cessar, é uma estrutura hierárquica, por meio da qual os homens exercem domínio sobre as mulheres, de forma, quase automática.

5.3 A permanente labuta das mulheres: o trabalho reprodutivo sempre em ação

Como Federici (2019) aponta, a reprodução da vida deve ser entendida como um conjunto complexo de atividades e relações, por meio das quais a vida e o trabalho são reconstruídos no dia-dia. É tão naturalizado que o trabalho da reprodução da vida seja exercido pelas mulheres, que pouco nos damos conta da essencialidade destas atividades.

Nas entrevistas, podemos ver o quanto essa naturalização é presente. Ao serem questionadas sobre como foi a experiência delas quando do fechamento das escolas e a volta dos filhos para ficarem período integral em casa, Mercedes diz que não foi muito difícil, pois, já estava acostumada. Ela conta sobre os primeiros anos de seu filho mais novo, entendendo como natural se desdobrar em cuidar dos filhos, trabalhar no sítio, e trabalhar em casa nas atividades domésticas, diz ela:

Quando eu tive o mais novo, eu voltei (a trabalhar) com três meses, eu nem tinha terminado a licença maternidade, ele era carregado né no carrinho, no chiqueirinho, no balaio... nossa foi totalmente diferente do mais velho, então assim eu não me preocupava muito, as tarefas assim a gente ia tentando fazer, eu sempre dei conta. Nunca tive medo de trabalhar (Mercedes, 2023).

Como descreve Herrera (2019), por não ser mercantil, o trabalho reprodutivo é desvalorizado e ignorado pela sociedade que depende dele para reproduzir. Além disso, a entrevistada entende que realizar todas estas atividades, assim como ouvir conselhos sobre como lidar com o alcoolismo do marido, significa ser uma pessoa amorosa. Mercedes (2023) afirma que: “Igual eu falei procê, eu sou muito coração, zelo”. Federici (2019) descreve em “O ponto zero da Revolução” que nos é feito acreditar que o trabalho reprodutivo ao ser feito “por amor” é então uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da dita “natureza feminina”.

Percebemos que naturalização do trabalho reprodutivo como uma obrigação feminina é presente no imaginário social e isso reflete significativamente na vida e no dia-dia das mulheres. Durante a escuta, Mercedes aponta para o excesso de necessidade que todos em casa têm dela:

Tudo eles dependem, tudo é eu. Eu brinco com eles e falo ‘Gente pra namorar vocês não dependem de mim’, mas o resto...tudo! Eu sou tipo aquela, aquela mãe viciada, passo uma mensagem quase a noite toda, onde está, que horas vai voltar, se não tá bebendo, sabe?! (Mercedes, 2023).

Existem outras entrevistadas que falam sobre a sobrecarga vivida neste período, as preocupações, o cansaço e as dificuldades, sentindo muito o peso do trabalho reprodutivo. Maria Bonita, que havia acabado de sair da gestação e estava com os filhos maiores e um bebê em casa, fala sobre sua responsabilidade com todos, com a alimentação e os outros afazeres domésticos, com uma rotina modificada pela pandemia:

Eu pegava na tarefa da escola com eles. E eles dentro de casa eles queria comer, comer, comer. Não sei se porquê tava em casa ou ansiedade, junta tudo né, toda hora queria comer e com neném pequeno, nossa aqui oh, período muito difícil... Eu tinha que dar conta de um jeito ou de outro, porque era só eu memo (Maria Bonita, 2023).

Outra questão importante que se “desvelou” nas entrevistas, diz respeito à união entre as mulheres para exercerem o trabalho reprodutivo que segue sendo atribuído a todas elas. Federici (2017) afirma que a exclusão do trabalho assalariado e a subordinação aos homens é um dos fenômenos da acumulação capitalista, portanto, às mulheres fica relegado muitas vezes o trabalho informal, as atividades domésticas e outras funções reprodutivas.

Nesta pesquisa, percebemos que quando o trabalho formal acontece, as mulheres precisam contar com a ajuda de outras mulheres, é o que relata Mercedes. Ela trabalha com carteira assinada em um supermercado, o filho mais novo estuda no período da manhã, e, no período em que a entrevista foi realizada, ele estava de férias. Portanto, ela precisava contar com a ajuda das vizinhas: “Mas depois do almoço aí ele fica, tem as vizinha, tenho duas vizinha graças a Deus que de vez em quando dá umas olhada, sabe!” (Mercedes, 2023).

Mercedes expressa o modo como significa o trabalho feminino e masculino. Neste momento, resgatamos Maria Paulilo (1987) em “O peso do trabalho leve”, a autora aponta que a distinção feita entre trabalho leve e pesado é qualificada em função de quem o realiza. Além disso, o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe, mulheres, crianças ou homens. Situação que possivelmente se agrava se consideramos um contexto de alta demanda de cuidado. A entrevistada afirma que as atividades que realizava no sítio, quando lá trabalhava com carteira assinada, eram comparadas às atividades realizadas pelos homens, ela diz:

Eu tirava leite no final de semana, limpeza, eu mexia com farelo, depois acompanhava o veterinário, eu mexia com criação de bezerro, ajudava a cuidar, dar leite, limpeza, higienizar, medicamento sabe, eu fazia de tudo, sem brincadeira nenhuma eu era quase um homem, sem brincadeira nenhuma (Mercedes, 2023).

Além destas atividades que eram realizadas, em função do trabalho formal, ela cuidava dos filhos e das atividades domésticas. Isso evidencia o que Nobre *et al.* (2021) relatam quando consideram o trabalho da mulher rural, dizendo que este abrange, além do cuidado com crianças, doentes e pessoas dependentes, a ocupação de seu tempo em cuidados com pessoas com plenas capacidades, com tarefas domésticas, principalmente a alimentação.

Nobre *et al.* (2021) apontam que, na agricultura familiar, o trabalho do cuidado se estende aos animais, plantas, como quintais, hortas, currais, entre outros espaços de produção protagonizados pelas mulheres, que obedece à mesma lógica de um trabalho essencial, mas principalmente não remunerado, portanto, menosprezado. Nas entrevistas, quando as mulheres são questionadas sobre quem realiza o cuidado com as hortas, terreiro e animais domésticos, em primeiro momento, todas elas afirmam que esta parte é responsabilidade do marido.

No entanto, na medida em que nosso diálogo ia se estendendo, fomos compreendendo que elas se referem ao início da função, como plantar a horta, ou realizar atividades que exigem peso com os animais. Contudo, a manutenção sempre fica por conta delas e das crianças: “O pequenininho adora jogar milho pra galinha né, aí todo dia eu vou com ele cedo e jogo, aí depois do almoço a minha filha chega e vai lá vê se a galinha botou, e o cachorro eu que trato memo.” (Maria Bonita, 2023). Nise (2023) diz: “Ah as criação é nós tudo memo, cada um faz um pouquinho. Por conta da horta fica mais eu com meu filho mais velho”.

Como aponta Paulilo (2013,) ao explicar sobre a vida da mulher rural, diz que esta, na maioria das vezes, não significa o trabalho ao redor da casa como trabalho, inclusive como uma forma de trabalho reprodutivo, entendendo que o cuidado com a horta e os animais domésticos é apenas uma extensão da casa.

Elza, ao ser questionada sobre o cuidado com a horta e os animais, diz em um primeiro momento, que esse trabalho era dividido entre ela e o marido, no entanto, ao longo do processo de escuta, ela diz que o marido apenas trata das galinhas e joga água nas plantas quando ela não está em casa, assim como dentro de casa apenas faz o almoço, outras atividades domésticas fica a seu encargo quando retorna ao lar.

Ainda sobre a extensão do trabalho do cuidado, descrito por Nobre (2021), podemos entendê-la a partir da experiência de Maria Quitéria que se mudou para a cidade. Ela relata fazer questão de ainda cultivar uma horta, pois, tem espaço em seu quintal e se acostumou a ter essa atividade, além dos benefícios alimentares. Ela é diarista, é a responsável pelo trabalho doméstico no interior e exterior da casa:

Eu gosto, aqui eu tenho minha hortinha, eu tenho de tudo aqui, de verdura, assim quando eu vim eu fui plantano e até hoje eu vou lá pego umas muda e vou plantano tamém. É num espacinho ali né, ali eu pranto mandioca, tem limão, tem couve, cebolinha, tem abóbora, chuchu, tem tudo. É a gente que mora na roça, a gente gosta de tá prantando essa coisa e essas coisa eu tenho (Maria Quitéria, 2023).

Estas falas reforçam que as atividades reprodutivas acontecem ao mesmo tempo que as atividades produtivas, as mulheres as realizam sem diferenciá-las. Ao mesmo tempo que cuidam da casa, trabalham no sítio como empregadas e em casa nas atividades domésticas. Paulilo (2000) destaca que todas estas atividades produtivas são destinadas ao mercado e/ou à subsistência, ou às atividades reprodutivas, como, por exemplo, o trabalho do cuidado; os afazeres domésticos; os cuidados com as pessoas dependentes ou não; são realizados em um mesmo espaço, sem descontinuidades de tempo.

É importante salientar que não foi incluída uma pergunta na entrevista, mas a resposta apareceu no diálogo, em relação à propriedade das terras onde moravam. Apenas duas eram proprietárias, todas as outras entrevistadas moravam na propriedade do patrão dos maridos. Duas delas também trabalhavam no sítio de carteira assinada.

Em relação à necessidade de cuidar de pessoas adoentadas durante a pandemia, apenas uma delas afirmou ser preciso, pois, seu pai já idoso estava doente e necessitando de cuidados. A entrevistada conta que precisou sair do sítio para ir cuidar do pai na cidade, onde ele morava. Ela ressalta que os nove irmãos, homens e mulheres, se responsabilizaram pelo cuidado do pai:

Meu pai já tinha passado um bom tempo por um período difícil né, do coração, vai fazer um ano agora (que ele faleceu), mas mesmo assim, acabou que eu tive que sair e vir pra ficar, porque só deixar para os meus irmãos era complicado né... Todos cuidaram, até o último momento dele que ele morreu, vai fazer um ano que ele morreu agora em novembro, ele morreu com oitenta e um (Mercedes, 2023).

Outra questão central para esta pesquisa se concentra na unanimidade da resposta para a pergunta sobre quem é a/o principal responsável pelas atividades domésticas, todas as entrevistadas afirmaram que são elas próprias as principais responsáveis.

Sobre esta questão, é preciso nos lembrar de Federici (2019) quando aponta que a raiz da exploração da mulher, de sua subordinação social, não está no que os marxistas pensavam, quando alegavam que as mulheres eram excluídas da produção social, excluídas do trabalho que produz capital, pelo contrário, na verdade o que é chamado de “trabalho doméstico” é trabalho de produção da força de trabalho, um trabalho que tem sido depreciado e desvalorizado, e que é fundamental para toda a organização capitalista do trabalho, pois, ele é o fundamento de toda atividade laboral, ele é a reprodução da força de trabalho.

As entrevistadas salientam a ajuda dos filhos, algumas, a ajuda dos companheiros quando chegam do trabalho. Mas a principal responsável é a mulher, como podemos ver nas falas a seguir: “Eu, tudo eu! Eu sempre gostei de trabalhar e nunca tive medo de trabalhar sabe,

mas era sempre eu, sempre eu. Lógico, às vezes ele dava uma mão lá na horta, um terrero, alguma coisa...” (Mercedes, 2023). Dandara se lembra do período da pandemia quando adoeceu em função do vírus SARsCoV-2, e sobre as atividades domésticas diz:

Eu vou falar procê na primeira semana ficou um pouco acumulado (risos), aí assim ela (filha) tava melhor, ela que arrumava casa, fazia uma coisa. Aí tinha que lavar roupa eu memo com aquela dor de cabeça, aquele mal-estar eu subia pra cima com máscara ia lavar pra num poder juntar. Mas foi fase, nosso Deus foi um caos, foi o pior dia da minha vida foi os dias que eu tava com o vírus da epidemia, nossa foi o pior dia (Dandara, 2023).

Além disso, devemos apontar para o quão marcante o trabalho reprodutivo se faz presente no cotidiano destas mulheres. Podemos compreender bem as experiências vividas pelas mulheres ouvidas com a ajuda de Silva *et al.* (2021), ao afirmarem que as mulheres vivem em nosso contexto social um impacto significativo, já que, historicamente, foram responsabilizadas pelo cuidado com os filhos, companheiros e demais familiares, além do cuidado com a casa e os afazeres domésticos.

Fica evidente na fala de Dandara esta experiência. Ela conta que agora mora na cidade e o companheiro ainda mora na roça, portanto, durante a semana, ele cuida das atividades domésticas na roça, porém, quando ela morava lá, ou quando vai aos finais de semana, automaticamente esta função passa a ser dela, e das filhas mulheres:

Não, quando tá lá todo mundo é eu que faço, aí é eu que faço, arrumo a cozinha, arrumo casa, às vezes a cozinha, eu faço almoço, ela (filha) vai pra cozinha, aí vamos supor se ela arruma a cozinha da janta, eu falo assim oh a outra vai arrumar do almoço (Dandara, 2023).

Também destaca a entrevistada a seguir, a obrigação do trabalho reprodutivo. É ela quem precisa se articular para solucionar todas as pendências com os filhos, como levar ao médico, ou resolver questões na escola, entre outras situações. Ela conta que sempre foi ela a responsável pelas idas aos médicos e diz que o marido não busca esse tipo de ajuda nem mesmo para ele. O que nos faz lembrar de Saffioti (2015), quando afirma que com os homens são estimulados comportamentos agressivos e perigosos para representação de força e coragem. A entrevistada afirma que:

As coisas pra resolver é eu memo que tenho que resolver, mas... ir no médico, tipo essa semana eu tô trabalhando, aí amanhã tem que trabalhar até meio dia, levar o (filho) na médica a uma hora... Aí quando for quarta feira sete hora da manhã ele tem consulta também aí vou ter que chegar no serviço mais tarde pra

poder levar ele, é porque tem que tá junto né... Essa parte do médico eu memo que sempre levei. O (marido) é assim, ele não gosta nem dele mesmo ir no médico, isso aí é dele memo não tem jeito, não se cuida, não sei né, puxou muito pro vô dele, não sei né, aí fica lá na roça... (Maria Quitéria, 2023).

O trabalho reprodutivo permeia a vida das mulheres de modos diversos, é o que podemos ver nas entrevistas. A ideia de que as obrigações domésticas são das mulheres é marcada na fala de uma entrevistada, que morava na casa da sogra e sogro, junto de outras cunhadas, ela conta que: “É, porque a gente era bem unida né, então uma cuidava do filho da outra, um manda o outro ‘vai tomar banho’, aí o outro manda o outro e assim ia. E as coisa da casa nós tudo que fazia memo, as menina” (Frida, 2023).

Permanecendo assim a ideia de que estas funções cabem às mulheres. Uma entrevistada queixa-se de que a filha não a ajuda, mas não tem a mesma queixa em relação à falta de ajuda do marido que é aposentado e também não realiza nenhuma função nos afazeres domésticos. Sobre a filha, ela diz:

Sou eu que faço, tudo sou eu que faço. Ah é difícil ela ajudar, o dia que quer, lá de vez em quando lava uma vaziinha, aí fala que arrumou a cozinha, mas é pouca coisa, se tiver panela ela não lava, ela lava o que tiver na pia, lava só os básico, mas do mais eu que faço. Agora eu passei a roupa dela pra ela lavar, e a dificuldade que é pra ela lavar essa roupa, a gente tem que batalhar (Antonieta, 2023).

Apenas duas das entrevistadas relatam que ensinam seus filhos homens a fazer as atividades domésticas. Uma delas tem dois meninos, um de oito e o outro de quatro anos. A outra tem um casal de filhos, a mais nova ainda tem dois anos de idade, então não lhe são atribuídas funções mais elaboradas, o menino tem sete anos. Elza (2023) diz: “Ele me ajuda muito, barre uma casa, do jeito dele mais barre, arruma o quarto dele. E o pai dele arruma a cozinha, a cozinha é do marido sempre foi”. Já a mãe dos dois meninos fala que existem funções da casa que já são de responsabilidade de seu filho de oito anos, ela afirma que:

Eu ponho ele pra frente, que nem eu falo pra ele, no mundo de hoje em dia a gente não pode ficar dando bobeira não, ocê tem que aprender porquê, que nem eu falo pra ele assim oh, pai e mãe não vive pra sempre, ocê tem que aprender a fazer as coisa desde de pequeno, porque se eu morrer de hoje pra amanhã, eu não quero que eles fica sofrendo na mão de outras pessoa, ele que tem que saber fazer por ele... Ensino, ele faz, faz arroz, coloco o pequeno tamém pra fazer, lava o banheiro, arruma o guarda roupa, o quarto dele tudo é ele que faz. É porque a gente não sabe o dia de amanhã, vai que a gente falece, e ocê deixar um filho hoje em dia no mundo do jeito que tá não é fácil (Nise, 2023).

Percebe-se que o cansaço, a sobrecarga e os sentimentos de desvalorização são evidências da exploração vivida devido a esta automatização da função da mulher como a principal, se não a única responsável pelas atividades reprodutivas. Ainda em relação à escuta daquela entrevistada que vai para a roça aos finais de semana, ela afirma:

Aí eu tô aí eu que faço (estar na roça com o companheiro), lá vou eu fazendo tudo, às vezes aquele cansaço, eu falo assim, nossa eu vou pra descansar. Eu vou porque falo assim nossa aqui na cidade as criança fica gritando toda hora, criança não, que já é moça tudo grande, já não é criança. Mas é toda hora fica chamando, é brigando, ocê tem que correr pra tá separano e caba a mente, não fica tão cansada de trabalhar, mas o cansaço tá na mente, porque a mente caba ficando cansada e retribui no corpo né porque aí o corpo da gente ficava levando a culpa... Aí chega lá tem aquela bagunça que tá até no teto pra poder arrumar, aí eu cabo arrumano, aí eu falo ‘eu vou ter que arrumar’, só que aí chega lá as menina tamém tá, eu falo ‘oh vamo dividir cada uma vai fazer uma coisa pra não cansar porque eu sei que ocêis quê descansar e eu tamém quero né’ (Dandara, 2023).

Quando Federici (2017) explica sobre a acumulação capitalista, a autora afirma que um dos seus fenômenos é a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. Nesta pesquisa podemos afirmar que esta realidade é presente na vida das mulheres ouvidas, elas falam sobre o peso da mecanização de seus corpos:

Ocê tinha que tá carregando tudo aquilo, aquele peso, parece que tudo em cima, nas costas...é criança, casa... Nossa escola tinha que ser direto porque, às vezes a hora que elas saem aqui mesmo elas falam, ‘Nossa não vejo a hora de parar de estudar’, eu falo ‘Não nosso Deus, já num chega a época da epidemia, não, nossa vai pra escola, porque eu num guento’ (Dandara, 2023).

A mecanização dos corpos femininos acontece em diversos contextos, seja no contexto familiar, com a realização das atividades domésticas, ou no contexto social com o trabalho doméstico remunerado, entre muitas outras formas. Sobre isso, Maria Quitéria, que hoje trabalha como diarista, relata que pretende diminuir seu ritmo de trabalho, pois, está percebendo reflexos em sua saúde, no entanto, não se sente compreendida, e podemos dizer valorizada:

Tudo é eu, antes eu trabalhava três vezes na semana, agora eu tô trabalhando mais, até agora eu tô, mas eu acho que eu vou ter que parar por causa do período assim de saúde, aí o pessoal (empregadores) não entende muito né, aí eu vou ter que dar uma parada um pouco, mas sem trabalhar não tem jeito de ficar (Maria Quitéria, 2023).

Outra situação apresentada durante a narrativa das entrevistadas diz respeito ao baixo grau de escolaridade, o que interferiu em suas vidas de diversas formas, inclusive durante a pandemia, quando passaram a ter que intensificar essa tarefa reprodutiva, o ensino escolar das crianças.

Para Herrera (2019), o impedimento para a continuidade da formação escolar, ou a possibilidade de usufruir tempo para si, utilizar o tempo para o lazer, para a qualificação profissional, portanto, para construir um projeto de vida independente da necessidade dos membros da família, está atrelado à sobrecarga de trabalho a que a mulher é submetida. Esta é uma realidade apontada pelas entrevistadas. A maioria delas tem o ensino fundamental incompleto, além de pouco falarem sobre um tempo exclusivo para si. Sobre este tema, uma das entrevistadas diz:

Segunda série, porque na época era de roça, então como se diz, tinha que ajudar o pai com a mãe que vigiar criança, então os estudo na roça era bem atrasado, não é avançado igual hoje, então eu estudei pouca coisa, num tive um estudo assim (Dandara, 2023).

Quando Herrera (2019) fala sobre a construção de um projeto de vida independente, pensamos nas mulheres que entrevistadas. Sempre a principal preocupação é com os filhos e nunca com elas mesmas. Ao ouvir Ivone Lara, quando conta que o filho saiu da escola exatamente no momento da alfabetização, percebemos que sua satisfação é ver o que o filho conquistou com sua ajuda, isso reflete o seu esforço, seu trabalho e sua dedicação. Mas também seu cansaço, seu estresse e sua ansiedade, como afirmou em outros momentos:

Nossa o dia que a professora veio entregar aqueles, porque eles tavam vindo trazer o material, o dia que ela chegou aqui, que ele falou pra ela ‘Oh tia eu sei ler’, ela veio sabe! Nossa, ela falou pra outra ‘Fulana do céu o (nome da criança) tá lendo’, foi satisfatório pra ela, mas foi pra mim também porque eu tive parte né. E acabou que esse fato, a minha mãe passou pra mim e eu passei pro meu filho, porque foi a minha mãe que me ensinou a ler e acabou que no meio da pandemia, eu ensinei o meu filho a ler (Ivone Lara, 2023).

A falta de acesso a uma formação qualificada reflete nos sentimentos e na vida atual destas mulheres, Dandara conta sobre como pensa e como ensina seu filho e suas filhas sobre a importância dos estudos:

Cobro deles estudar que eu falo pra eles que ‘quero que ocês estuda pra ser alguém na vida, pra não acontecer igual eu aconteci’ que eu falo pra elas ‘hoje

eu queria ter o estudo que ocês tem pra mim ser, encaixar num serviço melhor, ter uma coisa melhor na vida' (Dandara, 2023).

Ao final da entrevista com Dandara, ela conta emocionada, lá dentro de sua casa humilde, pequena de poucos móveis e com goteiras que com esforço tentava consertar, que seu filho mais velho, aquele que a ajudou a cuidar dos irmãos, se formará em medicina no final do ano. Com pesar afirma que não pôde ajudá-lo financeiramente, mas sempre o incentivou a seguir seus sonhos. As lágrimas escorrem, porém com enorme sorriso no rosto, ela encerra a entrevista. Não poderíamos deixar de apresentar o final de sua fala, o trecho é longo, mas diante da emoção, não é possível recortá-la. Nela estão evidenciadas as marcas do patriarcado, do trabalho reprodutivo e muitas outras marcas que não conseguimos aqui exprimir ao todo:

Eu acho que eu sou muito guerreira porque quando arrumei fio, não ter apoio de pai, jogar ocê pra fora, ocê ficar na rua, sem saber pra que lado ocê vai como se diz, o filho meu mais velho, que eu tive ele, depois eu tive a minha menina, eu tive que dormir na rua com meus fio. Eu puis na caixa de papelão porque não tinha pra onde eu ir, veio as dificuldade, vim na casa da minha mãe, minha mãe pois pra fora, não aceitava, agora que muita coisa aconteceu que ela veio mudando. Então eu acho que isso só me ensinou a crescer, me ensinou a ser mais forte, hoje em dia mulher que eu sou, porque... às vezes eu falo assim, às vezes eu não gosto nem de ficar falando muito sobre o meu passado, porque às vezes é muito doloroso, dói demais, aí às vezes eu não gosto de lembrar. Eu cobro muito das minhas menina que eu falo pra elas que eu não quero que elas seja igual eu, eu quero que elas tenha um futuro pela frente, que elas seja alguém, pra não ter, passar dificuldade é...ser honesta acima de tudo, falei pra elas honestidade em primeiro lugar, um real não é seu ocê pega entrega lá, não é seu, mas e a educação em primeiro lugar porque ocê seno educado talvez onde ocê chega ocê tem entrada, quando ocê é muito sem educação não, onde ocê vai o povo já fecha a porta, já fala, num é?! Então eu sou essa mãe guerreira às vezes e sempre tô ali em cima, tô oiando e de vez em quando elas fala que eu sou chata, de vez em quando eis briga, mas eu falo pra eles que quando eles casar, quando eles tiver fio, aí eu falei 'ocês vai entender'! (Dandara, 2023).

Apesar do pouco acesso à formação escolar, elas eram as responsáveis por ajudar seus filhos nas atividades escolares quando as instituições fecharam. As professoras iam até as casas na zona rural, deixar e buscar as tarefas que tinham que ser realizadas pelos estudantes.

Antonieta (2023) conta como foi difícil, pois, como não tinha acesso à internet e ela tinha pouco estudo para ajudar, a filha não tinha muitos recursos para realizar as tarefas, ela disse: “Eu ajudava com o pouco que eu sabia, mas eu num sabia muito né porque...”. Disse ainda que: “Estudei até a quarta, que eu estudei na roça né, e na roça de primeiro só tinha até as quarta, eu estudei lá no Favacho e lá era só até a quarta” (Antonieta, 2023).

Maria Quitéria também fala sobre essa dificuldade: “Mas não tinha a quem perguntar, porque eu não sabia explicar”. Ela relata que um dos motivos de ter se mudado para a cidade foi a “dificuldade de aprendizagem” da filha. Este foi o diagnóstico dado, na verdade, a dificuldade foi de um sistema que não oferecia assistência às estudantes e estes ficaram praticamente sem recursos. A filha da entrevistada começou a frequentar a APAE, no entanto, sua mãe começou a entender que o que havia com a filha não era um problema cognitivo, mas sim o reflexo do contexto vivido.

Já Dandara (2023) fala que enviava um bilhete para a professora dizendo: “-‘A minha filha não fez porque não tem internet e não tem como fazer e eu também não sei, porque eu não tenho estudo’.” A entrevistada conta que: “Às vezes eles começavam a chorar e eu acabava eu chorando junto também, e como se diz: nossa eu acho que foi um das piores datas que teve é essa época de epidemia.” (Dandara, 2023).

Maria Bonita conta que, além das atividades domésticas, precisou encontrar tempo para as atividades escolares da filha: “Então aí a gente começou a ter que pegar na parte escolar, a gente teve que começar a ensinar em casa também né” (Maria Bonita, 2023). Ivone Lara fala sobre sua experiência, de algum modo se culpando pela falta de paciência e dificuldade em ajudar os filhos, mesmo hoje entendendo, que estava desenvolvendo transtorno de ansiedade, com sintomas de síndrome do pânico:

Ele tava precisando de mim, ele precisava da minha atenção, mas ao mesmo tempo eu não conseguia ajudar ele por conta que eu tava muito ansiosa, muito sobrecarregada, eu tava assim num...num furacão, vamos dizer assim. E tudo era, girava em torno, acaba que tudo gira em torno da gente né... Então assim, era as brincadeira que ocê tinha que estar ali tirando, eu sempre tirei esse tempo pra eles, das brincadeira. E o tempo pra tá ajudando com as coisa da escola... Eu falei, eu preciso tá bem pros meus filhos ficarem bem, porque a escola querendo ou não exigiu muito da gente, muito (Ivone Lara, 2023).

Esta entrevistada complementa sua fala refletindo sobre a realidade de mulheres que trabalham “fora”, ou seja, que tem emprego formal, considerando que esta pode ser uma realidade ainda mais desgastante do que ela vivenciou:

Mas assim, o nosso dia-dia como mulher é difícil, na pandemia só piorou, se eu que cuido da casa fiquei sobrecarregada, imagina quem também trabalhava fora? Eu tinha que ter uma paciência com o (filho mais novo) e eu não tinha. Eu fiquei uns bons dias sem conseguir dormir por conta de ficar pensano no ajudar (os vizinhos) (Ivone Lara, 2023).

5.4 Casa, cozinha e roupa lavada: a divisão sexual do trabalho e sua constante reprodução

Como já apontado nesta pesquisa, profundas mudanças aconteceram quando se separou a unidade doméstica da unidade de produção, o que contribuiu para a divisão sexual do trabalho. Rodrigues *et al.* (2018) relatam que, à medida que os homens começaram a ocupar espaços produtivos e públicos, as mulheres permaneciam na esfera privada para realizar o trabalho reprodutivo. Deste modo, fica relegado às mulheres principalmente os espaços domésticos, identificados com as necessidades, a reprodução social e o cuidado.

De acordo com Kergoat (2009), a divisão social do trabalho é decorrente de relações sociais de sexo, desta forma, o definidor de quem faz o quê, é o sexo da pessoa. As entrevistas estão significativamente marcadas por esta realidade. As entrevistadas falam sobre suas atividades e mostram que a elas ficam atribuídas funções entendidas como suas obrigações.

Quando é feita a pergunta sobre quem é a pessoa responsável pelas atividades domésticas, a resposta também é unânime: Eu! Todas elas afirmam que cozinhar e lavar as roupas são exclusivamente suas funções. Outras atividades como arrumar a cozinha ou limpar a casa são atividades em que obtêm alguma ajuda dos outros integrantes da casa, porém, as principais responsáveis são as mulheres. Mercedes (2023) diz: Eu, tudo eu, roupa, cozinha, comida, é tudo... Meu filho mais velho gosta de cozinhar, arrumar a cozinha, mas quando ele quer fazer uma coisa diferente, no dia-dia sou eu”. Elza (2023) diz que: “Não, ah o (marido) arruma a cozinha da janta, mas eu que arrumo tudo aqui, o resto é eu memo.” Ivone Lara conta que:

...mas acabou que ao mesmo tempo eu me tornei professora dos meus filhos, aí veio as questão da casa, ser professora, é cuidar de marido, filho, lavar roupa, fazer comida, tudo assim... Eu! Eu, eu, sempre foi tudo eu, e aí eu me sobrecarreguei. E aí eu adquiri ansiedade, cheguei a ter, tenho né, síndrome do pânico, com tudo isso (Ivone Lara, 2023).

Maria Bonita relata o modo como estabeleceu a divisão de tarefas em sua casa, para que ninguém ficasse sobrecarregado. Ela, que estava com um bebê recém-nascido durante a pandemia e que tem mais dois filhos, conta que todos os membros da casa precisam fazer o mínimo para manter o cuidado pessoal:

Cada um lava o seu prato, come e lava seu prato, é as minhas menina... eu desde pequenininha minha mãe me ensinou lavar minha calcinha no banho e de manhã colocar lá pendurar pra secar lá fora. E isso eu já venho trazendo com as minhas menina né, meu esposo lava a cueca dele no banho e eu também. E

cada dia um dá o banho no (filho mais novo), até meu esposo, eu não, porque aí nessa hora eu tô fazendo janta né, então é minha menina e meu esposo. As tarefa da pequena um dia a mais velha ajuda, outro dia é eu e assim a gente vai dividino, pra não sobrecarregar ninguém né (Maria Bonita, 2023).

A mesma entrevistada conta que no período da pandemia, moravam com a família os dois outros filhos de seu marido, que também eram crianças, portanto, naquele período eram cinco crianças e dois adultos na casa. Desta forma, foi necessário estabelecer algumas condições para o funcionamento familiar:

Porque meu esposo trabalha né, aí a gente combinou que aí os menino ele mexia a hora que ele chegasse, os filhos dele (levar pro banho, ensinar tarefa), porque eu não dava conta, porque eu já tenho minhas duas e com o neném novo, aí os menino ele ajudava. E a minha mocinha ela ajudava a fazer as coisa de casa e depois eu ia pegano nas tarefa de escola (Maria Bonita, 2023).

Em relação à atribuição de cuidar de pessoas adoentadas, a divisão também se dá em relação ao sexo: “Ah fui eu memo, o (filho mais velho) ficou isolado ali naquele quarto, aí eu que fazia as coisa. Aí é eu cuidava, tudo é a mãe né.” (Laudelina, 2023). Laudelina conta que quem cuidava dela quando se adoentava era sua mãe, no entanto, agora ela está acometida por Alzheimer, então: “Ah era a mãe né, agora ela tá doente, agora é o (nome do marido)”.

Elza, ao ser questionada sobre momentos de adoecimento na família, relata que a ela fica a responsabilidade de cuidar da pessoa adoentada, porém, quando ela adoece: “Ah de vez em quando o –nome do marido- dá uma cuidadinha, mas não é aquela coisa não, mas... vai levando né, como se diz... faço umas coisinhas, depois deito, faço mais umas coisinhas, depois deito, mas não faço aquela coisa igual quando está bem não, mas faço. É como se diz: não deixa de parar né” (Elza, 2023).

Sobre o fato de adoecerem e não receberem cuidado nos delongamos anteriormente, no entanto, ainda é importante destacar que, além de não receberem cuidado, as atividades reprodutivas ainda ficam sob a responsabilidade das mulheres. Na vertente da divisão sexual do trabalho, percebemos o quanto algumas funções ficam exclusivamente a cargo das mulheres, ainda que estas adoçam.

Portanto, é importante pensar nas relações de poder que são estabelecidas a partir da divisão sexual do trabalho, a ponto de mulheres doentes terem ainda que realizar funções domésticas. Hirata (2002, p. 280) argumenta que a divisão sexual do trabalho fundamenta-se na ideia da relação antagônica entre homens e mulheres, mas também nas relações de exploração de um sexo pelo outro, a "divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de

uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder". Apresentamos aqui falas das diversas entrevistadas sobre a exploração e o descuido por que passam as mulheres:

Mesma coisa, como o (filho) era mais novinho não fazia tanto, ele gostava de varrer casa, mas o varrer dele era daquele jeito, ele varria eu tinha que varrer de novo, mas eu deixava. Cozinha sempre foi do marido. E o resto eu deixava, a comida eu fazia (Elza, 2023).

Ah o (filho) me ajuda bastante, se eu tiver doente, alguma coisa assim, ele me ajuda, falo pra ele que eu não tô aguentando mesmo assim, que nem assim, a mãe faz no último né, se num tiver aguentando aí... ele varre a casa, arruma cozinha... (Nise, 2023).

- E a comida quem faz?

Ah eu que faço né, mesmo doente (Antonieta, 2023).

Eu fazia né, eu cuidava da casa, a roupa eu que lavava, fazia comida (Frida, 2023).

Então aí aqui quando assim eu tô meio indisposta, alguma coisa né, aí ele memo, ele arruma, porque aí eu não tenho, como se diz não tem ninguém pra fazer as coisa pra mim né. Aí ele memo pega e faz né, limpa casa, faz uma comida, mas quando eu tô né, quando eu não tô me sentindo bem, mas caso contrário não (Maria Firmina, 2023).

Nossa aí eu preocupo só com comida, a casa fica de cabeça pra baixo, fechou a porta acabou (Elza, 2023).

Ainda em relação ao cuidado e ao fato de a divisão do trabalho ser feita a partir do sexo, fica evidente quando pensamos que, durante a pandemia, ficou a cargo das mulheres trabalharem na conscientização dos filhos sobre a doença.

Maria da Penha (2023) conta que a responsabilidade do cuidado com o filho que não queria cumprir as medidas preconizadas pela OMS para contenção da COVID-19, como os passeios na casa dos vizinhos, ficava a seu encargo, se preocupando com a saúde da família e cuidando para que ninguém se contaminasse. A entrevistada conta que conversava com o filho sobre a importância de permanecer em casa, porém, muitas vezes ele não a obedecia. Ela se preocupava, pois, ele estava tendo contato com os vizinhos que sempre iam para a cidade, e assim havia maior risco de contaminação.

Herrera (2019) explica que, na revolução industrial, as atividades domésticas foram separadas da unidade de produção. No entanto, mesmo antes dessa separação, a unidade familiar não era homogênea, apresentava diferenciações nas relações entre os sexos, e entre espaço público e privado. Com a separação da unidade doméstica em relação à unidade de produção, profundas mudanças nas características e condições do trabalho familiar doméstico

contribuíram para uma divisão sexual do trabalho mais marcante, as mulheres continuaram na esfera privada para realizar o trabalho reprodutivo.

Sabendo disto, conseguimos compreender a fala das entrevistadas, sobre como se veem responsáveis por funções específicas, sendo permeada a ideia de que filhas mulheres precisam reproduzir o cuidado e aprender as atividades domésticas. Dandara fala sobre a divisão de tarefas em casa, e o companheiro não é incluído:

Então eu exijo cada uma delas fazer uma obrigação, uma arruma uma cozinha, a outra arruma uma casa, uma faz uma coisa, então assim como se diz a (nome da filha) pelo problema que ela tem a mente dela já não ajuda, aí eu falo ah deixo levar, agora ela e a outra eu ponho... (Dandara, 2023).

Conta ainda sobre o papel das mulheres como responsáveis também pela família extensa. Dandara afirma que uma das filhas saiu naquele momento, para ajudar a cuidar do sobrinho recém-nascido: “Hoje ela tá com meu sobrinho, ajudando a olhar o meu sobrinho então aí ela faz, às vezes ela arruma casa, arruma cozinha, aí eu falo pra ela então ocê vai fazer, e eu sempre falo eu vou fazer a comida e vou lavar roupa” (Dandara, 2023).

Mercedes (2023) afirma que as responsabilidades com tudo aquilo que é considerado como trabalho doméstico são suas: “É eu sempre fui eu que resolvi sempre as coisa, compra, dinheiro, o quê que vai pagar, o quê que não vai...”. Antonieta responde no diálogo a seguir sobre como se sente em relação ao fato de ser a principal responsável pelas atividades domésticas:

- Hum hum, e quem é responsável pelas atividades domésticas, lavar, passar, cozinhar, enfim?
- Ah é eu também (risos), é eu.
- Ah sim entendi, e em relação a essas atividades de casa, as atividades domésticas, como que você se sente com o fato de que é você mais que cuida disso?
- Ah como se diz, as vezes a gente fica um pouco meio assim desanimada né, que aí a gente acorda, fala assim ‘Aí, ter que arrumar cozinha de novo’, mas como se diz um dia ou outro assim, mas é um dia o outro que a gente acorda meio desanimada, mas nós vai vivendo a vida (Antonieta, 2023).

Ivone Lara afirma o quão difícil foi no período da pandemia para lidar com as mudanças na rotina, e seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho, o quanto essas situações estavam relacionadas a ela enquanto mulher:

Não, então foi... Em contrapartida lidando com as coisas que tava acontecendo aqui dentro de casa, porque um menino que tinha toda sua rotina de levantar

cedo, ir pra escola, estudar, de repente tirou tudo, como lidar com isso tudo? (Ivone Lara, 2023).

A ajuda mútua das mulheres umas com as outras, mostra, além de outras coisas, que o trabalho reprodutivo, como as atividades domésticas, o cuidado com as crianças, entre outras, são funções que exigem que muitos participem, não podendo ser trabalho apenas de um membro. No entanto, como a divisão é baseada no sexo, a ajuda vem sempre de outras mulheres. O diálogo a seguir, com a entrevistada que morava com a sogra, sogro e outras cunhadas e genros, evidencia isto:

- Entendi, não era o cuidado só com o seu próprio filho né, mas uma cuidando do filho da outra.
- É isso, é uma cuidando da outra, isso.
- Neste caso então as atividades domésticas eram vocês mulheres que cuidavam?
- É.. isso mesmo. (Frida, 2023).

Estas funções são desvalorizadas e tidas como de menor valor social, como aponta Kergoat (2009). A autora diz ainda que mulheres dedicam mais tempo à reprodução social da vida e ao trabalho que os homens.

Quando a pergunta é sobre quem são as pessoas responsáveis pelas atividades domésticas, Frida diz que todo mundo faz, no entanto, se refere às mulheres da casa, não incluindo os homens: “Ah no caso lá era todo mundo né, que como era muita gente, acabava que cada um fazia um pouco né, minha sogra trabalhava fora, então a casa ficava por conta nossa né, que era eu as minhas cunhadas.” (Frida, 2023). Duas outras entrevistadas afirmam, de forma categórica, que os maridos não fazem nenhuma atividade doméstica: É, eu que fazia comida. Ele nada! (Maria da Penha, 2023). Com a outra entrevistada o diálogo foi:

- E o marido, faz alguma coisa da parte da casa?
- Não (risos). Tudo é eu ‘memo’, só! (Antonieta, 2023).

Rodrigues *et. al.* (2018) afirmam que esta organização social atribui aos homens os espaços públicos e às mulheres os espaços domésticos, identificados com as necessidades, a reprodução social e o cuidado. Kergoat (2009) lembra que os pressupostos da separação e da hierarquização na divisão sexual do trabalho são os responsáveis por distinguir trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e o segundo atribui maior valor ao trabalho dos homens.

Portanto, em relação às atividades domésticas, ainda é admitido que os homens apenas ajudem. Eles nunca são os responsáveis direto por alguma destas funções. Como podemos ver

a partir da afirmação das entrevistadas, Carolina Maria (2023) diz: “Ah hoje em dia aqui em casa é eu né, aí quando ele está tá toa ele ajuda também. Mas só quando ele tá à toa memo”. A outra afirma que:

Agora o (filho) ajuda, quando ele tá em casa, ele arruma cozinha. Não tem sim em partes, casa é eu comida é eu, de noite meu marido arruma cozinha, o (filho) quando tá em casa arruma cozinha “tamém”, lava um banheirinho, passa uma “vassourinha”, do jeitinho dele mais ta bão (Elza, 2023).

Assim como de Nise (2023) que diz: “Tinha o serviço da casa pra tá fazendo... Cozinha, lavar roupa. Ah quando que nem assim, ele trabalha bastante sabe, ele chega bem tarde, mas quando tá em casa assim tamém às vezes ele dá uma mãozinha tamém”. Elza aponta para o mesmo sentido:

O (marido) faz mais ou meno, a cama ele arruma e oie lá. Mas daquele jeito tamém, depois tenho que arrumar de novo, pra casa ele num tem muito dom não, cozinha até que ele masseta um pouco, mas o resto...Aí casa é eu memo, ajeitar, ajeitar é eu (Elza, 2023).

Maria da Penha conta sobre o início da pandemia, quando estava com uma filha recém-nascida. Ela conta que se cansava muito, então, buscava dividir as tarefas dos cuidados com os filhos com o marido. Quando este chegava à tarde do trabalho, ela lhe dizia: “Aí eu falava pra ele assim: ‘Não agora você fica um cadinho com a –nome da filha- porque agora eu já cansei” (Maria da Penha, 2023). Relata ainda que era o marido quem ajudava o filho mais velho com as atividades escolares, pois como ela disse: “Ah eu não tenho paciência” (Maria da Penha, 2023).

Após uma rotina diária de trabalho reprodutivo, julga que o que sente é falta de paciência, mesmo admitindo anteriormente que o que também sentia era cansaço. Nobre (2021) afirma que as mulheres estão exaustas por serem as únicas que cuidam, não recebendo de volta cuidado.

Seguindo na escuta das entrevistadas sobre este tema, podemos apresentar o diálogo tido neste sentido:

-E ele, ele faz alguma dessas atividades aqui?
-Num é sempre, mas uma vez ou outra ele cozinha, de vez em quando, final de semana, como se diz, não é sempre né mas de vez em quando ele cozinha.... então fica puxado pra ele arrumar aqui em casa, cuidar daqui né, aí aos poucos, devagar eu vou fazendo (Carolina Maria, 2023).

Kergoat (2009), ao dizer que a relação de dominação sexual acontece, além de outros fatores, também acontece quando se definem características com destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Deste modo, a divisão sexual do trabalho é um instrumento que perpassa as relações sociais de sexo para justificar a dominação.

Esta dominação se evidencia quando ouvimos Maria Firmina, ela afirma que o marido trabalha informalmente como diarista nas fazendas, portanto, não são todos os dias que ele está trabalhando. Mesmo assim, as atividades domésticas são de responsabilidade dela: “Não, só eu, ele é meio, ele é só serviço dele memo (risos), aí uma comida eu faço, arruma casa é eu que arrumo.” (Maria Firmina, 2023) Porém, esta divisão acontece quando se trata de tarefas que são responsabilidade dele. Quando ele não está trabalhando fora, ela permanece fazendo as atividades domésticas sozinha. Mas quando ele está trabalhando, ela se responsabiliza com as atividades que seriam responsabilidade dele: “Então, aí quando ele tá trabalhando eu trato sabe, aí eu vô lá trato do porco, aí jogo milho pras galinha, aí eu que trato quando ele tá trabalhando, aí isso nós divide” (Maria Firmina, 2023).

Ainda no que diz respeito à divisão sexual do trabalho, podemos destacar a fala de uma das entrevistadas a respeito do isolamento social. E quais atividades foram atribuídas a quem neste momento:

Ah eu ficava só dentro de casa olhando as crianças. Aí de vez em quando que ele vinha na cidade assim, ele vinha como se diz, com as máscara e tudo mais, para não levar doença, porque quem vinha fazer as coisas era ele mesmo, porque não tinha como eu vir com as crianças (Maria da Penha, 2023).

Este trecho mostra, além do que já destacamos acima, a respeito da consideração da força masculina, questões da divisão sexual do trabalho e a atribuição da mulher aos espaços domésticos, quando não, é a ela que fica a responsabilidade de “carregar os filhos” para onde vá. Portanto, reforça a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como apontado por Kergoat (2009).

Em relação ao trabalho formal, na maioria das vezes os empregos destinados às mulheres estão relacionados ao cuidado. Mercedes (2023) diz que: “Hoje eu tô aqui (cidade) tô trabalhando, eu olhei um senhor, uma senhora, mas assim não é minha área, aí consegui entrar no mercado”.

Quanto às atividades extensas na casa, como horta e animais, como já falamos anteriormente, as mulheres relatam que estas são funções dos homens, no entanto, como bem

vimos elas realizam as manutenções diárias. As formas de dividirem as tarefas se dão de acordo com o sexo, deste modo, atividades que exigem força física ficam em função dos homens como capinar, e a manutenção, que exige atenção e, tempo, entre outros atributos, é destinada às mulheres:

Ah não aí essa parte era ele porque eu já não tinha tempo pra horta, as galinhas, tratar alguma coisa eu fazia. Mas a horta, capinar, essas coisa era ele. A minha mãe sempre ia lá tamém que gostava sabe, aí ajudava (Mercedes, 2023).

O marido capina e nós pranta...E as criação é eu com o (filho) tamém, os gatinho dele é ele que cuida, põe água, põe comida, galinha eu trato cedo, de tarde ele vai lá põe água trata tamém (Elza, 2023).

Ah as galinha é eu, porco no chiqueiro também se perturbar ele é eu né, então tudo é eu memo (Antonieta, 2023).

Tem uma hortinha ali também ou não?
Tem, agora no momento eu não tenho nada ali não, eu cavuquei ela, ta lá ta tudo cavucadinho lá pra plantar, mas ainda não plantou. É, quem cuida é eu, da horta tamém é eu (Antonieta, 2023).

Mas eu gostava, eu gostava de mexer com vaca, bezerro, cavalo. Eu sou a única lá de casa, porque meu pai sempre morou na roça a vida inteira, então foi a única filha dele mesmo, que ficou mesmo trabalhando na roça nesse tempo fui eu, dos nove filhos, o restante veio tudo pra cidade (Mercedes, 2023).

Paulilo (1987) afirma que ainda que o número de horas seja o mesmo, ou que o esforço físico exigido se contraponha à habilidade, paciência e rapidez requerida pelo outro, o que determina o trabalho, em suma, é o sexo. Além disso, é comum que as mulheres tenham dificuldades para nomear ou diferenciar as atividades realizadas no seu dia-dia como produtivas ou reprodutivas (Paulilo,2004).

Em relação às compras, a pessoa responsável por saber quais as necessidades alimentares da família são as mulheres. Para Herrera (2019), a divisão sexual do trabalho é um elemento constitutivo das relações sociais, deste modo, responsável pela invisibilidade e desvalorização do trabalho reprodutivo realizado, na maioria das vezes por mulheres. Deste modo, podemos pensar que os cuidados com a alimentação familiar é mais um destes trabalhos desvalorizados: As entrevistadas afirmam que:

Fiquei uns quatro ou cinco mês menina sem ir na cidade, tinha medo, tinha medo até de chegar as coisa do mercado, nossa senhora, fazia a comprinha a listrinha, o (nome do marido) ia lá chegava aqui em casa é álcool, nossa Senhora! (Elza, 2023).

Geralmente de ir, nós vai nós três, mas o armazém eu” (frisa o eu ao falar) (Antonieta, 2023).

Na pandemia eu que ia mesmo, eu que enfrentava a fila... (Nise, 2023).
Não, então, sempre nós ia nós dois só que aí um só que descia pra poder fazer as coisa (Carolina Maria, 2023).

-E quem mais que descia do carro pra fazer as coisas?

Era eu.

Eu, era eu, e o (marido) ficava com as criança dentro do carro, o mercado era eu que ia... (Nise, 2023).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: visibilidade para as mulheres que vivem no meio rural

Sendo esta uma pesquisa uma escuta das vivências, seus principais impactos emergiram do âmbito sócio-político, emocional-afetivo e educacional. Sócio-político e educacional, pois, ao dar espaço de escuta para as mulheres rurais, estas puderam acessar temas relacionados às opressões vivenciadas e a partir de suas falas, ampliarem a percepção da consciência das dinâmicas da divisão sexual do trabalho, ou do trabalho reprodutivo, que tanto se fazem presentes em suas vidas e de diversas mulheres. Deste modo, pode possibilitar com que estas mulheres e quem tiver acesso a este trabalho questione esse processo opressor e explorador advindo da sociedade patriarcal na qual a sociedade está inserida. Podendo afetar na compreensão social e política dos sistemas patriarcal e capitalista que se valem da exploração da mulher, gerando questionamentos.

Diversos ainda são os desafios, como alcançar um número maior de mulheres através de uma pesquisa qualitativa, já que, o tempo e os recursos eram limitados, como a falta de financiamento para realização da pesquisa. Em relação ao tempo, o prazo para conclusão do mestrado é definido previamente pela Universidade, e sendo este um mestrado profissional, sem acesso a bolsa de estudos, nós pesquisadores precisamos conciliar o estudo com o exercício profissional, que não poderia se encerrar, pois, só através dele teria recursos próprios para a realização da pesquisa.

Percebemos que outras dimensões e categorias ainda podem ser explorados nas pesquisas sobre mulheres rurais, como o trabalho no campo, a intersceccionalidade, e muitos outros, que não puderam ser contemplados por ora. Mas que consideramos de grande importância, serem evidenciados em posteriores estudos. Neste momento, foi necessário o afunilamento para categorias analíticas que mais se fizeram presentes nas falas das entrevistadas, já que, novamente nos esbarramos com o tempo para a conclusão deste estudo.

Desta forma, a pesquisa fenomenológica nos deu recursos para aprofundar nossa compreensão sobre as vivências deste grupo de mulheres rurais, contribuindo para que pudéssemos descrever os fenômenos apresentados de uma forma profunda e humanizada, ainda que com tempo escasso. Com a busca de uma análise compreensiva do ser, este método de pesquisa nos dá subsídios para melhorias do cuidado com o ser pesquisado, permite o aprofundamento em questões ontológicas e éticas. Desta forma, unir os questionamentos das teorias feministas, com o método fenomenológico nos ajudou na possibilidade da emancipação nos processos vivenciais das mulheres entrevistadas, a partir da legitimação de questionamentos de sistemas opressores.

O contato direto para a realização desta escuta, os olhos nos olhos, o café na mesa, o cheiro do mato, cada paisagem vista ao rodarmos as estradas de “terra”, como chamamos em nossa região de Minas Gerais, contribui para aberturas inestimáveis a esta escuta, à aproximação das experiências contadas pelas protagonistas deste estudo.

Assim, acreditamos que através da escuta de narrativas, na medida em que esta é atenta e interessada, contribui para ressignificações, estas por sua vez, podem modificar a estrutura educacional, seja no âmbito familiar, escolar ou outros meios sociais. Além de atingir a dinâmica emocional, contribuindo para que estas mulheres reconheçam seus lugares a partir de suas narrativas, com a possibilidade de promover ressignificações de suas vivências.

Acreditamos que a partir da possibilidade de discussão de temas milenares mais ainda fortemente presentes em nossa sociedade, como o patriarcado, é que podemos buscar modificar ou abalar suas estruturas. Nos unindo, assim como as protagonistas desta pesquisa se uniram em suas causas, em suas lutas, na busca por melhorias em suas realidades de vida. Com este estudo, também buscamos nós, diferentes mulheres, nos unirmos, nos ouvirmos e nos considerarmos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Andrea Leite; LAGES, Anabelle Santos; TEIXEIRA, Wendell Ficher. Mulheres rurais em movimento: pandemia e resistência aquém e além do patriarcado. **REVISTA NERA**, v. 25, n. 63, p. 210-233, 2022.

ALMEIDA, Thiago de. Solidão, solidude e a pandemia da COVID-19. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 3-14, dez. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2020000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2023.

AMATUZZI, M. M.; Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Revista Estudos de Psicologia**, Campinas: PUC Campinas. v. 13, n. 1, jan./abr. 1996.

ANTONIETA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo, SP: Moderna, 2003.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, vol. 32, 2020.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. **Psicologia & Sociedade**. Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres. Recife: SOS Corpo, 105 p., 2014.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, v.6, n. 1, p.84-94, 25 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/31883/27316>. Acesso em: 11 jul. 2022.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 55, e195525, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000100514&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 abr. 2023.

BIANCO, Anna Carolina Lo; COSTA-MOURA, Fernanda. Covid-19: Luto, morte e a sustentação do laço social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e244103, 2020.

BIANCONI, Giuliana *et al.* Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **São Paulo, Gênero e Número**, 2020.

BILGE, Sirma. **Teorizações feministas da interseccionalidade**. Diogène, Paris, p.70-88, 2009.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista Dados**, v. 59, n. 3, 2016.

BITENCOURT, Silvana Maria *et al.* Entre ou medo e a Esperança: como emos de profissionais da saúde brasileira/as na linha de frente da Covid-19. **Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad (RELACES)**, v. 15, n. 42, p. 23-35, 2023.

BOFF, J., CAREGNATO, R.C.A., História oral de mulheres com filhos portadores de Síndrome de *Down*. **Texto e Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 578 – 586, jul./set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072008000300020&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 27 set. 2021.

BRITO JG, COSTA ER. Titularidade feminina no Programa Bolsa Família: questões de gênero e segurança alimentar. **TROPOS** 2015; 1(3):1-17.

BUNGE, Mario. **La Ciencia: Su Metodo y su Filosofia**. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1980.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Mulher rural nos discursos dos mediadores. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 1995.

CAROLINA MARIA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNS, Teresa (Ed.). **El trabajo de cuidados. Historia, teoría y políticas**. Madrid: La Catarata, 2011. 95 p. Disponível em: https://www.fuhem.es/media/cdv/file/biblioteca/Economia_critica/El-trabajo-de-cuidados_introduccion.pdf Acesso em: 21 mar. 2023.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. [recurso eletrônico]; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

DANDARA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

DARTIGUES, André. O que é Fenomenologia? São Paulo: Centauro, 1992.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 99-119, 2015.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. 3ª Ed. p. 173-178. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DECASTRO, T.G.; GOMES, W.B.; Aplicações do método fenomenológico em psicologia: tradições e tendências. **Revista Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 28, n.2, abr. – jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103166X2011000200003&script=sci_arttext
Acesso em: 11 set. 2021.

ELMHIRST, Rebecca; HIDALGO, Marien Gonzákz. Ecologías políticas feministas: perspectivas situadas y abordajes emergentes. **Ecología Política**, p. 50-57, 2017.

ELZA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

FAUSTINO, D.; GONÇALVES, R. A nova pandemia e as velhas relações coloniais, patriarcais e racistas do capitalismo brasileiro. **Lutas Sociais**. São Paulo. v. 24, n. 45, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/53009/34772> . Acesso em: 05 jul. 2022.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, p. 406, 2017.

FORGHIERI, Y.C.; **Psicologia Fenomenológica**: fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Thompson, 2004.

FRIDA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade**: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GARRIDO, R. G.; RODRIGUES, R. C. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia possíveis impactos das condicionantes sociais. **Revista de Saúde e Ciências Biológicas**. Petrópolis. v.8, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12662/2317-3076jhbs.v8i1.3325.p1-9.2020>. Acesso em: 05 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos . p. 375, Rio Janeiro: Zahar. 3. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p.223-244. 1984.

GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: ABREU, Maira; ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; FALQUET, Jules (Org.). **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**: Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole- Claude Mathieu. Recife, SOS Corpo, 2014.

HERRERA, Karolyna Marin. A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. 2019. 227 f. **Tese Doutorado em Sociologia Política** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

HIRATA, Helena; DEBERT, Guita G. Apresentação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.46, p.7-15, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332016000100007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2023.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Org.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. p. 236, São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena *et al.* (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. p. 40-67; 173-179, São Paulo: Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/cruzilia/panorama>. Acesso em: 13 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/cruzilia.html?> . Acesso em: 13 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), 2014**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf> . Acesso em: 20 Mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD), 2017**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agenciasala-de-imprensa/2013agencia-de-noticias/releases/20911-pnadcontinua-2017realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-depessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-> . Acesso em: 20 Mar. 2023.

IVONE LARA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado:**

Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais. Cruzília, 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.). **Dicionário crítico feminino** . p. 67-76. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAUDELINA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais.** Cruzília, 2023.

LIMA, R. C. Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214> Acesso em: 05 jul. 2022.

MARIA BONITA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais.** Cruzília, 2023.

MARIA FIRMINA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais.** Cruzília, 2023.

MARIA QUITÉRIA. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais.** Cruzília, 2023.

MELO, Hildete Pereira de. A vida das mulheres em tempos de pandemia. **Friedrich Ebert Stiftung**, v. 13, 2020.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.

MERCEDES. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais.** Cruzília, 2023.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1999.

MONTICELLI, T.. Divisão sexual do trabalho, classe e pandemia: novas percepções?. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 1, p. 83–107, jan. 2021.

MONTENEGRO, ROSIRAN CARVALHO DE FREITAS. Mulheres e cuidado: responsabilização, sobrecarga e adoecimento. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O Método Fenomenológico na Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MUYLAERT, C. J., SARUBBI JR, GALLO, P. R. NETO, M. L. E. R., REIS, A. O. A., Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Escola de enfermagem da USP**. São Paulo, v. 48, n. 2, 2014, p. 193-199. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYCT/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 25 jul. 2022.

NISE. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

NOBRE, Miriam (Org.). **Um meio tempo preparando outro tempo**: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia. SOF Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo. 2021.

OLIVEIRA, G.S.; CUNHA, A.M.O.; Breves considerações a respeito da fenomenologia e do método fenomenológico. **Cadernos da FUCAMP**. Campinas. v. 7, n. 7, 2008. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/103/95> Acesso em: 15 set. 2021.

OROZCO Pérez, Amaia. (2015) La sostenibilidad de la vida en el centro... ¿y eso qué significa? In: In book: **La ecología del trabajo: el trabajo que sostiene la vida** (pp.71-100). Publisher: Bomarzo Editors: Laura Mora Cabello de Alba, Juan Escribano Gutiérrez. January 2015.

OECD. **Women at the core of the fight against COVID-19 crisis. 2020**. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127000-awfnqj80me&title=Women-at-the--core-of-the-fight-against-COVID-19-crisis. Acesso em: 07 jul. 2022.

ONU Mulheres. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. Março/2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf . Acesso em: 07 jul. 2022.

ONU. **Covid-19: OMS divulga guia com cuidados para saúde mental durante pandemia**. ONU News, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1707792> . Acesso em: 07 jul. 2022.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO, fome e mulheres rurais. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis, n. 21, p. 1-17, jun. 2000.

PAULILO, Maria Ignez S. O Peso do Trabalho Leve. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v.5, n.28, p.64-70 jan/fev,1987.

PINHEIRO, J. Q., & ELALI, G. A. (2011). Comportamento socioespacial humano. In S. Cavalcante & G. A. Elali (Org.), **Temas básicos de Psicologia Ambiental**. (pp. 144-158). Petrópolis: Vozes.

PENHA, Maria da. Depoimento [Entrevista cedida a] Aline de Oliveira Calisto. Entrevista Narrativa. **Entrevista concedida para a pesquisa intitulada Pandemia e Patriarcado: Escuta sobre as Experiências de Mulheres Rurais em uma cidade no sul de Minas Gerais**. Cruzília, 2023.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

RODRIGUES, Cristiano *et al.* **Territorialidades: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres**. EDUFBA, 2018.

ROHDE, Luis Augusto; *et al.* **Guia de Saúde Mental Pós-Pandemia no Brasil**. [S.l.: s.n.], out. 2020. Disponível em: <https://www.guiasaudemmental.com.br/> Acesso em: 03 nov. 2020.

SACK, R. D. **Territorialidade humana: teoria e história**. Londres: Universidade de Cambridge. Imprensa, 1986.

SAMPIERE, R. H., COLLADO, C. F., LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Penso, 5 ed. Porto Alegre, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente), 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Cap: mulher e capitalismo. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. Vozes, 1976

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, p. 13-19, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3 ed. Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em:

http://www.abennacional.org.br/site/wpcontent/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf
Acesso em 09 nov. 2020.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação** (p. 11-14). 5. ed., São Paulo: Hucitec, Anpur, 2002.

SANTOS, M. (2011). O dinheiro e o território. In M. Milton *et al.* (Orgs.), **Território, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial** (p. 13-21). Rio de Janeiro: Lamparina.

SCOTT, Joan W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Tradução de Claudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

SILVA, Juliana Márcia Santos et. al. A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42114>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELEMARKETING. **Pandemia escancara sobrecarga da mulher e debate sobre a crise do ‘trabalho do cuidado’**. Sintratel. Disponível em: <http://www.sintratel.org.br/index.php/noticias/2999-pandemia-escancara-sobrecarga-da-mulher-e-debate-sobre-a-crise-do-trabalho-do-cuidado>. Acesso em: 11 nov. 2022.

SOARES, Helen Carvalho Gomes; FARIAS, Camila Peixoto. **Mulheres-Mães e Pandemia: solidão, sobrecarga e sofrimento**. In: XXXI CIC – CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. 2022. Pelotas.

SOUZA, Alex Sandro Rolland, SOUZA, Gustavo Fonseca de Albuquerque, PRACIANO Gabriella de Almeida Figueredo. A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 3, p. 659–661, jul. 2020.

VEIGA, José E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS-COEP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: MULHERES RURAIS, PANDEMIA E PATRIARCADO: ESCUTA SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES RURAIS EM UMA CIDADE NO SUL DE MINAS GERAIS.

Pesquisador(es) responsável(is): ALINE DE OLIVEIRA CALISTO

Cargo/Função: ESTUDANTE DE MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EXTENSÃO

Instituição/Departamento: UFLA/PPGDE

Telefone para contato: (35)988245899

Local da coleta de dados: RESIDÊNCIA DA ENTREVISTADA OU OUTRO LOCAL DE SUA ESCOLHA QUE GARANTA SUA PRIVACIDADE.

II - OBJETIVOS

Compreender quais os significados atribuídos para as experiências vividas pelas mulheres rurais responsáveis pelos cuidados das crianças, estudantes de uma Escola Rural no município de Cruzília – MG com o fechamento das escolas durante o primeiro ano da pandemia por COVID-19, que impôs a necessidade do isolamento social, considerando a estrutura patriarcal da sociedade que se ancora na divisão sexual do trabalho.

III – JUSTIFICATIVA

Este estudo se justifica, pois, diante da pandemia por COVID-19 as pessoas foram atingidas de formas diferentes, pessoas que já vivenciavam desigualdades diversas anterior a este período tendem a ser mais afetadas. Portanto, serão realizadas entrevistas, gravadas em áudio, com consentimento da entrevistada. Os nomes e outras informações que puderem identificar a entrevistada serão preservados, mantendo em sigilo sua identidade. As entrevistas serão transcritas, portanto, os áudios serão excluídos assim que a transcrição acontecer. A transcrição será publicada, ocultando o nome das entrevistadas ou outras informações que possam identificá-las.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

AMOSTRA

Serão entrevistadas todas as mulheres mães ou responsáveis dos alunos de uma Escola Rural do Município de Cruzília MG, no ano de 2020.

EXAMES

As entrevistas serão analisadas de acordo com o método específico, o método fenomenológico, centrado no ser humano, especificamente na análise do significado e relevância da experiência humana.

V - RISCOS ESPERADOS

A avaliação do risco da pesquisa é algum constrangimento em responder perguntas da entrevista, mas o direito em não responder é resguardado. Este é um risco BAIXO, já que a entrevistada pode se negar a responder ou encerrar a entrevista no momento em que desejar.

VI – BENEFÍCIOS

Ao falarem de suas experiências as entrevistadas podem dar novos significados ao que foi vivido, tendo possibilidades de contribuições em suas emoções e sentimentos referentes às experiências vividas durante a pandemia, já que, podem emergir lembranças e falar sobre elas livremente. Além disso, esta pesquisa, ao descrever as experiências vividas, pode dar destaque para esse momento e contribuir para que políticas públicas locais sejam feitas em favor das necessidades das mulheres rurais.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

Caso haja algum desconforto ou constrangimento em responder perguntas da entrevista, mas o direito em não responder é resguardado. Este é um risco BAIXO, já que a entrevistada pode se negar a responder ou encerrar a entrevista no momento em que desejar. Como não há previsão de riscos significativos, a pesquisa possivelmente será encerrada ao final dos experimentos.

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, ____ de _____ de 20__.

Nome (legível) / RG

Assinatura

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com o pesquisador responsável no Departamento de Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão- PPGDE. Telefones de contato: (35)2142-2111.

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Qual sua idade?
 - Estudou até que série?
 - Qual sua renda neste momento?
 - Qual cor você se autodeclara?
 - Quantos filhos tem?
 - Qual seu estado civil?
 - Com quem você mora?
 - Como você pode descrever suas experiências durante o primeiro ano da pandemia, com exigência do isolamento social? Quais os significados que essas experiências têm para você?
- Caso a entrevistada questione sobre o que dizer, posso facilitar o processo lhe perguntando ainda:
- Como se sentiu neste período? O que mais te marcou?
 - Como você se sente ao se lembrar deste período?
 - Neste período, quem morava junto com você? Como vocês se organizaram quando a escola fechou e as crianças passaram a ficar em casa integralmente?
 - Quem era responsável pelas atividades domésticas? E o cuidado com as crianças? Vocês tinham criação de animais, plantações ou outras atividades agrárias domésticas na época? Quem cuidava disso? Como você se sentia em relação a isso?
 - Quem cuidava em saber quais os suprimentos estavam faltando em casa, como alimento, materiais básicos de higiene, entre outros? Quem ia até a cidade quando precisava buscar suprimentos que faltavam?
 - Você contou com a ajuda de alguém neste período?
 - Foi preciso cuidar de alguém adoentado neste período? Quem cuidou?
 - Quando você precisa de cuidados, quando fica doente? Quem te ajuda?
 - Qual significado tem para você viver no meio rural? E, durante a pandemia, como foi viver aqui?
 - No ano de 2020, qual era sua principal fonte de renda?
 - Houve alguma alteração nesta fonte de renda devido à pandemia?
 - Foi preciso contar com alguma ajuda assistencial do governo, como o auxílio emergencial?